



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO (PPGCult)

JANNETE DA SILVA MILHOMEM

**QUINTAIS PRODUTIVOS DAS MULHERES QUILOMBOLAS GRIÔS DO
QUILOMBO DONA JUSCELINA, MURICILÂNDIA-TO: PERSPECTIVAS DE
PRÁTICAS EDUCATIVAS E CULTURAIS
(2018-2021)**

ARAGUAÍNA-TO
2021

JANNETE DA SILVA MILHOMEM

**QUINTAIS PRODUTIVOS DAS MULHERES QUILOMBOLAS GRIÔS DO
QUILOMBO DONA JUSCELINA, MURICILÂNDIA-TO: PERSPECTIVAS DE
PRÁTICAS EDUCATIVAS E CULTURAIS
(2018-2021)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos de Cultura e Território, da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Araguaína.

Linha de Pesquisa 2: Paisagens, Narrativas e Linguagens

Orientadora: Dra. Rejane Cleide Medeiros de Almeida

ARAGUAÍNA-TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M644q Milhomem, Jannete da Silva.
QUINTAIS PRODUTIVOS DAS MULHERES QUILOMBOLAS
GRIÔS DO QUILOMBO DONA JUSCELINA, MURICILÂNDIA-TO: :
PERSPECTIVAS DE PRÁTICAS EDUCATIVAS E CULTURAIS (2018-
2021) . / Jannete da Silva Milhomem. – Araguaína, TO, 2021.
153 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2021.
Orientadora : Rejane Cleide Medeiros de Almeida
1. Comunidade Quilombola. 2. Cultura. 3. Griôs. 4. Quintal
Produtivo. I. Título

CDD 306

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.


Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JANNETE DA SILVA MILHOMEM


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Foi avaliada para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Cultura e Território, e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____/____/____


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA
Data: 01/05/2022 09:25:27-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>


Profa. Dra. Rejane Cleide Medeiros de Almeida. Orientadora, UFNT

Documento assinado digitalmente
 REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA
Data: 01/05/2022 10:07:01-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a. Dra. Kênia Gonçalves Costa. Membro interna, PPGCult, UFNT

Documento assinado digitalmente
 REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA
Data: 01/05/2022 10:09:18-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Professora Dra. Olivia Macedo Miranda Cormineiro. Membro interna, PPGCult, UFNT

Documento assinado digitalmente
 REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA
Data: 01/05/2022 10:13:17-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Professora Dra. Herli de Sousa Carvalho. Membro externa, UFMA

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire (1999)

Dedico essa vitória a Deus, em Jesus Cristo, que é meu Pai Supremo, e que sempre esteve comigo em cada fase da minha vida, abrindo portas e me animando a continuar perseverando em fé e confiando em seu Amor. À minha mãe, Ivanete da Silva Milhomem, e ao meu pai, João Gomes Milhomem (*in-memória*), que, apesar de não estar mais presente para ver esta conquista, sei que estaria muito feliz, tal como minha mãe hoje está. À minha irmã, Nara Núbia Milhomem, por sempre torcer por mim, e aos meus irmãos, Marcos Aurélio da Silva Milhomem e João Pedro Milhomem. Aos meus sobrinhos, Elias de Andrade Milhomem, Ana Karolina de Andrade Milhomem, Maria Eduarda de Andrade Milhomem, Gabriel Milhomem e Laura Milhomem, bem como a todos os demais familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

No percurso, em direção aos saberes construídos neste estudo, passei por lugares e conheci pessoas as quais atribuo, neste momento, valor estimado de sincera gratidão. Convivi com pessoas que, no período de construção do texto, contribuíram com pequenos e significativos gestos, necessários e essenciais. Grata a todos pelos momentos de atenção.

Primeiramente, quero agradecer a Deus, por me fazer viver dias felizes e conquistar o que nem mesmo eu imaginava que poderia, mas que antes de eu descobrir Ele já sabia.

Aos meus pais, Ivanete da Silva Milhomem e João Gomes Milhomem (*in-memória*), os quais sempre oraram a Deus por mim e me incentivaram a perseverar nos estudos.

Às mulheres, homens e jovens quilombolas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, em nome da matriarca Juscelina Gomes dos Santos (*in-memória*) e das demais mulheres griôs Cícera Vieira (*in-memória*), Rosa Mirtes e às mulheres líderes não-griôs Maria do Rosário, Tereza Elias e Maria da Cruz (*in-memória*), por me receberem em suas casas, me mostrarem seus quintais produtivos e disponibilizarem seus saberes para esta pesquisa.

Ao quilombola Manoel Filho, por desde o início da pesquisa se colocar à disposição, de modo a viabilizar o diálogo com a comunidade, dinamizando a logística de nossas visitas a campo e contribuindo com informações importantes a respeito da história do quilombo e da associação. Muitíssimo obrigada!

À Orientadora, Dra. Professora Rejane Cleide Medeiros de Almeida, sempre presente em cada etapa desta produção, acreditando em meu potencial, dando orientações fundamentais em cada fase desta caminhada acadêmica. Suas contribuições e parceria nas aulas de campo foram essenciais à realização desta pesquisa. Gratidão!

À Universidade Federal do Tocantins (UFT) e ao programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT), por ofertarem o curso de Mestrado, por meio do qual pude realizar minha pesquisa subsidiada por suas diretrizes. Espaço que contribuiu à elaboração deste trabalho, nas pessoas dos(as) professores(as) das disciplinas, bem como na pessoa da Dra. Kênia Gonçalves

Costa, Coordenadora do Programa PPGCULT. As contribuições de todos me permitiram dar passos significativos no universo acadêmico.

Às professoras da banca, Dra. Kênia Gonçalves Costa, Dra. Olívia Macedo Miranda Cormineiro e Dra. Herli de Sousa Carvalho por contribuírem, de forma pontual, com olhares sensíveis que me direcionaram a buscar a essência do meu objeto de estudo. Seus direcionamentos me fizeram aprofundar mais na busca do saber, de maneira a compreender as nuances de sentido e significado das vivências das mulheres negras-quilombolas, as quais fundamentam minha escrita.

Aos meus irmãos, Nara Núbia Milhomem, Marcos Aurélio da Silva Milhomem e João Pedro Milhomem, por sempre torcerem por mim.

Aos meus sobrinhos, Elias de Andrade Milhomem, Ana Karolina de Andrade Milhomem, Maria Eduarda de Andrade Milhomem, Gabriel Milhomem e Laura Milhomem, por me apoiarem, bem como aos demais familiares.

Aos meus colegas de curso que muito me ensinaram com suas experiências acadêmicas, em seus debates em sala de aula, expondo seus saberes, especialmente, aqueles que caminharam mais perto de mim, tais como Elí Duarte, Juscelino Laurindo dos Santos, Alberto Gomes, Sandra Milhomem, Wiris Ferreira, João Carlos Santiago Nery, Marlon Marques, Sueli Marques e Sandro Ferreira Pinto, os quais, direta ou indiretamente, me ajudaram gentilmente, compartilhando materiais bibliográficos, livros, gravadores e sugestões, sendo parceiros nos trabalhos acadêmicos, de campo, atendendo aos pedidos solidários e de cunho pessoal, no incentivo a entrar na seleção de mestrado e, no mais importante, a amizade que levarei para a vida. Gratidão!

Aos meus demais amigos pelo incentivo, torcida por minhas conquistas, realizações e amor. Em especial ao Pr. Raimundo e à Igreja Príncipe da Paz pelas orações em favor de minha aprovação em cada etapa da seleção do mestrado, a Sheyla Gonçalves da Costa Moura por, depois de concluir seu mestrado, me incentiva e orienta quanto ao PPGCULT.

Ao Waldinilson Fernandes de Lima, gestor da Escola Especial Raios de Luz, por viabilizar documentos para a minha licença do trabalho por afastamento para aperfeiçoamento profissional e por compreender minhas ausências no trabalho para assistir às aulas das disciplinas até que saísse o deferimento da licença.

À Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC), por garantir aos servidores o direito à licença de afastamento para aperfeiçoamento profissional.

RESUMO

O tema abordado nesse estudo é Quintais produtivos das mulheres quilombolas griôs do quilombo dona Juscelina, Muricilândia-TO: perspectivas de práticas educativas e culturais (2018-2021). As mulheres quilombolas do Quilombo Dona Juscelina além das suas identidades enquanto mulheres griôs, são ativas no conselho de griôs da comunidade quilombola, de maneira a exercer um papel político-social dentro da dinâmica cultural por meio de seus fazeres nos seus quintais produtivos, dos seus modos de vida e da sua reafirmação enquanto coletivo. As relações sociais, que ocorrem dentro do território, são movimentos de resistência com intuito de preservar sua cultura de tradição e sua(s) identidade(s) de povos tradicionais. Analisamos os saberes e fazeres ancestrais relativos aos quintais produtivos, aos modos produtivos das mulheres griôs e como esses conhecimentos são repassados aos demais membros do quilombo Dona Juscelina, compreendendo em que medida as práticas produtivas revelam a identidade quilombola dessas mulheres, além de perceber como se dão as experiências das mulheres quilombolas griôs e não-griôs nos quintais produtivos; quais saberes são produzidos e analisar os pontos convergentes dos quintais produtivos das mulheres protagonistas desse estudo do quilombo Dona Juscelina e as diferenças entre as produções. A metodologia é história oral com história de vida, entrevistas semiestruturadas, cadernos de campo e representação dos quintais produtivos por meio do mapa social. O resultado da pesquisa revelou que as plantas medicinais cultivadas nos quintais do povo girô não agrega em si apenas um olhar do bem tratar a saúde, semiotizando também aspectos culturais ancestralizados naquela comunidade linguística. Além disso, possibilitou conhecer a realidade do quilombo, os saberes das mulheres na perspectiva da produção de plantas medicinais, árvores frutíferas, criação de pequenos animais e outras produções como hortaliças, legumes e plantas ornamentais. Assim, a experiência de conviver com essas mulheres quilombolas oportunizou aprendizados ímpares por se tratar de mulheres que buscam preservar sua cultura e identidade por meio da construção de saberes, reafirmando-se enquanto protagonistas de sua historicidade que tem reflexos na identidade nacional.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola. Cultura. Griôs. Quintal Produtivo.

ABSTRACT

The theme addressed in this study: Productive farms of griôs quilombola women from the quilombo Dona Juscelina, Muricilândia - TO: perspectives of educational and cultural practices (2018-2021). The quilombola women from the Quilombo Dona Juscelina, represent beyond their identities as griot women being active in the griot council of the quilombola community, exercising a political and social role within the cultural dynamics through their actions in their productive backyards, their ways of life and their reaffirmation as a collective. The social relations that occur within the territory are movements of resistance in order to preserve their traditional culture and their identity(ies) as traditional peoples. We analyze the ancestral knowledge and practices related to the productive backyards, the production methods of the griot women and how this knowledge is passed on to the other members of the Dona Juscelina quilombo, understanding to what extent the production practices reveal the quilombola identity of these women, in addition to understanding how the experiences of griot and non griot quilombola women take place in the productive backyards; What knowledge is produced and, to analyze the convergent points of the productive backyards of the women protagonists of this study from the Dona Juscelina quilombo and the differences between the productions. The methodology is oral history with life history, semi-structured interviews, field notebooks, and representation of the productive backyards by means of a social map. The result of the research revealed that the medicinal plants cultivated in the backyards of the gyro people do not only add a look of good health care, but also semiotize cultural aspects ancestral in that linguistic community. Furthermore, made it possible to know the reality of the quilombo, the knowledge of the women from the perspective of the production of medicinal plants, fruit trees, small animals, and other productions such as vegetables, legumes, and ornamental plants. Thus, the experience of living with these quilombola women provided the opportunity for unique learning because they are women who seek to preserve their culture and identity through the construction of knowledge, reaffirming themselves as protagonists of their historicity that is reflected in the national identity.

Keywords: Quilombola Community. Culture. Gryots. Productive Backyard.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01	Cultivos de minha mãe: Cebolinha, coentro, capim santo, boldo, pé de cajú e plantas ornamentais	43
Imagem 02	Lucelina Gomes dos Santos – Presidente do Conselho de Griôs do QDJ.....	47
Imagem 03	Dona Cícera Vieira, quilombola griô do Quilombo Dona Juscelina.....	49
Imagem 04	Dona Rosa Mirtes, quilombola griô do QDJ nos apresentando seu quintal produtivo.....	50
Imagem 05	Dona Maria do Rosário, quilombola não-griô do QDJ.....	51
Imagem 06	Dona Tereza Elias, quilombola não-griô do QDJ.....	54
Imagem 07	Dona Maria da Cruz, quilombola não-griô do QDJ.....	55
Imagem 08	Doutora Juscelina, matriarca da comunidade e griô.....	69
Imagem 09	Resultado do mapa da comunidade Quilombo Dona Juscelina....	70
Imagem 10	Comunidade oferecendo últimas homenagens à matriarca Dona Juscelina.....	76
Imagem 11	Reunião no Conselho de Griôs.....	100
Imagem 12	Fonte de água, próximo ao quintal produtivo.....	108
Imagem 13	Hortaliças dos Quintais produtivos, CRQ Dona Juscelina e Cícera Vieira.....	109
Imagem 14	Quintais produtivos- árvores frutíferas.....	110
Imagem 15	Produção do mapa da cartografia social no quilombo Dona Juscelina.....	115
Imagem 16	Capim Santo ou Erva Cidreira, quintal da quilombola griô Dona Cícera Vieira.....	124
Imagem 17	Fedegoso, quintal da quilombola griô Dona Cícera Vieira.....	125
Imagem 18	Couve manteiga, quintal da quilombola griô Dona Juscelina.....	127
Imagem 19	Coentro do Pará (coentro bravo ou chicória da índia), quintal Dona Juscelina.....	129
Imagem 20	Hortelã, quintal da quilombola não-griô Dona Tereza Elias.....	130
Imagem 21	Coco ouro, quintal da quilombola não-griô Dona Maria do Rosário.....	131

Imagem 22	Quiabo, quintal da quilombola não-griô Dona Maria da Cruz.....	132
Imagem 23	Cacau do mato, quintal da quilombola griô Dona Cícera Vieira....	133
Imagem 24	Cupú, quintal da quilombola griô Dona Rosa Mirtes.....	134

MAPAS

Mapa 01	- Localização geográfica do Quilombo Dona Juscelina.....	82
Mapa 02	- Cartografia Social da Comunidade quilombola dona Juscelina	114

QUADROS

Quadro 01	Mulheres do Quilombo Dona Juscelina e as Plantas em seus Quintais produtivos.....	58
Quadro 02	Tipos de plantas medicinais cultivadas em quintais produtivos no QDJ.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONORTE	Comissão de Estudos dos problemas do Norte
CENOG	Casa de Estudante do Norte Goiano
CRQDJ	Comunidade Remanescente Quilombola Dona Juscelina
CRQ	Comunidade Remanescente Quilombola
CGCRQDJ	Conselho de Griô da Comunidade Quilombola Dona Juscelina
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGÉ	Instituto Brasileiro de Geografia e Estrutura
OMS	Organização Mundial da Saúde
QDJ	Quintal Dona Juscelina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	26
1.1 Memorial	42
1.2 Biografia das Mulheres Griôs e não-griôs da CDJ.....	46
1.3 Trajetória da Pesquisa.....	64
1.4 Atualizações Históricas sobre o Quilombo Dona Juscelina Causadas pela Pandemia (Covid-19).....	71
1.5 Caracterização e Formação do Estado do Tocantins.....	77
2. MULHERES QUILOMBOLAS GRIÔS: IDENTIDADES CULTURAIS.....	86
2.1 Mulheres Quilombolas.....	88
2.2 Griôs: Sentidos e Significados.....	91
2.3 Memórias Quilombolas: Registros de Resistências.....	95
2.4 Mulheres Griôs e Conselho de Griôs no Quilombo Dona Juscelina.....	100
3. EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES QUILOMBOLAS GRIÔS NOS QUINTAIS PRODUTIVOS NO QUILOMBO DONA JUSCELINA.....	103
3.1 Cuidado e Preparo com o Solo: Experiências Ancestrais.....	107
3.2 Mapeamento Social das Produções Existentes nos Quintais Produtivos: Produzindo Saberes Territoriais.....	112
4. NARRATIVAS SOBRE OS SABERES CONSTRUÍDOS NAS PRÁTICAS CULTURAIS DOS QUINTAIS PRODUTIVOS DAS MULHERES GRIÔS.....	118
4.1 Produção de Saberes e Vivências: História de Vida das mulheres Griôs do Quilombo Dona Juscelina.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS.....	140

ANEXOS

I	Decreto no Diário Oficial que Certificou os Quilombos.....	149
II	Projeto de Lei sobre os Griôs.....	151
III	Quadro contendo as Comunidades Quilombolas Certificadas até o ano de 2017 no Estado do Tocantins.....	161

1. INTRODUÇÃO

Como o costume é a principal diretriz da vida humana, que os homens procurem ter bons costumes [...] O costume é mais perfeito quando tem origem nos primeiros anos de vida: é o que chamamos de educação.

Eduard Palmer Thompson (1998, p. 14).

A temática *Quintais Produtivos das Mulheres Quilombolas Griôs do Quilombo Dona Juscelina, Muricilândia-TO: Perspectivas de Práticas Educativas e Culturais*, que norteia essa discussão teórica, conversa com as concepções de Thompson (1998), por entender a “cultura popular” enquanto um corpo dinâmico. Isso, por sua vez, reafirma a concepção de constante construção pela relação com os demais fatores sociais que perpassam e entremeiam suas vivências. O costume, portanto, é uma manifestação no comportamento do sujeito de suas heranças culturais deixadas por seus ancestrais pelas gerações.

A relevância deste estudo ocorre por compreender a importância das práticas culturais das nossas interlocutoras, seus saberes construídos a partir destas práticas. Nosso objeto de pesquisa são os saberes e fazeres dos quintais produtivos no Quilombo Dona Juscelina em Muricilândia, Tocantins, ao considerarmos que os referidos quintais são espaços de conservação e reprodução de saberes ancestrais. É a partir do olhar dessas mulheres que compreenderemos o sentido dos quintais produtivos e seu significado dentro dessa comunidade quilombola.

O objetivo da pesquisa é analisar os saberes e fazeres ancestrais relativos aos quintais produtivos, aos modos produtivos das mulheres griôs e como esses conhecimentos são repassados para os demais membros do quilombo Dona Juscelina. Os objetivos específicos são: a) compreender em que medida as práticas produtivas revelam a identidade quilombola dessas mulheres; b) Perceber como se dão as experiências das mulheres quilombolas griôs nos quintais produtivos e quais saberes são produzidos; e c) Analisar os pontos convergentes dos quintais produtivos das mulheres protagonistas desse estudo do quilombo Dona Juscelina.

Durante a pesquisa, tivemos a oportunidade de mapear as produções existentes nos quintais produtivos de três mulheres quilombolas griôs no Quilombo Dona Juscelina a partir das narrativas e assim, percebemos, por meio da representação de mapa social de que forma ocorrem as práticas culturais de produção nos quintais do quilombo dona Juscelina.

Tivemos a finalidade de melhorar o conhecimento sobre o território do quilombo, bem como realizar a pesquisa com a comunidade optamos por realizar uma oficina de produção de cartografia social.

Além dos três quintais das griôs, a comunidade decidiu, juntamente conosco, que outros dois quintais fossem representados para caracterizar que as mulheres do quilombo têm seus quintais produtivos como práticas culturais ancestrais, mas que destacaríamos as mulheres quilombolas do conselho de Griôs para dar maior visibilidade. Assim, decidimos fazer a representação com os seis (06) quintais no interior do território do quilombo como representação de um recorte territorial na perspectiva de apreender o local e ampliar a dimensão do estudo, de modo a buscar respostas para nossa pergunta: De que forma ocorre a produção das mulheres griôs nos quintais das casas do Quilombo Dona Juscelina que pode ser um marcador de saberes ancestrais?

Os quintais produtivos representados na cartografia são das Griôs Dona Lucelina Gomes dos Santos¹ (Dona Juscelina), Dona Cícera Vieira; da Dona Rosa Mirtes e das mulheres não-griôs: Dona Tereza Elias de Lima, Dona Maria do Rosário Ferreira da Silva e Dona Maria da Cruz, todas biografadas no item 1.1 deste estudo. Como destacamos anteriormente fizemos visita de campo há mais três quintais de mulheres que não são do corpo de griôs da comunidade (conselho de griôs), por indicação e decisão da representação da associação que nos acompanhava na pesquisa de campo.

Como justificativa, destacamos a relevância dos quintais produtivos existentes no Quilombo Dona Juscelina, sendo necessário conhecermos mais a respeito das produções das mulheres, que engloba ervas medicinais, hortas, frutíferas e criação de pequenos animais, assim como plantas ornamentais (quadro 01, p.44).

A pesquisa não acontece apenas com pesquisador e orientador, pois, para acontecer, é necessário o envolvimento de outras pessoas colaborando, seja diretamente ou indiretamente. Dessa forma, além das mulheres Griôs, as quais foram nossas interlocutoras, diretamente com suas entrevistas, tivemos outras que iremos relatar a seguir.

¹Seu nome é Lucelina Gomes dos Santos, mas ela tem um nome social, político o qual representa uma comunidade: Comunidade Quilombola Dona Juscelina. É uma mulher com identidades culturais, *uma mulher farol*, como ela mesma se denomina enquanto grande e importante representação feminina no Estado do Tocantins. A biografia desta matriarca está no item 1.1 desta pesquisa.

A jovem liderança quilombola da Comunidade Dona Juscelina, Ludmila Carvalho Santos, 18 anos, acadêmica do Curso de Direito, atualmente na comunidade é membra titular do departamento de Educação Popular Quilombola, no qual exerce atribuições, atuando dentro das escolas públicas, de maneira a contribuir na questão da grade curricular, garantindo a inserção de conteúdos que contemplem a educação popular quilombola; representante da comunidade responsável por participar de eventos externos a mesma de forma presencial e/ou virtual levando os saberes do quilombo por onde é convidada.

Outra jovem que colaborou com esta pesquisa foi a griô aprendiz, Yarlla Gabrielly Borges de Sousa, 20 anos, natural de Araguaína, acadêmica do Curso de Licenciatura em Química pela Universidade Federal do Tocantins - UFT – Câmpus de Araguaína, mora na Comunidade Quilombola Dona Juscelina, no município de Muricilândia - TO. Também esteve conosco na pesquisa Lenirce Pereira de Sousa, quilombola, com 41 anos, de formação acadêmica em Pedagogia e em Letras, trabalha no Colégio Estadual Marechal Costa e Silva como coordenadora pedagógica, a mesma é participativa nas ações da comunidade, contribuindo substancialmente nos eventos realizados.

Kamila Ferreira dos Santos, jovem liderança Quilombola da comunidade Dona Juscelina, tem 25 anos, graduada em Letras e mestranda pela UFT, em Araguaína, trabalha na Escola Estadual de Muricilândia como professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Na comunidade, ocupa a função de conselheira comunitária, atuando no diálogo com outras comunidades quilombolas, também é membra titular do departamento de Educação Popular Quilombola, atuando nas escolas públicas, de maneira a contribuir na questão da grade curricular e a garantir a inserção de conteúdos que contemplem a educação popular quilombola; representante da comunidade responsável por participar de eventos externos a mesma, de forma presencial e/ou virtual, levando saberes do quilombo.

Manoel Borges Filho, liderança quilombola, presidente da Associação da Comunidade Dona Juscelina, filho do líder Griô Manoel Pereira Borges e Zulmira Oliveira Borges, 48 anos, natural de Muricilândia, casado com Maria da Guia Chaves Borges, tem três filhos, professor de História, mestrando da UFT de Araguaína, pesquisador sobre o estudo dos comuns na comunidade de Cocalinho. Atualmente, é presidente da Associação Quilombola Dona Juscelina – Muricilândia,

tendo sido vice-presidente e, devido ao falecimento da Dona Juscelina, assumiu o cargo de presidente.

De acordo com o presidente da associação, Manoel Filho, a casa de Dona Juscelina foi adquirida/comprada dos filhos da matriarca, por pessoas da comunidade, para garantir e atender um projeto coletivo de preservação e manutenção da memória de dona Juscelina e da comunidade fazendo de sua casa quilombola como ela costumava chamar em um Memorial Dona Juscelina.

Substituições de D. Juscelina no Conselho de Griôs: Ainda de acordo com Manoel Filho, a família de Dona Juscelina convidou uma mulher quilombola para assumir a função de griô no lugar da matriarca.

Substituições de D. Cícera no Conselho de Griôs: Ainda de acordo com Manoel Filho, a família de Dona Cícera Vieira convidou um senhor da comunidade para integrar o conselho de griôs.

Segundo o Manoel Filho, a casa de dona Juscelina, mesmo sendo a residência dela, tem um valor cultural e simbólico muito forte à comunidade quilombola, porque é onde acontece todos os eventos. Observemos o excerto abaixo:

Essa sala onde nós estamos, especificamente ela, tem um sentido maior, mais amplo, mais significativo para nós, porque é aqui nessa sala onde se reúne os griôs, para deliberar sobre as ações que serão desenvolvidas, e também onde se discutem, com o coletivo de juventude as temáticas para os encontros da juventude, desde o ano passado. No ano de 2020, eu e Ludmila começamos a mexer nessa sala. Não é, Camila? Desde o ano passado, a gente está tentando organizar o coletivo da juventude com mais algumas lideranças da comunidade. Dentre eles, eu me coloco e, principalmente, o conselho de griôs, tentando transformar essa sala em um memorial, toda casa, mais com uma, especificidade essa sala, como memorial sala dos griôs, e aí você pode ver que já tem vários quadros, vários títulos recebidos por dona Juscelina, a história da família dela, lá o fundo da sala ficam fotos de lideranças políticas que visitam a comunidade, então aqui a divindade. A parte religiosa, o altar com todas as suas representações de santos, os elementos também que representam a cultura dela, festa do divino, não é? Folia de reis que são as caixas, então essa sala tem uma importância imensa para nós da comunidade, nossa cultura. Estamos tentando transformar essa sala em um memorial, possivelmente nossa luta é para que esse ano ainda seja inaugurado, é um espaço de visitação, também, o primeiro ambiente que eles adentram é essa sala, eles registram a passagem por aqui através das fotos e esperamos que a gente consiga, de antemão, você, Rejane, já estão convidadas pra quando a gente for, se ainda tiver na pandemia, provavelmente vai ser um evento online, mais se não a gente vai fazer alguma coisa presencial na comunidade pra inaugurar esse espaço (Entrevista com o Manoel Filho, 2020).

Como parteira, Dona Juscelina foi atuante na comunidade e nominava as pessoas que ajudou chegar ao mundo como filha ou filho de pegação. Entre as colaboradoras, tem Francisca Leidiane Privino Gomes dos Santos, que é uma dessas filhas. Leidiane é liderança jovem do quilombo, casada com um quilombola, 41 anos, natural de Muricilândia, tem a formação acadêmica em Biologia e Normal Superior, mestranda da UFT, no programa de pós-graduação PPGCULT, professora da rede municipal da cidade em que atua como Orientadora Educacional, na comunidade está sempre contribuindo com as atividades do quilombo.

Todas se juntaram à equipe, colaborando na construção da cartografia que se constitui como importante instrumento de representação dos pontos da comunidade em que os quintais produtivos estão localizados.

Esta pesquisa, por tratar sobre a atuação das mulheres no território do quilombo, é relevante compreender qual território é esse. Entendemos que as relações estabelecidas pelos homens e mulheres ao longo de suas vidas ocorrem dentro de um determinado espaço, onde escolhem para desenvolver seus projetos e ações, entrelaçando-as em suas práticas culturais na maneira de sobrevivência. Assim, o território usado pelo homem é compreendido como o chão e a sua identidade, pois possibilita que este se identifique a partir dos elementos formadores desse território, constitui-se no “sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (OLIVEIRA, 2020).

Assim é pertinente entendermos que homem e o lugar compartilham saberes de uma relação de pertencimento em que “o território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2006, p. 14).

Entendemos quintais produtivos enquanto noção de lugar, onde há transformações de acordo com os modos de vida dos sujeitos por meio do uso do território. Assim, Rosângela A. Pedrosa (2016, p.01) aborda que:

Os Quintais Produtivos fazem parte da composição da paisagem de uma pequena propriedade baseada na produção familiar. No quintal próximo a casa a família planta e cultiva plantas alimentícias, frutíferas, ornamentais, leguminosas e medicinais. Para a família agricultora é no quintal que está grande parte dos alimentos para o consumo do dia-a-dia é nesse espaço que os membros da família desempenham suas atividades destacando a importante presença e participação da mulher como a principal colaboradora na composição da diversidade de plantas e espécies que compõem essa paisagem.

Concordando com a autora, é no quintal produtivo que são realizadas as atividades de produção de alimentos, frutas e ervas medicinais, as quais alimentam as famílias. Nesse caso, a mulher é a que cuida e produz nos quintais produtivos das suas casas. São nos territórios das comunidades que percebemos a matriz dessa cultura da produção nos quintais das casas.

Sobre o entendimento de território, Haesbaert (2008) define ser o lugar das relações de poder, de demandas sociais, de conflitos, de lutas por direitos e, sobretudo, dos enfrentamentos às violações dos direitos humanos. Conforme o autor, o homem utiliza de seus recursos, experiências, desejos e objetivos para construir o território que é marcado pelas relações estabelecidas a partir de suas vivências.

Essas marcas são tão fortes que permanecem atreladas ao território, mesmo após as diversas transformações que podem ocorrer. Os atores se vão, mas o território fica entranhado nas histórias dos pioneiros, aqueles que o habitavam e o transformaram em território. Neste sentido, entende-se que é necessário analisar o território em sua multiplicidade, distinguindo o território com os sujeitos que os constroem, sejam indivíduo, grupos sociais, empresas e instituições, tais como igrejas, sindicatos, associações e também o Estado (HAESBAERT, 2008, p. 21). Ainda conforme o autor:

O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico. A linguagem regional [aqui regional parece surgir como uma perspectiva territorial] faz parte desse mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar de territorialidade (SANTOS, 1994, p. 61, *apud* HAESBAERT, 2021).

Portanto, é possível afirmar que a linguagem regional se estabelece por meio de signos linguísticos capazes de gerar sentidos e significados, por meio dos quais os aspectos ligados à cultura de um povo podem ser ressignificados.

Ainda dialogando com Haesbaert (2021), recorremos a sua obra Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”, no qual apresenta suas argumentações sobre territórios a partir de uma matriz com noções de multidimensionalidades ou pluriterritorialidades. Na obra, o autor faz uma incursão nos conceitos de espaço e território, dialogando com Milton Santos e suas mais diversas obras sobre o que define enquanto território. Para Haesbaert (2021),

Milton Santos avança em seus estudos sobre território, apesar de considerar como territorialidades apresentam seu entendimento de território como difuso e complexo.

Apresenta, também, a abordagem de Porto-Gonçalves, a qual define, em seus estudos, os territórios como lugares de r-existências. Todavia, o mesmo refere-se ao território como categoria da prática, produzido a partir das lutas dos diferentes grupos sociais subalternos (2013). Porto-Gonçalves destaca que:

Não se trata de reificar nenhuma conformação territorial a priori, seja ela qual for. Já vimos que os territórios não existem a não ser pelas relações sociais e de poder que os conformam e, assim, sempre afirmam os sujeitos sociais que por meio deles se realizam. Por isso, mais que a idealização de qualquer territorialidade é preciso verificar as relações que as conformam (HAESBAERT, 2021, p. 155, *apud* PORTO-GONÇALVES, 2013 p. 185).

Se entendermos que territorialidades é a realização de culturas nos territórios construídos a partir dos espaços socioespaciais, entenderemos também que as identidades são constructos dos processos de experiências e culturas elaboradas pelos povos e comunidades tradicionais a partir da linguagem, dos diferentes símbolos, artefatos e paisagens. Nesse caso, o quilombo. D. Juscelina apresenta, no processo de territorialização, a ontologia territorial, ou seja, o território como condição fundamental da existência (HAESBAERT, 2021). Desenvolveremos essa questão no capítulo sobre o mapeamento social.

Para essa discussão, trazemos Wagner (2011, p.184-185), o qual ressalta que “o significado de tradicional nesta ordem mostra-se polissêmico, abrangendo situações socialmente distintas e processo diferenciados de construção do território. A diversidade cultural torna-se indissociável da noção de tradicional”.

Quando se fala em território quilombola, precisamos entender que não é um território qualquer, e sim um “território tradicional”, em que as comunidades tradicionais expressam seus modos de vida, de modo a fazer uso do território e deixar suas impressões culturais desde o manejo com a terra no seu uso comum ao tipo de moradia, como fazem uso desse território tradicional em sua vivência. Assim, “o território é construído socialmente e conhece alterações a partir da correlação de forças e do grau de poder de coerção exercido pelos antagonistas” (ALMEIDA, 2011, p. 95).

O reconhecimento como quilombo vai além da luta por território. Trata-se de uma resistência para preservar as práticas culturais identitárias dos seus ancestrais.

Observamos isso quando entrevistamos as mulheres Griôs do Quilombo Dona Juscelina. Na perspectiva da antropologia, a análise da identidade vai além das questões territoriais, como nos alerta os autores abaixo:

Nas últimas décadas, os processos de reconhecimento de “terras de preto” como de “remanescentes” de quilombos tem sido motivo de polêmica na mídia e têm envolvido várias esferas de poder como o Estado e a Academia que buscam as origens dessas comunidades e questionam se elas realmente têm direitos sobre a terra (CARNEIRO; OLIVEIRA, 2017 *apud* MORAES; SILVA, p. 02).

Neste sentido, mesmo após o reconhecimento das terras do Quilombo Dona Juscelina, a luta continua para a preservação da cultura e dos saberes que são passados de gerações em gerações, sobretudo pelo conselho de Griôs, que tem a responsabilidade de afirmar esta identidade.

De acordo com Almeida (2011), ocorre uma revisão sobre os conceitos de raças, não mais na perspectiva científica, mas para uma afirmação étnica, levando em conta a consanguinidade, ou mesmo a língua e sinais exteriores que identificam etnicamente. O que está em debate é uma unidade social baseada na reciprocidade construída como forma de resistência em uma existência coletiva com capacidade de resiliência, com uma estrutura de poder que orienta a vida social.

Percebemos estas características na formação do Quilombo Dona Juscelina, tendo em vista que muitos membros da comunidade não têm ligação sanguínea. Esta comunidade foi formada no entorno da liderança da matriarca dona Lucelina Gomes (Dona Juscelina). Mesmo sem ter parentesco, as pessoas se identificam como quilombolas e estão unidas há décadas nesta comunidade, formando uma unidade social de resistência coletiva.

Em relação ao significado do conceito de quilombo, trazemos a definição do antropólogo Clastre (1975), o qual defende que uma das diferenças entre os povos tradicionais da sociedade convencional contemporânea é a forma de manejar a terra, tendo em vista que mesmo aqueles que vivem da agricultura, ainda utilizam de técnicas tradicionais como forma de resistências contra a evolução das novas tecnologias de produção para o mercado. Os povos tradicionais têm a preocupação de produzir o suficiente para repor as suas energias e não estão alienados pelo trabalho. A noção de quilombo vai além do lugar geograficamente definido. Trata-se

do espaço em que ocorrem relações sociais tradicionais de resistência a partir dos seus modos de vida.

A antropologia de Pierre Clastres em seu texto célebre, *A Sociedade contra o Estado* (2003) reverbera aqui ao apresentar a existência de uma vizinhança política entre os povos ameríndios e os quilombos em suas relações com o Estado. Talvez esse transbordamento da antropologia clastreana possa nos ajudar a compreender os diferentes agenciamentos das comunidades quilombolas que, em todo o território brasileiro, reivindicam junto ao Estado, direitos e cidadania plena - a identidade jurídica de “comunidades remanescentes de quilombos”, adscrita no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A cidadania plena seria exatamente o ponto central da crítica da “sociedade contra o Estado” (LOURENÇO *et al*, 2016, p. 13).

Os povos tradicionais estão mais alinhados com a natureza e têm a preocupação com a preservação da biodiversidade, fato este que podemos observar na Comunidade Dona Juscelina, em que cada quintal tem o cuidado de manter as árvores frutíferas e o cultivo de uma grande diversidade de plantas, mesmo quando o espaço é pequeno.

Em 1998, 194 países se reuniram no Rio de Janeiro, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD e assinaram a Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, entre eles o Brasil, produzindo um documento, o Decreto nº 2.519/16/03/1998. A referida convenção foi ratificada por 164 países e entrou em vigor em Dezembro do mesmo ano. Uma das finalidades deste documento foi estabelecer as normas e princípios que devem reger o uso e a proteção da diversidade biológica em cada país signatário. Logo, a Convenção “dá as regras para assegurar a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e a justa repartição dos benefícios provenientes do uso econômico dos recursos genéticos, respeitada a soberania de cada nação sobre o patrimônio existente em seu território” (JORNAL ECO, 2014).

Proteger as comunidades tradicionais e contribuir com a preservação da sua memória cultural é uma forma de manter protegida a diversidade biológica, levando em consideração o que já foi relatado, que são as maneiras deste povo se relacionar com a natureza e com o meio ambiente. Além desta intenção, em 2007, o governo federal brasileiro baixou o Decreto de nº 6.040/2007, positivando o direito dos povos tradicionais manterem seus territórios, ao instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais definidos como podemos observar na citação:

Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, Art. 3º, inciso II).

Compreendemos que o quilombo não pode ter o seu território conceituado sob as perspectivas dos demais territórios, pois suas especificidades envolvem territorialidades à preservação de uma cultura diferenciada sobre as produções econômicas e sociais. O significado de território para estas comunidades é diferente da sociedade convencional.

A partir dessa perspectiva, entendemos que os quintais produtivos do Quilombo utilizam técnicas tradicionais que protegem o meio ambiente, produzem o suficiente para o sustento da família sem preocupação com acúmulo de capital, mas com o compartilhamento com a sua comunidade.

Neste estudo, consideramos as práticas culturais, em que as mulheres cuidam dos quintais na comunidade, enquanto perspectiva para o cultivo de plantas, as quais devem ser utilizadas no tratamento medicinal. Somado a isso, podemos citar a produção de frutas, canteiros de verduras e, especialmente, hortas, como medidas de alimentação da família. No entanto, são também práticas de saberes, as quais são passadas às gerações mais novas, no intuito de dar continuidade as suas tradições. Neste sentido, analisamos também as novas dinâmicas sociais aplicadas dentro deste grupo específico e os seus contatos interétnicos.

Entendemos plantas medicinais, em um diálogo interdisciplinar, à ótica da etnobotânica², ciência que discute as relações cotidianas do homem com a natureza no território, enquanto modos culturais e saberes tradicionais construídos por meio das vivências, passados de geração em geração. Esse conhecimento das pessoas sobre o uso das plantas é percebido nos quintais produtivos das mulheres griôs no Quilombo de Dona Juscelina. Portanto:

Plantas medicinais: espécies vegetais, cultivadas ou não, utilizadas com propósitos terapêuticos. Chamam-se plantas frescas aquelas coletadas no

²A etnobotânica pode ser definida como o estudo da relação existente entre o Homem e as Plantas e o modo como essas plantas são usadas como recursos. Atualmente, a etnobotânica tenta se comprometer com o mundo em desenvolvimento, adotando uma posição estratégica com seu foco integrativo (ROCHA; BOSCOLO; FERNANDES, 2015, p. 67).

momento de uso e plantas secas as que foram precedidas de secagem e estabilização, equivalendo à droga vegetal (BRANDELLI, 2012, p. 01).

Diante disso:

A história do uso de plantas medicinais, desde os tempos remotos, tem mostrado que elas fazem parte da evolução humana e foram os primeiros recursos terapêuticos utilizados pelos povos. Pode-se afirmar que o hábito de recorrer às virtudes curativas de certos vegetais se trata de uma das primeiras manifestações do antiquíssimo esforço do homem para compreender e utilizar a natureza como réplica a uma das suas mais antigas preocupações, aquela originada pela doença e pelo sofrimento. (BRANDELLI, 2012, p. 01).

De acordo com Linhares (2014), o uso cultural das plantas com fito de cura é uma prática ancestral entre as comunidades tradicionais, inerentes à existência humana, sendo, muitas vezes, a única forma de cura para esses povos e que acreditam no poder de cura das plantas como reflexo de suas experiências de vida no tocante a ter a saúde restabelecida pelo uso dessa cultura de cura. Assim, “o uso de plantas medicinais é uma prática antiga da humanidade e, ainda hoje, para muitos grupos étnicos e comunidades, simboliza a única forma de tratamento e cura de doenças” (LINHARES *et al*, 2014, p. 39).

Ao levar em consideração a história de vida das mulheres do Quilombo Dona Juscelina, que trataremos ao longo do texto, entendemos que as práticas dos quintais produtivos do Quilombo se apresentam dentro das questões de sustentabilidade do bem viver³, da economia solidária⁴, na luta por justiça social,

³BEM-VIVER (BV): A principal dessas expressões vem dos povos indígenas da região andina que buscam, por meio do conceito e dos princípios do BV, a possibilidade da vida fora dos parâmetros do bemestar proclamados pela modernidade ocidental eurocêntrica, capitalista e colonial. Nos últimos anos o termo BV passou a ser mencionado em diversos textos e publicações como sinônimo de vida saudável, associado a projetos de desenvolvimento econômico dos governos do Equador e da Bolívia e, apesar de sua natureza polissêmica, passível de diferentes concepções, manteve como fundamento a garantia de qualidade de vida aos mais pobres (LACERDA; FEITOSA, 2015). Esses povos têm maneira própria de conviver e conservar a natureza assegurada por normas constitucionais (SAMPAIO *et al*, 2017, p. 42-4).

⁴O conceito de Economia Solidária na Europa, segundo Gaiger (2009), tem sua origem em um novo capítulo da história da Economia Social, cujas raízes mais distantes datam do século XIX. Ele explica que, naquela época, face às turbulências sociais provocadas pela Revolução Industrial, o associativismo surgiu como uma resposta de operários e camponeses que se caracterizava desde seus primórdios por formas de gestão autônomas e democráticas. Para Laville e Roustang (1999), o conceito de Economia Solidária baseia-se em uma ênfase sobre o desejo da Economia Social, em sua origem, de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação dessas três dimensões que se situam os fundamentos essenciais das Economias Social e Solidária (ALVES *et al*, 2016, p. 245).

além de preservar práticas culturais da comunidade como forma de resistências em uma sociedade com características patriarcal, firmada na tradição eurocêntrica de uma elite branca.

Durante um longo tempo, as mulheres não tinham o direito reconhecido de participarem ativamente da sua própria história. Suas vozes eram silenciadas pela sociedade patriarcal. A luta dos movimentos feministas conseguiu uma ascensão da mulher, como protagonista na sua própria história e na história da comunidade. As vozes delas passaram a ser ouvidas e, na sociedade contemporânea, já participam ativamente em vários setores. Esta pesquisa tem como um dos seus objetivos dar ênfase às narrativas das interlocutoras a partir de suas histórias de vida no quilombo Dona Juscelina.

De forma naturalizada e, muitas vezes velada, a voz da mulher é representada por homens: primeiro pelo pai, depois o marido, um filho mais velho, os líderes comunitários, do gênero masculino ou mesmo pesquisadores que narram à história das mulheres. Ainda existe, de forma cristalizada, a prática das mulheres em ouvir mais do que falar, seguindo um papel secundário, imposto pela sociedade contemporânea, uma condição de subjugação da voz dessas mulheres. Muitas são as conquistas da mulher no papel de liderança, mas é necessária muita resistência por parte delas na luta para ocupar seu lugar de direito.

A partir das reflexões de Ribeiro (2015) sobre lugar de fala, compreendemos que a fala não é apenas emitir som ou palavras, podendo ir muito além disso. O lugar de fala é a positivação de sua existência, é falar como um membro de um grupo social a qual a pertence. Durante vários séculos, a voz do negro não foi escutada e quando se trata da mulher negra em uma sociedade patriarcal, esta voz é inaudível.

O trabalho de pesquisa se desencadeia frente à complexidade de sua realização filosófica no contexto real, contando, com isso, com a contribuição de uma infinidade de entendimentos, relatos, narrativas, histórias de vida e fonte teórica que contribua para a criação deste feito. Neste sentido, e por se tratar de uma comunidade tradicional, fundamentada na prática da oralidade para transmitir sua cultura e sua história às gerações futuras, optamos por trabalhar com a História Oral e a História de Vida. Thompson (1992) destaca que a História Oral traz grandes contribuições à rememoração da cultura e da tradição de uma comunidade ou de

uma nação. Pode proporcionar uma dimensão viva, ao trazer novas perspectivas historiográfica contemporânea.

a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos. (ALBERTI, 1989 *apud* MATTOS; SENA, 2011 p.96).

As fontes desta pesquisa são as narrativas orais das mulheres quilombolas griôs do Quilombo Dona Juscelina, construído a partir de entrevistas semiestruturadas orais, que foram analisadas utilizando como metodologia uma abordagem qualitativa, tendo em vista que permite um aprofundamento no entendimento do objeto, possibilitando responder aos questionamentos levantados, bem como atender aos objetivos da pesquisa.

Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória busca desenvolver, esclarecer e transformar conceitos e ideias, preparando questionamentos e hipóteses para posteriores estudos. Esta metodologia permite que as hipóteses sejam reelaboradas ou construídas durante a pesquisa, e dá ênfase às experiências vividas pelas agentes sociais, de maneira a permitir o diálogo e interlocução com nossas entrevistadas. Assim, por meio desta exploração, objetivamos conhecer a realidade que justifica a preocupação da comunidade de ensinar as práticas culturais (ervas medicinais, produzidas por seus ancestrais, produção de frutas, mandioca e pequenos animais).

Esta investigação foi desenvolvida com base na História Oral e História de Vida por um viés interdisciplinar, a partir de entrevista semiestruturada, compreendendo as narrativas das mulheres griôs, bem como suas memórias individuais e coletivas, por intermédio de entrevistas, transcrições, interpretações e análises das narrativas, confrontando a percepção de mundo dessas quilombolas com as concepções teóricas analisadas, as quais estão dispostas nas referências bibliográficas. Foram entrevistadas 06 (seis) mulheres quilombolas com faixa etária entre 57 (cinquenta e sete) e 91 (noventa e um) anos.

A partir desses fazeres, enquanto práticas culturais da ancestralidade, entendemos cultura a partir das concepções de Thompson (1998), que ressalta categorias como tradição, experiência, economia moral e costume, que nos são

caras para compreendermos esse objeto de estudo tão repleto de riqueza cultural: mulheres griôs e seus quintais produtivos - práticas educativas e culturais.

A noção de cultura discutida por Thompson (1998) revela a face das culturas tradicionais, que aqui entendemos como cultura de tradição, por analisarmos os modos de vida de povos tradicionais, os quilombolas.

“tradição”, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena, na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. Essa é a razão pela qual precisamos ter cuidado quanto a generalizações como “cultura popular”. Essa pode sugerir, numa inflexão antropológica influente no âmbito dos historiadores sociais, uma perspectiva ultraconsensual dessa cultura, entendida como “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as forma simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados”. Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos (THOMPSON, 1988, p. 16/17).

Conforme o autor, para compreender o passado, precisamos perceber e valorizar a experiência, além de reconhecer a consciência social enquanto fundamento dos modos de vida dos sujeitos. A experiência dos povos tradicionais é o fundamento da resistência, uma vez que a ancestralidade é viva e dá sentido à cultura transmitida oralmente que, a seu modo, mobiliza a didática e o ensino pedagógico em uma flexibilidade interdisciplinar.

Dessa maneira:

interdisciplinaridade é um conceito que invocamos sempre que nos confrontamos com os limites do nosso território de conhecimento, sempre que topamos com uma nova disciplina cujo lugar não está ainda traçado no grande mapa dos saberes (POMBO, 2008, p. 15).

A tradição é entendida como parte da identidade do sujeito que vive em comunidade, construindo experiências e vivências no dia-a-dia junto aos mais velhos, que lhes vão conduzindo a seu modo a caminhos do saber, da tradição, do costume, da cultura. O costume é entendido a partir da visão de Thompson (1998), como um valor moral com poder de lei dentro da cultura de um povo.

A importância dada por Thompson à práxis, à ação humana, ao desenrolar dos acontecimentos a partir da vivência e experiência dos sujeitos históricos pode ser apreendida a partir de sua explicação sobre as escolhas feitas ao escrever: A Formação da Classe Operária (MEIRA, 2014, p. 06).

É a partir dessas experiências que o conhecimento é construído nas relações sociais. Dessa forma, Freire (1987) aborda que:

a consciência do mundo e a consciência de si crescem juntas e em razão direta; uma é a luz interior da outra, uma comprometida com a outra. Evidencia-se intrínseca correlação entre conquistar-se, fazer-se mais si mesmo, e conquistar o mundo, fazê-lo mais humano; apenas pensa e pratica um método pedagógico que procura dar ao homem a oportunidade de redescobrir-se através da retomada reflexiva do próprio processo enquanto vai ele se descobrindo, manifestando e configurando – método de conscientização (p. 08).

É a partir desse pensar o mundo de forma consciente que os quilombolas desenvolveram seus saberes pedagógicos e práticas culturais na comunidade e, assim, os quintais produtivos dão sentido às suas vivências e sobrevivências à medida que mobilizam as plantas e seus nutrientes medicinais para salvar vidas, manter sua qualidade de vida e da comunidade, tornando-se um costume que é passado de geração a geração (THOMPSON, 1998).

Entendemos economia moral a partir da concepção de Thompson (1988), uma vez que essa categoria é fundada nos costumes tradicionais da comunidade, os quais resistem paralelamente ao avanço da lógica capitalista, a qual não valoriza a conduta econômica baseada nos costumes em uma resistência aos novos padrões de consumo, às inovações tecnológicas e técnicas modernas no uso da terra dentre outros campos. Logo, “[...] podemos entender boa parte da história social do século XVIII como uma série de confrontos entre uma economia de mercado inovadora e a economia moral da plebe, baseada no costume” (THOMPSON, 1998, p. 21).

Igualmente, Oliveira (2018) buscou levantar dados sobre o Quilombo Dona Juscelina, apresentando uma tabela com a quantidade de comunidades quilombolas no Tocantins, certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). O que se pode notar, fazendo uma comparação entre a pesquisa da autora e a nossa pesquisa atual, é que não houve nenhuma expansão quanto à criação e/ou certificação de novas comunidades. É o que se observará pelos dados que serão apresentados, no quadro 01, inserido no Capítulo I.

O Quilombo Dona Juscelina, território em que a pesquisa ocorreu, está inserido dentro das 45 comunidades quilombolas, certificados pela FCP. As informações colhidas no site da fundação foram essenciais para ter noção sobre a construção cultural de cada comunidade, bem como, sobre o grau de importância ao

qual são vistos tais grupos comunitários e sobre a relevância político social de cada um.

O referido quilombo está entre as nove comunidades que se situam na região norte do Tocantins. Localizado em Muricilândia, à aproximadamente 449 km da cidade de Palmas (capital do Estado do Tocantins), com acesso pela rodovia estadual TO-222, que cruza todo o Estado e a BR-153. No anexo I, contém o Decreto nº 4.887/03. Esta Lei instituiu o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03 (BRASIL, 2003).

Em relação ao processo de certificação dessas comunidades, observamos que ocorreu de acordo com os critérios especificados na Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007. As demais comunidades se localizam na região central e sul do Tocantins, 16 comunidades localizam-se na região sudeste conforme dados da pesquisa de Oliveira (2018). Em meados dos séculos XVII e XVIII, esta região era rica na extração de minérios. Em consequência disto, existia uma forte presença de mão de obra de pessoas negras, ao qual foram escravizadas conforme se permitia na época.

Dessa forma, esta pesquisa está organizada em quatro sessões, sendo a introdução e mais três capítulos. No *primeiro capítulo*, apresentamos a introdução, trajetória da pesquisa, os métodos e metodologia que foram utilizados e a localização geográfica do território da pesquisa. Ainda no primeiro capítulo, traremos uma reflexão que envolve o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do Quilombo.

No *segundo capítulo*, buscamos apresentar o conceito de Griôs, sobretudo as mulheres quilombolas Griôs nas perspectivas de identidade, como também o conceito de quilombo. Apresentaremos também, o que são as mulheres quilombolas na perspectiva de Ratts (2006) e as práticas culturais deste povo.

O *capítulo três* aborda as narrativas de experiências das mulheres quilombolas griôs nos quintais produtivos, nesse caso, o quilombo dona Juscelina, desde o cuidado de preparo do solo, e o cultivo das plantas. Apresentaremos o mapeamento das produções existentes nos quintais produtivos das três griôs que foram nossas interlocutoras relacionando o mapeamento descritivo com as

narrativas sobre as práticas dos quintais produtivos como práticas culturais e a preservação da cultura das próximas gerações.

1.1 Memorial

Sou Jannete da Silva Milhomem, brasileira, negra, 39 anos, professo a fé Cristã, nascida em Araguaína - TO, divorciada, ainda não tive filhos. Filha e neta de nordestinos - pernambucano, cearense e maranhense. O avô materno, Manoel Ferreira da Silva, trabalhava como vaqueiro e agricultor, cultivando pimenta de cheiro, boldo, babosa, frutas, caju e outras plantas, tanto em Pernambuco, quanto no Maranhão. Nas fazendas pelas quais passou, além de trabalhar, residia com sua esposa, Josefa Bernarda da Silva, e seus nove (09) filhos. Além de lidar com manejo do gado, plantava alimentos e frutas, os quais serviam para o sustento de sua família. Sua esposa o ajudava também nesse plantio, pois cultivava hortaliças e frutas em seu quintal, de modo a proporcionar também a colheita dos referidos itens. Além disso, fiava fio no fuso para confecção de redes para os filhos. Estes, por sua vez, foram criados, desde muito cedo, ajudando os pais nesse trabalho braçal. Em razão disso, estudaram até a quarta série somente.

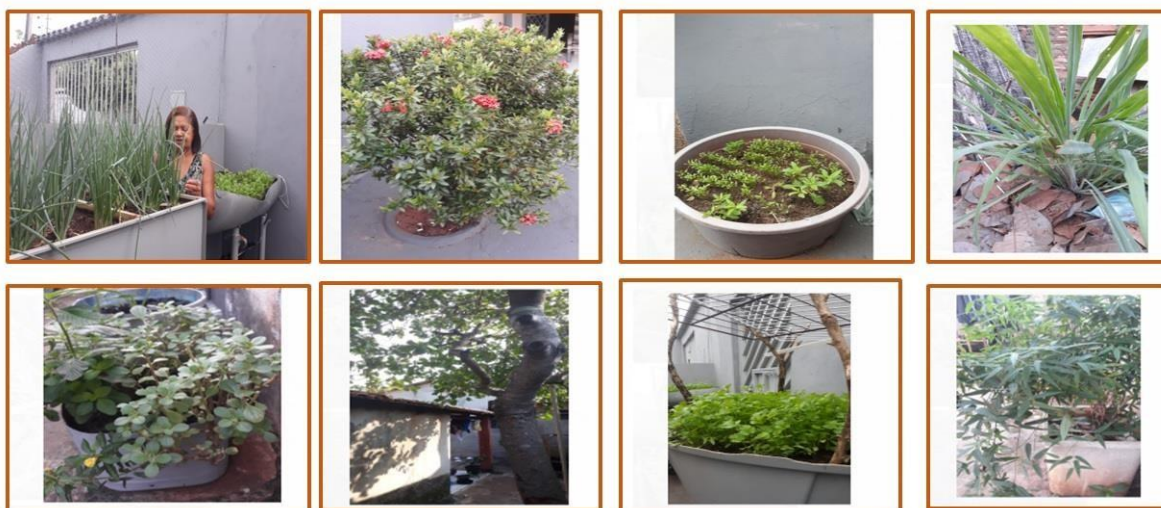
Minha mãe, Ivanete da Silva Milhomem, nasceu em São Domingo do Zé Feio. Foi criada no sertão, carregando lata de água na cabeça para uso diário doméstico, bem como ajudando os pais nos trabalhos da roça. Após alguns anos, foram morar em Carolina - MA, onde ela passou a trabalhar como empregada doméstica. Nesse novo lugar, conheceu o meu pai, João Gomes Milhomem (*in memoriam*), nascido em Goiatins. Na ocasião, trabalhava em serviço braçal em uma pedreira da cidade e vendendo galinhas. Após um ano de namoro, se casaram, permanecendo 32 anos na vida matrimonial. Tiveram o primeiro filho, Marcos Aurélio da Silva Milhomem. Depois, decidiram se mudar para a região norte de Goiás, hoje, Tocantins, na perspectiva de uma vida melhor.

Chegando em Araguaína, meu pai passou a trabalhar de garçom em uma empresa do ramo de hotelaria, bastante conhecida na cidade, o Transhotel, onde trabalhou por duas décadas e meia. Minha mãe passou a trabalhar como sacoleira, vendendo roupas, depois como Auxiliar de Serviços Gerais (ASG) em hospitais e escolas. Em Araguaína, tiveram mais 3 filhos, sendo que a segunda, Marina da Silva

Milhomem, veio a falecer logo após o seu nascimento, em decorrência de um parto pré-maturo. Na ocasião, os recursos hospitalares eram precários.

Posteriormente, nasceu a terceira filha, Nara Núbia da Silva Milhomem, e, por fim, a caçula, Jannete da Silva Milhomem, a qual, no caso, é a pesquisadora deste estudo. Mesmo vivendo em um outro estado, fomos criados dentro da cultura nordestina. Minha mãe sempre cultivou canteiros com cebolinha, coentro, couve manteiga, quiabo em seu quintal, bem como plantas medicinais (capim santo, erva cidreira, babosa, pimenta de cheiro, boldo e matruz), plantas frutíferas (caju, manga, abacate, goiaba, coco), bem como muitas plantas ornamentais, tal como mostra a figura abaixo:

Imagem 01: Cultivos de minha mãe: Cebolinha, coentro, capim santo, boldo, pé de cajú e plantas ornamentais



Fonte: Acervo Pessoal da Pesquisadora

Atribuo à criação que tive, em especial à minha mãe, boa parte do meu interesse pelo cultivo de plantas medicinais nos quintais. Esta experiência, por sua vez., está diretamente ligada à minha ancestralidade, de maneira a me aproximar, desde minha gênese, à temática aqui discutida.

Apesar de não terem continuado seus estudos, sempre incentivaram os filhos a estudarem. Não eram de nos acompanhar nas tarefas da escola, uma vez que não tinham conhecimento dos conteúdos e tinham que trabalhar. Às vezes, tínhamos dificuldades, mas deixávamos para resolvê-las na própria escola. Estudamos a primeira fase do ensino fundamental, na Escola Paroquial Sagrado Coração de Jesus. Já a segunda fase do ensino fundamental, foi na Escola Estadual Marechal

Rondon. Por fim, o ensino médio foi estudado na rede privada, no Colégio Educandário Objetivo, pois meu pai fazia questão de termos um ensino, segundo ele, de melhor qualidade.

Comecei a trabalhar relativamente cedo, aos 14 anos, em uma empresa de telemensagens: Gesto de Carinho Mensagens. Esse período foi bastante difícil, pois tivemos que enfrentar uma mudança familiar, que consistia no divórcio dos meus pais. Isso alterou significativamente nossa rotina e causou uma série de desafios, tais como: insegurança emocional, dificuldades financeiras e responsabilidade precoce.

Em meio a essa situação, prestei o vestibular para ingressar no Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC), escolhendo um curso que coubesse no meu orçamento. Na ocasião, meu salário era baixo e, como eu tinha que ajudar nas despesas de casa, não me sobrara muito. Com isso, minhas opções ficavam entre os cursos de Pedagogia e Administração.

Decidi prestar o vestibular para o curso de Pedagogia e fui aprovada. Como eu não havia informado a ninguém sobre o vestibular, quando saiu o resultado foi uma agradável surpresa para todos. Deixar para falar dos projetos apenas quando tenho o resultado é uma das minhas características mais peculiares.

Meu pai, o qual já não morava mais conosco, ficou tão feliz que se prontificou a ajudar no custeamento das mensalidades do curso. Isso veio como música aos meus ouvidos. Entretanto, ele não pôde cumprir, pois logo descobriu um problema no coração e teve que fazer uma cirurgia que o fez morar novamente conosco. Diante disso, minha mãe cuidou dele durante todo processo, mas o seu pós-operatório não foi fácil, o que culminou em seu falecimento logo no começo do meu primeiro período na faculdade. Isso me desmontou, pois eu não queria acreditar que nunca mais o veria e nem o chamaria de pai.

Esse acontecimento teve um peso muito grande para mim. Recordo-me de quando ele sofreu um AVE (acidente vascular encefálico) e ficou em coma. Eu voltava da faculdade em minha Biz 2002, cor preta, que ele me ajudou a comprar, enquanto conversava com Deus em oração, pedindo ao Senhor que fizesse a vontade Dele na vida de meu pai, pois ele era um homem muito alegre e positivo para viver em sofrimento de graves sequelas, caso sobrevivesse.

No terceiro dia de coma, em 12 de março de 2003, às 5 horas, recebemos a ligação do hospital comunicando seu falecimento. Nesse momento, eu entendi que

foi a resposta de Deus para a vida de meu pai. Confesso que não foi fácil prosseguir naquele começo de curso, pois havia perdido meu pai, não como no período do divórcio que, apesar dele não morar mais conosco, o via com frequência. Todavia, dessa vez, o havia perdido por um tempo maior em que eu não o veria mais, pelo menos não da mesma forma.

No velório, as lágrimas foram mais contidas, mas uma semana depois, ao ouvir uma música do cantor Amado Batista, a qual ele gostava muito, simplesmente desabei, em um pranto que estava sufocado no meu interior. No quarto período de curso, surgiu uma oportunidade de estágio remunerado no Serviço Social do Comércio (SESC), por meio de uma parceria com o ITPAC, a qual objetivava contratar estagiários para auxiliar professores titulares da sala de aula. Nessa época, passei a me interessar mais pela área da educação, o que me incentivou a deixar de atuar no comércio e passar a aprender mais da área professorassem que atuara.

A conclusão do meu curso veio em 2007, acompanhada da efetivação como professora na mesma empresa em que estudei. Com isso, a situação financeira começou a melhorar. Nesse mesmo ano, me casei e, dois anos depois, fui aprovada em dois concursos para docente dos anos iniciais, sendo um municipal e o outro estadual. Na ocasião, percebi lindas oportunidades surgindo para Glória de Deus. Cursei uma Pós-Graduação *Lato Sensu* em “Gestão, Supervisão e Orientação Educacional”. Em 2019, participei da minha primeira seleção de pós-graduação do Programa PPGCULT, da UFT, em que fui aprovada, dando início à pesquisa acerca dos Quintais Produtivos das Mulheres Quilombolas Griôs de Muricilândia-TO. A partir da experiência no mestrado, pretendo continuar pesquisando outras temáticas, produzir artigo para publicação e, com isso, contribuir com a pesquisa científica.

A escolha do tema se deu pela minha identificação com as práticas das interlocutoras mulheres, uma vez que, desde a infância, tive vivências com as plantas do quintal de minha mãe, a qual transmitiu seus costumes tradicionais do povo do nordeste em cultivar plantas e manter viva a tradição de ter um quintal bem diversificado, atentando ao fato de utilizar o alimento quando for preciso e auxiliar as pessoas em suas necessidades, entre elas, na cura de doenças como: dor de cabeça, infecção intestinal, gripes, febres e outras enfermidades, pois meus pais não tinham o costume de ir ao médico tratar essas doenças.

Meu lugar de fala é o da mulher negra, filha de nordestinos e nortista do Goiás, a qual foi criada tomando banha de galinha e cebola para curar tosse e chá de erva cidreira para curar febre. Quando sentia dor de barriga e destemperado intestinal, minha mãe me dava chá da casca seca da laranja ou chá da folha de goiaba. Ao ficar gripada, tomava chá de alho com limão e mel, melado de abacaxi feito com hortelã, suco de beterraba com cenoura para prevenir a anemia egemada para melhorar a imunidade. Assim, aprendi a utilizar esses remédios caseiros, o que me acompanha até hoje. Anualmente, vou ao médico para fazer check-up, mas, graças a Deus, minha saúde é boa. Esses remédios caseiros, assim denominados na cultura nordestina, fazem sentido em minha vida enquanto filha de mulher que mobilizou seus conhecimentos tradicionais para cultivar, em seu quintal, plantas que faziam a diferença, tanto na alimentação, quanto na qualidade de vida.

Essa pesquisa reflete muito a minha infância, os meus valores e princípios, de modo a remeter ao meu passado e trazer à memória minhas vivências de criança. Ainda sinto o cheiro do chá de erva cidreira que minha mãe fazia, o aroma do melado de abacaxi e quando penso no chá de alho com limão minha boca saliva. Meu lugar de fala é de uma mulher que rememora sentimentos mais íntimos dão sentido a minha vida no agora, pois são alicerces da minha identidade.

1.2 Biografias das Mulheres griôs e não-griôs da CDJ

Entendemos que as mulheres quilombolas vão além do gênero e da raça, pois têm um papel social relevante na comunidade. Isso, por sua vez, aspecto ficou marcado nas narrativas das nossas interlocutoras, as quais serão apresentadas a seguir.

Iniciamos a apresentação pela Griô Dona Lucelina Gomes dos Santos (*in-memória*), conhecida popularmente como Dona Juscelina. Uma liderança na comunidade quilombola que carinhosamente leva o seu nome. Respeitada pela maioria dos membros da comunidade, todos a tratam como sua família. Dona Lucelina assumiu o cargo de Presidente do Conselho de Griôs e, ao mesmo tempo, Presidente da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina. Sempre ocupou um papel de liderança na comunidade, uma mulher procurada em momentos de decisões dos membros do quilombo.

Dona Lucelina nasceu em 24 de outubro de 1930, na cidade de Nova Iorque, no Maranhão, tendo sua avó foi cativa. Exerceu na comunidade as funções de benzedeira, lavradora, parteira, quebradeira de coco e griô. No dia 24 de fevereiro de 2021, a UFT concedeu à Dona Juscelina o título de Doutora Honoris Causa. Este título é concedido à personalidade que se destaca pelo saber e que contribui com as artes, à filosofia e, sobretudo, à ciência. No caso de Dona Juscelina, como gostava de ser denominada, são várias as contribuições à comunidade por meio de sua história de vida e das trocas de conhecimento a partir das pesquisas que ela participou ao longo da história e, ao mesmo tempo, na construção do saber científico. Por meio da Figura 1, podemos visualizar a imagem dessa mulher a qual representa o Quilombo, comunidade que leva o seu nome.

Imagem 02: Lucelina Gomes dos Santos – Presidente do Conselho de Griôs do QDJ



Fonte: *Facebook* do Quilombo Dona Juscelina (2021)

Em 2012, Dona Lucelina Gomes dos Santos recebeu da Câmara de Vereadores de Muricilândia o título de Cidadã Muricilandense pelos serviços prestados à cidade na construção da comunidade quilombola e por ter contribuído na preservação da cultura e na defesa dos direitos da comunidade. A Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça, em 2016, concedeu-lhe o prêmio Boas Práticas em Direitos Humanos Categoria VIII – Igualdade Racial, como reconhecimento de sua luta em defesa dos direitos da comunidade quilombola. A matriarca afirma ter

realizado 583 partos. Parteira muito conhecida na região, contribuiu, de forma efetiva, na formação sociocultural de Muricilândia. Imaginamos que ao auxiliar em vários partos essa mulher quilombola foi a principal responsável pela vida de várias pessoas, tendo acompanhado seu crescimento desde que era bebê. Essa experiência de vida, com certeza, a fez reconhecer no momento do parto se seria tranquilo ou se teria alguma complicação. Esse conhecimento não foi adquirido em bancos de faculdade, mas pela vivência junto ao seu povo e com aquelas mulheres que não tinham condição financeira para se deslocar até uma cidade maior para realizar seu parto.

A matriarca viu o desabrochar de muitas vidas. Os primeiros momentos da vida são mágicos. É quando o bebê respira o oxigênio pela primeira vez fora da barriga da mãe; é quando chora e pode ser ouvido; quando experimenta o leite da mãe e sente o aconchego do colo protetor de sua genitora, mas antes precisava sentir o calor das mãos daquela mulher matriarca, com sua força de mulher negra que estava ali plena, para viver aquele momento único, em que a mãe precisa de apoio e cuidado.

No dia 03 de julho de 2021, enquanto me preparava para continuar escrevendo sobre esta mulher histórica, recebi a notícia de seu falecimento aos 91 anos de idade, trazendo uma grande tristeza para toda a comunidade. No dia 04 de julho, acompanhamos todo o cerimonial de passagem da matriarca, a despedida de seu povo, as homenagens e a passagem do manto de griô para a sua filha.

Outra pessoa bastante importante nesta pesquisa, que muito contribuiu com nosso trabalho, foi a Dona Cícera Vieira (*in-memória*), conhecida como Dona Ciça, que narrou suas experiências no Conselho de Griôs. Mulher, guerreira e griô, descendente de povos africanos que foram escravizados no Brasil, símbolo de resistência, carinhosa e sensível, com um coração bondoso a serviço da comunidade, vale ressaltar que ela amava as plantas do seu quintal.

Imagem 03: Dona Cícera Vieira, quilombola griô do Quilombo Dona Juscelina



Fonte: Arquivo pesquisa (2020)

Dona Cícera, 69 anos, nasceu na cidade de Guadalupe, no Piauí, no dia 17 de janeiro de 1951. Seus pais vieram para Muricilândia, quando ela tinha menos de 01 ano de idade. Foi criada na comunidade e, quando se tornou adolescente, mudou-se para o convento em São Paulo, onde construiu boa parte do conhecimento sobre cuidados médicos e a importância das plantas. Muito tempo depois, se tornou uma griô. *“sou uma griô, ser uma griô eu acho muito importante, porque o griô em si já escolhe as pessoas idosas, por quê? Porque já tem experiência de muitas coisas igual eu”* (Entrevista com Dona Cícera Vieira, em 2020).

Para Dona Cícera Vieira, griô é uma pessoa experiente que possa contribuir com a necessidade dos membros do quilombo. Ela ficou muito feliz quando o conselho a convidou para ser uma griô, para poder dividir seus conhecimentos experienciais com quem precisasse e na cúpula de liderança do Quilombo Dona Juscelina (QDJ) (THOMPSON, 1998).

Nossa terceira interlocutora griô é Dona Rosa Mirtes, professora da comunidade e preocupada em manter o diálogo entre os membros do conselho de Griôs e os jovens da comunidade.

Imagem 04: Dona Rosa Mirtes, quilombola griô do QDJ nos apresentando seu quintal produtivo



Fonte: Arquivo da pesquisa (2020)

Dona Rosa Mirtes mora na comunidade há mais de 30 anos. Hoje, com 62 anos, veio do município de Araguaína, onde morava às margens do rio Araguaia, para trabalhar como professora em Muricilândia. Ela considera as pessoas da comunidade como sua família, tendo em vista que a mesma não tem filhos e mora sozinha.

Essa griô tem uma atuação importante na comunidade quilombola e fala do seu propósito como griô, *“é cuidar, não deixar se perder ajudar qualquer assim uma pessoa assim que a gente ver, ajudar um doente, visitar um doente, ensinar fazer um remédio, um chá”*. Ela realiza visitas nas residências dos membros da comunidade, principalmente quando estão doentes ou precisando de ajuda com um conselho aos mais jovens; ensina a fazer um chá ou um remédio e, como tem um quintal produtivo, deve colher as ervas do seu quintal de acordo com a doença da pessoa que vai visitar e levar para fazer o remédio. Percebemos o uso da cultura de cura com plantas medicinais nessa narração da Dona Mirtes e a economia moral: *“a economia moral da multidão rompia decisivamente com a dos paternalistas”*. Logo, essa ótica, além de visitar, levar o remédio necessário para cura de alguém e ainda ensinar como fazer o remédio quebra a ótima capitalista (THOMPSON, 1998, p. 167).

Os pais de Dona Rosa Mirtes são oriundos de Canto do Buriti-PI, onde ela nasceu também e migrou para essa região, norte do Goiás, quando ela ainda era um bebê: *“viemos de lá eu era muito pequena, diz que eu vim nos braços, mais diz que*

vinha era as cargas de jumento, saco, aí os menino ia um bucado em cima nos jacá”. Estes migrantes nordestinos e não nordestinos romperam fronteiras materiais dentro do território ao sair do seu lugar de origem rumo ao desconhecido, levando em sua bagagem incertezas, dificuldades e esperanças.

No campo subjetivo, quebraram laços afetivos com seus familiares que permaneceram em sua terra natal e enfrentaram as fronteiras do preconceito no novo espaço simplesmente por ser migrante: “O migrante que se desloca antes de tudo por motivos econômicos, imerso nos processos de exclusão socioeconômica, pode vivenciar distintas situações de des-territorialização” (HAESBAERT, 2006, p. 246).

A Dona Maria do Rosário Ferreira da Silva cultiva várias plantas como couve, mastruz, também cria galinhas, faz garrafada com plantas medicinais. Mesmo não sendo uma griô nomeada no conselho, ela atua como uma griô, pois representa a força feminina na comunidade quilombola, mãe de três filhos e esposa, ainda cuida do seu quintal produtivo com muito carinho expressando afeto pelo lugar que construiu repleto de plantas a seu modo.

Imagem 05: Dona Maria do Rosário, quilombola não-griô do QDJ



Fonte: Arquivo da pesquisa (2020)

Dona Maria do Rosário nasceu em Carolina - MA, 57 anos de idade, cuida do seu quintal produtivo sozinha desde os cuidados com o solo ao plantio e colheita: *“fui criada assim, meu pai tinha a terra dele, e a terra era muito grande e nois*

plantava de um tudo”. Percebemos que a prática de plantar e colher é um costume passado de geração a geração.

Dona Maria do Rosário, durante o período que apresentou cada planta para essa acadêmica, demonstrou cuidado e afeto em cada detalhe, reconhecendo e chamando pelo nome cada planta: *“eu gosto eu sozinha, eu levanto três horas da manhã, todo dia, eu durmo às sete horas, eu durmo cedo, mais eu amo mexer com isso aqui é o que eu mais amo na minha vida*”. O quintal produtivo é o que move a vida dessa mulher, a qual se organiza para dormir cedo e acordar de madrugada todos os dias somente para cuidar das suas plantas, pois são elas que dão sentido à vida dessa mulher quilombola.

Imaginamos essa mulher quilombola tendo o cuidado de se recolher cedo da noite em seu quarto com o objetivo de acordar às 03 horas da madrugada, quando ainda está tudo escuro, passa seu café ouvindo a estridulação dos grilos, o coaxar dos sapos, o vibrar das árvores tocadas pelo vento da madrugada. Podemos pensar em quantas vezes acordou nesse horário com o barulho da chuva enquanto despertador suave, levantando do seu leito e ao olhar pela janela clarões aparecem de repente, são os relâmpagos a se mostrarem na escuridão do céu. Nesse horário, o silêncio humano dá espaço para a voz da natureza.

Em meio a todo esse cenário, Dona Maria do Rosário faz suas preces, rezas e cantos. Enquanto sua família e a comunidade quilombola adormecem, essa mulher reza pelo bem de todos, para ter uma boa colheita no seu quintal produtivo e nos outros quintais; pela saúde de todos, pela proteção. Imaginemos quantos arrebóis seus olhos já contemplaram, após fazer suas rezas, tomar seu cafezinho e, quando se encontra entretida cultivando suas plantas, pode visualizar os primeiros raios do sol, que aparecerem ainda tímidos na aurora, ao anunciar que a estrela da manhã está chegando e ouve o primeiro cantar do gato reforçando o anúncio que a manhã está começando. Cada dia com seu encanto, o qual dá sentido à sua lida com a terra, cultivando suas plantas frutíferas, hortaliças, plantas medicinais, ornamentais, envolvida pela magia do amanhecer fazendo aquilo que mais ama. Essa vivacidade faz parte da sua(s) identidade(s) de mulher que aprendeu a acordar bem cedo com seus genitores; que aprendeu a ser forte; que aprendeu a ser quem é, mulher negra-quilombola, mulher de raça! Que é parte da liderança de sua comunidade, fortalece a economia moral de seu povo e perpetua os aspectos geracionais e culturais da sua história de pertença às identidades de quilombo: “O

fato de a mulher ser mais reflexiva e se preocupar com detalhes é uma construção histórico-cultural que, por ter sido estimulada, com o tempo ganhou o *status* de “verdade”, tornando-se um estereótipo corrente nos discursos sobre a mulher” (MORAES, 2012, p. 277).

O outro quintal que está representado na cartografia social, é da casa da Dona Tereza Elias de Lima. Dona Tereza tem 69 anos de idade, cearense, lavradora, aposentada e mãe de três filhos. Na ocasião, Dona Tereza nos falou de suas vivências e trajetórias de vida de antes e depois de chegar a Muricilândia, até os dias atuais. No Ceará, essa mulher quilombola plantava algodão, feijão abóbora dentre outras plantações. Quando veio do Ceará por causa da seca, já tinha uma irmã que morava em Muricilândia, onde se encontrou novamente com a terra, pois: *“tinha muita chuva para gente plantar. Quando eu cheguei aqui eu gostei daqui porque tinha muita chuva”*. Afirmou que quando se mudou para Muricilândia o nome do lugar era Murici, se tornou Muricilândia depois que foi emancipada. *“aqui só tinha casa de taipa e coberta de palha. Não tinha casa de tijolo. Me lembra quando cheguei aqui, avoava um helicóptero e quase carrega as palhas tudo das casas (risos)”* (Entrevista com Dona Tereza Elias em 2020).

Também falou de sua experiência com quintal produtivo, forma de preparo do solo e seus cultivos. A mesma nos apresentou o seu quintal, de maneira a mostrar cada planta frutífera, ervas medicinais, hortaliças e ornamentais. Enquanto passeávamos pelo seu quintal, ela nomeava cada uma pontuando seus benefícios para a saúde.

Imagem 06: Dona Tereza Elias, quilombola não-griô do QDJ



Fonte: Arquivo da pesquisa (2020)

Dona Tereza Elias reside em Muricilândia há 37 anos. Durante nossa visita, preparou um jantar para nós e, enquanto esquentava a janta, falava do valor que ela dá ao fato de morar em uma comunidade quilombola e dos seus modos de viver, pois tudo é mais fácil do que em uma cidade grande. Ela disse que economiza bastante por plantar e ter em seu quintal alimentos como feijão, mandioca, farinha, hortaliças, frutas e fogão à lenha. Desse modo, ela não precisa gastar comprando esses alimentos.

tem vez que eu digo assim, olha minha filha a terra faz bem pra gente né. Eu me dou bem trabalhando. A hora que estou mexendo nas minhas hortinhas, limpando meus canterim, limpando o chão, eu não estou pensando nada de ruim. É uma terapia para nós que já estamos de idade. É uma terapia muito boa né. Então eu já disse para ela. Se você não for fazer uma faculdade, você vai mexer na terra igual a vó (Entrevista com Dona Tereza Elias em 2021).

Dona Tereza Elias vê o lidar com a terra como uma terapia que a faz sentir um bem-estar particular. Respeita a escolha da neta, mas não deixa de expressar o desejo do seu coração: que a neta assuma seu lugar e desempenhe um trabalho com a terra.

Visitamos também o quintal produtivo de Dona Maria da Cruz Pereira Matos (*in-memória*). No dia 27 de fevereiro de 2021; ela mesma nos convidou para irmos visitar o seu quintal, pois ela disse que também tem suas produções. Nessa visita, foram Dona Maria da Cruz, Kamila Ferreira dos Santos⁵, jovem quilombola, e eu. Percebemos um espaço arborizado composto por árvores frutíferas e uma pequena horta com coentro e cebolinha. Ela também cria galinhas, pintos em seu quintal e até um galinzé, que, enquanto tirávamos fotos, cantava sem parar. Percebemos que Dona Maria da Cruz estava muito satisfeita com nossa visita, pois a mesma demonstrou muito orgulho de sua produção.

Imagem 07: Dona Maria da Cruz, quilombola não-griô do QDJ



Fonte: Arquivo da pesquisa (2020)

Dona Maria da Cruz nasceu em Floriano – PI. Alguns parentes já residiam em Muricilândia. Então, ela migrou para próximo de seus familiares. Quando chegou em Muricilândia, conheceu seu esposo e casou-se com 20 anos. Desse matrimônio, tiveram 11 filhos e, após muitos anos de casada, seu cônjuge a abandonou. Hoje,

⁵Kamila Ferreira dos Santos também colaborou grandemente na pesquisa, faz parte do grupo de jovens que estão sendo preparado pelos Griôs para dar continuidade na preservação da cultura e tradição. (Jovem liderança quilombola).

com 69 anos de idade, é aposentada e seu maior prazer é cultivar seu quintal produtivo. Dos 11 filhos que tem, “quatro foram pegos pela Cumadi Juscelina. Ela pegou tanto menino que era ligerim. Ela fez quatro partos meu. Eu estava lá todo ano (risos), era todos os anos, não tinha televisão nem tinha nada, ninguém não sabia o que era televisão” (Entrevista com Dona Maria da Cruz em 2021).

A intimidade com a qual Dona Maria da Cruz se reporta à Dona Juscelina demonstra uma confiança na matriarca, que transcende à relação de vizinhança. Trata-se de uma irmandade, em que um ajuda o outro no que for preciso. Na época, os profissionais da saúde ainda não atuavam na cidade e Dona Maria da Cruz, anualmente, precisava dos préstimos de Dona Juscelina, a qual não media esforços para atender não só essa mulher, mas todas as mulheres que a procuravam, seja para realizar o parto, seja para benzer, rezar, dar um conselho, enfim, essa líder atuava junto à sua comunidade utilizando suas experiências de vida, sempre a seu modo.

Abaixo, observamos um quadro contendo algumas plantas, produções dos quintais das griôs, mulheres protagonistas dessa pesquisa.

Mulheres (QDJ)	Produções dos Quintais
Dona Juscelina (Griô)	<p>Plantas medicinais: Erva cidreira, capim santo, arruda, babosa, corpo comum, pinhão, fedegoso, espada de São Jorge, jurubeba.</p> <p>Plantas frutíferas: Goiaba, banana, laranja, laranja da terra, maracujá, caju, mamão, jurubeba.</p> <p>Hortaliças: Coentro do Pará (conhecido também como: coentro branco ou chicória da Índia).</p> <p>Legumes: Baje, quiabo.</p> <p>Flores ornamentais: Não.</p> <p>Criação de animais: aves: galinha e galo.</p>
Dona Cícera Vieira (Griô)	<p>Plantas medicinais: Vassourinha, alfavaca, folha santa, poejo, boldo, gervão, babosa, erva de bicho, erva de sangue, morango, hortelã vic, pariri, tipí, crista de galo, capim santo, canela de velho, trevo, malva do reino, insulina, velame, sabugueiro, sete dor, gengibre, perpéta, açafraão, folha de besouro.</p> <p>Plantas frutíferas: ameixa, cacau do mato, carambola, amora, laranja, limão, jabuticaba,</p>

	<p>abacaxizim.</p> <p>Hortaliças: Couve, manjeriço.</p> <p>Legumes: Não.</p> <p>Flores ornamentais: Sim.</p> <p>Criação de animais: Não.</p>
Dona Rosa Mirtes (Griô)	<p>Plantas medicinais: Pimenteira, fedegoso, arruda, mastruz, erva cidreira, quiabo, hortelã, malva do reino, erva santa Maria, poejo, gengibre, açafão, alfavaca, pimenta do reino, estomazil, babosa, mel de abelha, pimenta rosa.</p> <p>Plantas frutíferas: banana, cajá manga, maracujá, ata, acerola, abacaxi, laranja, pé de murici, cajá.</p> <p>Hortaliças: coentro do Pará, cheiro verde.</p> <p>Legumes: Tomate. mandioca,</p> <p>Flores ornamentais: Sim,</p> <p>Criação de animais: aves: galinha e galo.</p>
Dona Maria do Rosário (não-Griô)	<p>Plantas medicinais: Mastruz, erva cidreira, alfavaca, salsa, boldão, babosa, aroeira, cajurú da Amazônia, folha de algodão, jucá, hortelã, vassourinha.</p> <p>Plantas frutíferas: cereja, maracujá, coco ouro, manga comum, manga de cheiro.</p> <p>Hortaliças: Couve, coentro, alface, manjeriço.</p> <p>Legumes: Tomate, feijão, quiabo, abóbora, mandioca, pepino, maxixe, jiló, cebola, jerimum.</p> <p>Flores ornamentais: Sim.</p> <p>Criação de animais: aves: galinha e galo.</p>
Dona Tereza Elias (não-Griô)	<p>Plantas medicinais: Boldo, mastruz, capim santo, sabugueiro, hortelã, gengibre, chiquinho, arruda, Alho poró, açafão, boldo chinês, boldo, alegrim, cacto, romã, fedegoso, carvão, malva santa, malva do reino, mentraste, bucha de banho, carro santo, tipí, erva cidreira.</p> <p>Plantas frutíferas: Cajá manga, graviola, cupuaçu, romã, maracujá, laranja, jabuticaba, ata.</p>

	<p>Hortaliças: Alho poró, rúcula, coentro, cebolinha,</p> <p>Legumes: Quiabo, mandioca, feijão.</p> <p>Flores ornamentais: Sim.</p> <p>Criação de animais: Não.</p>
Dona Maria da Cruz (não-Griô)	<p>Plantas medicinais: Pimenta malagueta, boldo, cacto.</p> <p>Plantas frutíferas: Cacau, limão, goiaba, cupuaçu, limãozinho, banana, acerola, cajá manga.</p> <p>Hortaliças: Não.</p> <p>Legumes: Mandioca, quiabo, cebolinha,</p> <p>Flores ornamentais: Não.</p> <p>Criação de animais: Aves: galinha, galo e galinzé.</p>

Quadro 01: Mulheres do Quilombo Dona Juscelina e as Plantas em seus Quintais Produtivos
Fonte: Arquivo da pesquisa (2020)

O quadro acima foi organizado a partir das narrativas das mulheres quilombolas griôs e não-griôs, as quais apresentaram seus quintais produtivos, enquanto fazeres culturais, desde a escolha das plantas aos modos de cultivo e utilização, principalmente das plantas medicinais. Durante as narrativas, essas mulheres classificaram suas plantas, da forma como o quadro acima traz.




A partir do quadro acima, observamos que o quintal da Dona Juscelina não tem tanta variedade e tem pouca quantidade de plantas. Em razão da sua idade, não conseguia mais cuidar de perto do seu quintal produtivo, mas contava com a ajuda dos membros mais novos da comunidade para desempenhar essa função, principalmente, após o seu falecimento.





Os quintais produtivos de Dona Cícera e Dona Mirtes são as que têm mais plantas medicinais e contém variedades de outras plantas. No tocante às plantas ornamentais, Dona Maria da Cruz e Dona Cícera Vieira não possuem essas plantas e nem Dona Juscelina. Já as outras 04 mulheres, possuem plantas ornamentais.

No caso da Dona Cícera, seu quintal produtivo tem muitas plantas medicinais. Em razão disso, talvez, resolveu não criar galinhas, quando “montou” seu quintal, pois esses animais poderiam danificar as plantas. Dona Tereza também não cria






animais. Dona Maria da Cruz, por sua vez, já tem menos plantas. Por isso, cria galinha, galo e galinzé. Outras 03 mulheres também têm animais no seu quintal produtivo: Dona Maria do Rosário, Dona Rosa Mirtes e Dona Juscelina.






Com relação às hortaliças, apenas Dona Cícera e Dona Tereza não têm essas plantas nos seus quintais. As demais produtoras cultivam esse tipo de planta. Dessa forma, percebemos que cada quintal tem sua característica, de modo a revelar a identidade de cada mulher quilombola.


TIPOS DE ERVAS MEDICINAIS CULTIVADAS EM QUINTAIS QUILOMBOLAS		
PLANTAS	NOME	PARA QUE SERVE
	Coentro do Pará	“O chá de <u>coentro</u> é preparado a partir das folhas secas de coentro, mais comumente usado como tempero na culinária ou ingrediente em saladas. Alivia inchaço”. (D. Juscelina).
	Pé de mamão	“O chá da flor do mamão serve para gripes, resfriados, problemas respiratórios, asma, tosse, bronquites e alergias. Pode ser usado como xarope”. (D. Juscelina).
	Tomate	“É usado como anti-inflamatório, quanto mais maduro melhor para curar o câncer”. (D. Juscelina).

	<p>Alfavaca</p>	<p>“Boa pra falta de ar e gripe”. (D. Cícera Vieira).</p>
	<p>Folha Santa ou Coraima</p>	<p>“É bom para doença venera, doença de mulher e enzipa, problema de infecção no estômago”. (D. Cícera Vieira).</p>
	<p>Babosa</p>	<p>“Babosa era para febre de final de ano, febre braba, gripe, problema de útero, estômago, pra enzipa em menino, pra hemorroida, pra tudo.” (D. Cícera Vieira).</p>
	<p>Quiabo</p>	<p>“É bom para os ossos”. (D. Rosa Mirtes).</p>
	<p>Mandioca Aipim ou Macaxera</p>	<p>Melhora a digestão, bom para artrite, coração, fortalece o sistema imunológico, melhor o humor.</p>

	Chiquinho	“Para diarreia e dor na barriga”. (D. Tereza Elias).
	Hortelã	Usada na culinária, cólica menstrual, digestão, analgésica.
	Fedegoso	“Serve pra gripe” (D. Tereza).
	Gengibre	Bom para infecção de garganta, ajuda a emagrecer, gastrite, resfriado, problema de circulação.
	Açafrão	Problemas gastro-intestinais, febres e resfriados, reduz o colesterol, melhora a digestão, auxilia na perda de peso, combate gripes e resfriados.

	<p>Boldo chinês</p>	<p>“Indicado para Covid”. (D. Tereza Elias).</p>
	<p>Alecrim</p>	<p>“Bom para problemas do coração”. (D. Tereza Elias).</p>
	<p>Cácto</p>	<p>“É para desinchaço”. (D. Tereza Elias).</p>
	<p>Romã</p>	<p>“Ajuda a aliviar a dor de garganta e é anti-inflamatório. As cascas, folhas e caule podem ser usadas para fazer chá”. (D. Tereza Elias).</p>
	<p>Carvão</p>	<p>“Bom para infecção”. (D. Tereza Elias).</p>

	Malva santa	"Serve para infecção". (D. Tereza Elias).
	Mentraste	Boa para dor de barriga de criança. (D. Tereza Elias).
	Cardo santo	"Bom para combater a gripe". (D. Tereza Elias).
	Tipi	"Bom para gripe". (D. Tereza Elias).
	Arruda	Serve para dor de cabeça, úlceras e cólicas menstruais, dor de estômago, ajuda a combater piolhos, pulgas, sarna e vermes.

	<p>Sabugueiro</p>	<p>Serve para gripes, resfriados, bronquite, asma.</p>
---	-------------------	--

Quadro 02: Tipos de plantas medicinais cultivadas em quintais produtivos no QDJ

Fonte: Arquivo da pesquisa (2020)

1.3 Trajetória da Pesquisa

A pesquisa se desenvolveu com três mulheres moradoras do Quilombo Dona Juscelina, sobre as quais construímos uma breve biografia no tópico anterior. O critério de seleção ocorreu com base nas experiências das Mulheres Quilombolas, as quais desenvolvem suas produções em quintais produtivos e pertencem ao grupo dos griôs, que são as mestras(es) dos saberes da comunidade.

Estas mulheres pioneiras quilombolas são bastiões de resistência na luta por políticas públicas e outros direitos demandados na comunidade. Elas vivenciaram algumas situações ou trazem em sua bagagem depoimentos de seus antepassados. Nesta perspectiva, na pesquisa de História Oral, as narrativas são gravadas por meio de entrevistas, de forma que a interação pesquisador pesquisado faz-se presente, de maneira a possibilitar sua transcrição e, por fim, a construção de documentos que serão trabalhados (QUEIROZ, 1987).

História Oral é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma cultura (QUEIROZ, 1987, p. 19).

Enquanto procedimento metodológico, utilizou-se a História de Vida por meios dos depoimentos, de modo a compreender como são desenvolvidas as práticas produtivas das mulheres na comunidade. Além disso, a soma de dados documentais coletados para elaboração de parte teórica do presente estudo foi de sua importância à construção metodológica desta investigação.

O contexto que vivemos durante a pesquisa, relacionado ao processo de pandemia causado pelo COVID-19, dificultou a pesquisa de campo. No entanto, nos

proporcionou explorar novas modalidades de entrevistas como procedimentos por meio de ligação telefônica (Griô Dona Cícera), em que gravamos a conversa com autorização da nossa interlocutora. Mesmo assim, conseguimos visitar nosso campo de pesquisa em 5 de dezembro de 2020, de modo a explorar o ambiente, conhecer os quintais produtivos e entrevistar 03 mulheres griôs, sendo elas as senhoras: Dona Lucelina Gomes dos Santos, Dona Cícera Vieira de Almeida e Dona Rosa Mirtes, que nos privilegiou com as narrativas de seus conhecimentos sobre a natureza, a cultura e, principalmente, a história da comunidade. Esta entrevista possibilitou a construção deste trabalho, relacionando os quintais produtivos à interdisciplinaridade na troca de saberes formado a partir das vivências destas mulheres.

A chegada ao quilombo Dona Juscelina, em dezembro de 2020, foi um fato importante nesta pesquisa, tendo em vista que foi a primeira vez que conhecemos a comunidade e, apesar do momento de pandemia, fomos muito bem recebidas pela matriarca Dona Juscelina, como também pelas griôs Dona Cícera Vieira e Dona Rosa Mirtes. Neste período, os casos de Covid-19 já estavam em baixa e fizemos as entrevistas individualmente na casa de cada mulher, de modo a evitar a aglomeração, cumprindo todos os protocolos das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Nossa chegada primeira foi na casa de dona Juscelina, local que encontramos o quilombola Manoel Borges Filho, conhecido como Manoel Filho. É dessa forma que iremos nos reportar a ele nesse estudo, pois intermediou nossa visita, e mais duas jovens da comunidade: Ludmila Carvalho Santos e Kamila Ferreira dos Santos, nos auxiliando no momento da entrevista com dona Juscelina, tendo em vista que a matriarca, por estar em idade avançada, tem dificuldades de audição. Esta relatou sua História de Vida. Ludimila Carvalho dos Santos, especificamente, foi grande colaboradora desta pesquisa, sendo também jovem liderança na comunidade quilombola.

Depois da entrevista, Dona Juscelina nos mostrou sua casa, fotos de família, instrumentos utilizados na Festa do Divino Espírito Santo e seguimos para o quintal da casa em que a mesma nos mostrou suas produções. Nesse contexto, compartilhou sobre as dificuldades enfrentadas no cultivo de plantas e na manutenção de seu quintal, por não ter mais a mesma resistência de antes devido a sua idade.

Em seguida, seguimos para casa da griô Dona Cícera Vieira, a qual nos recebeu com muito carinho, nos preparando uma rica mesa para o café da manhã com muitas frutas e demais variedades preparadas especialmente para nos receber. Durante a entrevista, narrou um pouco de sua história e de como ela aprendeu sobre o cultivo de plantas, em especial ervas medicinais (no decorrer do texto as narrativas serão apresentadas). Após o desjejum, ela nos levou para seu quintal produtivo e falou sobre suas plantas, nos indicando o nome de cada uma (Capítulo 3), como também relatou os saberes sobre as plantas medicinais, como está descrito no decorrer desta pesquisa. Na ocasião, se queixava de não estar muito bem de saúde. Dois meses após essa entrevista, quando escrevamos a dissertação, Dona Cícera Vieira foi hospitalizada e, ao passar por um procedimento cirúrgico, veio a óbito.

Após o almoço, fomos para a próxima entrevista, acompanhadas pelo Manoel Filho e Kamila Pereira dos Santos, que nos auxiliavam na pesquisa, nos dirigimos para residência da quilombola griô Dona Rosa Mirtes.

Na residência da Dona Rosa Mirtes, fomos bem recebidas e, no primeiro instante, prosseguimos com a entrevista com essa griô, a qual nos falou sobre o seu quintal produtivo, mostrando as plantas medicinais, as hortaliças e árvores frutíferas.

Na entrevista, Dona Rosa Mirtes fala sobre o cuidado com seu quintal, a produção de mandioca, abóbora, bananeiras e outras árvores frutíferas. Quanto à cartografia, não foi possível ser produzida nesta visita, tendo em vista que o tempo não foi suficiente, ficando acertado para a próxima visita, a qual deveria ser agendada posteriormente. Apesar do pouco tempo que tínhamos, o balanço da nossa visita foi positivo, tendo em vista que, mesmo sendo o primeiro contato presencial com a comunidade, realizamos três entrevistas e fotografamos locais importantes à pesquisa.

A segunda visita ao quilombo aconteceu no dia 27 de fevereiro de 2021, sábado, às 7h. Em uma manhã chuvosa, partimos para o Quilombo Dona Juscelina na cidade de Muricilândia - TO, para apresentarmos o trabalho de pesquisa a um pequeno grupo da comunidade, demonstrando o que já foi produzido até o momento, com a finalidade de apresentar o conteúdo da pesquisa à comunidade, bem como realizar a cartografia social junto com 05 mulheres e o quilombola Manoel Filho, o qual nos auxiliou em todo o processo, identificando os quintais produtivos das mulheres quilombolas griôs. Dona Cícera não estava presente, pois já se encontrava hospitalizada. Tivemos dificuldades em nomear a produção do seu

quintal, mas contamos com a colaboração das jovens que conheciam os modos como Dona Cícera cuidava do seu quintal.

Durante o intervalo entre a primeira e segunda visita ao quilombo, alguns eventos aconteceram, entre eles a Eleição da Nova Diretoria da Associação do Quilombo Dona Juscelina, em que foram eleitos para presidente a Dona Juscelina e vice-presidente Manoel Filho. No final de fevereiro, a matriarca também recebeu da UFT o Título de Doutora Honoris. Retomando sobre a nossa segunda visita, esta foi agendada anteriormente com o vice-presidente, Manoel Filho, ficando acertado de nos esperar na residência da quilombola Dona Tereza Elias de Lima, local escolhido pelos quilombolas para a apresentação da pesquisa a alguns membros da comunidade. Isso ocorreu devido não podermos fazer aglomeração e manter os cuidados em relação à Covid-19.

Ao chegarmos à cidade, às 8h10min, fomos até o local de encontro. Ainda chovia bastante e ficamos no carro, tentando falar com Manoel Filho, quando fomos surpreendidas com por Dona Tereza, a qual abriu a janela de sua sala e nos avistou. Logo veio até nós com seu guarda-chuva nos conduzindo à sua residência demonstrando carinhoso e acolhimento, típico das pessoas da comunidade.

Enquanto aguardávamos a chegada das demais pessoas que iriam participar da reunião, aproveitamos para conversar com Dona Tereza Elias de Lima. Em seguida, buscamos algumas pessoas envolvidas na organização, bem como alguns convidados a participarem da apresentação do trabalho. Também apanhamos materiais, como cadeiras, mesas e data show.

Enquanto isso, era preparado o almoço no mesmo local. A reunião foi organizada com a participação de poucas pessoas, tendo em vista o momento de pandemia que vivenciamos. Apresentamos a pesquisa por meio de slide, contando com apoio técnico, um *data show* e *notebook*.

Neste momento, foram pontuados os objetivos e mudanças da pesquisa, bem como fotos da última visita de campo, a qual realizamos em 05 de dezembro de 2020, nos quintais de 04 mulheres. No momento em que passamos as fotos das mulheres e de seus quintais, as pessoas presentes expressaram o quanto eles se sentiam representadas (os) por essas mulheres. Uma moça, chamada Lenice de Sousa, disse: *“ver o seu trabalho com as mulheres e seus quintais me faz ter vontade de também ter um quintal, me motiva”*. Ela ainda acrescentou: *“Despertou em mim o desejo de estudar sobre a comunidade também e até quem sabe entrar*

num mestrado". Na medida em que as fotos das plantas eram passadas, elas (eles) as identificavam nomeando-as.

O desejo dessa jovem, de continuar a tradição, diz muito da sua identidade e da identidade de sua comunidade, além de demonstrar admiração, respeito e afeto por aquelas mulheres líderes do quilombo, sentindo-se representadas enquanto protagonista feminina. O desejo do fazer pedagógico e cultural dá sentido ao nosso estudo, pois essas mulheres griôs, por meio dos seus quintais produtivos, constroem saberes junto aos membros mais novos da comunidade.

Assim:

identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas (CASTELLS, 1999, p. 22).

Quando passamos a foto da quilombola griô Dona Cícera Vieira, foi observado o quanto a saúde dela estava frágil. Falaram a respeito de um bingo beneficente, o qual aconteceria naquele mesmo dia, com o objetivo de custear as despesas relacionadas à saúde da mesma. Dona Juscelina estava presente e, no momento em que a sua foto com o Título de Doutora Honoris passava, alegrou as(os) membras(os) da comunidade presentes, pois ter recebido o reconhecimento da academia como mestra dos saberes foi significativa, tanto para ela, quanto para toda a comunidade.

Imagem 08: Doutora Juscelina, matriarca da comunidade e griô



Fonte: Arquivo da pesquisa (2020)

O quilombola e griô, Manoel Filho, responsável pela organização da reunião, fez alguns apontamentos, falando de seu ingresso no mestrado em um programa da UFT, como também da Kamila Pereira dos Santos, ao reafirmar que a alegria será maior quando o número de graduandos e mestrandos, membros da comunidade, for aumentando nas universidades. Além disso, disse também que a ideia é ter as mais variadas formações profissionais dentro da comunidade. Apoiado por Kamila e Lenice em suas narrativas, ele apontou para os jovens presentes, motivando estes a continuarem na busca por mais conhecimento científico e a entrar na academia.

Diante destas narrativas, percebemos a importância da apresentação da pesquisa à comunidade, uma forma de motivação para que as membras (os) participem do mestrado, tendo em vista que a pesquisadora, apesar de não ser quilombola, é negra e sente na pele as marcas da cor, sofre preconceito e a pesquisa é uma forma de resistência diante de um sistema excludente.

Após esse momento, fizemos uma pausa para o almoço, em que todas (os) permaneceram na interação. Dona Juscelina pediu um momento para fazer uma oração antes do almoço em agradecimento pela refeição e oportunidade por esse momento. Ela se emocionou muito em seu discurso. Em seguida, todas (os) almoçaram. Alguns itens do almoço, como feijão verde preparado, é parte da produção do quintal de Dona Tereza.

A segunda parte da nossa visita ao quilombo foi destinada à produção da cartografia social. Para isso, contamos com a participação de jovens, os quais seguiam as orientações das mulheres, que moravam, há mais tempo, na

comunidade. As grãos não estiveram presentes neste momento devido à pandemia da COVID-19. Entretanto, como destacamos em nossa questão norteadora, os saberes são passados de gerações em gerações.

Imagem 09: Resultado do mapa da comunidade Quilombo Dona Juscelina



Fonte: Arquivo da pesquisa (2021)

Participaram da atividade da cartografia: Yarlla Gabrielly Borges, Lenice de Sousa, Leidiane Previno dos Santos, Kamila Ferreira dos Santos, João Filho Pereira e Manoel Borges Filho, com a minha orientação e da professora Rejane Medeiros.

A cartografia social retrata os trajetos e quintais produtivos na comunidade. Assim, o grupo fez a representação de sua comunidade, discutiu sobre o posicionamento das ruas, detalhes de árvores, escolas e igrejas a serem contemplados no mapa. O trabalho com os mapas gastou bastante tempo, terminando às 18h20min. Ao final, fizemos um registro de uma foto com parte dos envolvidos na produção do mapa.

Como cartografia, entendemos, a partir de Almeida (2013), que a cartografia social é um processo de construção coletiva que une pesquisadores e membros da comunidade que está sendo mapeada em prol da sua construção conjunta.

No tópico a seguir, descrevemos as transformações que aconteceram no Quilombo Dona Juscelina no decorrer da pesquisa, para que seja possível produzir um conhecimento melhor sobre o momento que atravessamos com a pandemia e as restrições causadas por ela.

1.4 Atualizações históricas sobre o Quilombo Dona Juscelina causadas pela Pandemia (COVID-19)

Durante a trajetória da pesquisa, surgiram alguns acontecimentos que mudaram alguns caminhos da pesquisa como também mudanças significativas na sistemática do Quilombo Dona Juscelina. Entre as mudanças, citamos a mudança da liderança do Conselho dos Griôs; mudanças na festa que comemora a abolição no dia 13 de maio, causada pelas regras de isolamento sócia; dia 04 de março, o falecimento de Dona Cícera, membra do Conselho de Griôs; a aprovação do Processo de Titulação do Doutorado Honoris da matriarca concedido pela UFT; a reformulação do estatuto em Assembleia Geral e, por último outro, o óbito da matriarca Dona Juscelina.

Foi um momento de luto que marcou muito a pesquisa e a mim enquanto acadêmica. Penso que essa investigação ganhou ainda mais sentido por registrar, mesmo que de forma fragmentada, um pouco da vivência dessas mulheres, conselheiras e líderes da comunidade quilombola Dona Juscelina.

Na primeira entrevista com Dona Juscelina, ela já nos contou sobre a tradição do Festejo do 13 de Maio e da importância deste para a comunidade quilombola, por se tratar de um fato histórico, o qual libertou seu povo da escravidão e possibilitou viverem em liberdade no Brasil, que seus ancestrais teriam ajudado a construir.

No dia treze de maio, tem a apresentação de todo sofrimento, o nego amarrado no tronco apanhando, o cativo, e tem tanta apresentação só se você ver o sofrimento, e sofrimento minha comunidade não é social é sofredora, era, eu comecei com cem pessoas, foi a primeira vez que eu saio na rua, os mais pequenos tão vendo e hoje está dando quatro mil pessoas, era só dois, depois passou para três dias e hoje, está quatro dias (Entrevista com Dona Lucelina Gomes dos Santos, dezembro de 2020).

Podemos observar, nesta narrativa, a importância do evento à matriarca Dona Juscelina e a construção desta tradição por ela durante os anos. Em entrevista com Manoel Filho (julho/2021), percebemos que a pandemia e suas restrições interferiram, diretamente, na dinâmica da festa, a qual passou por adaptações, bem como nos demais eventos.

Em 2020, seguindo as normas de isolamento social em meio à pandemia da Covid-19, não foi possível realizar a festa, a qual seria a 47^a. No entanto, a matriarca Lucelina Gomes dos Santos, aos 90 anos de idade, usou de novas estratégias de resistência, realizou a festa de forma remota, produzindo uma Live Streaming

transmitida pela rede social instagram@afrikanidade, com o tema “13 de Maio: Novas Estratégias de Resistência”. Dessa forma, a festa não fora vista apenas por 04 mil pessoas, mas foi aberta ao mundo.

No dia 13 de maio de 2021, na madrugada, houve uma tradicional alvorada. Esta consistiu em um grupo de pessoas que saíram pelas ruas da cidade cantando e dançando ao som dos tambores, mais tarde uma Live Streaming no Facebook. A mesma contou com a participação de Dona Juscelina, os Griôs e algumas jovens da comunidade. O tema deste ano foi “Herdeira da Memória Ancestral”. Sobre essa manifestação cultural, Dona Juscelina narra:

Por que teve nervo e sou o tronco velho, meu trabalho é treze de maio, agora a comunidade quilombola é um galho, mais meu trabalho é treze de maio sofredora, aqui eu apresento no dia treze de maio, o dia que ela assinou a lei Aurea, a lei do ventre livre, e tem eu tirei por cabeça, hoje preto, pode ser doutor, deputado e senador, não há mais preconceito de cor, salve a princesa Isabel, deu liberdade a cor, foi no dia 13 de maio preto não é mais lacrau, preto não tem mais senhor, desde o dia que a princesa assinou a lei áurea, conseguimos a abolição. O que é abolição? Abolição é a raiz, conseguimos a abolição hoje preto pode ser doutor, deputado e senador, não há mais preconceito de cor, hoje preto e doutor, ou não? (Entrevista realizada com Dona Juscelina, 2020).

Dona Juscelina afirma que no dia 13 de maio ela é um “tronco velho” e que o quilombo é um “galho”. Essa narrativa nos faz pensar em como essa matriarca interpreta o ser humano. Por meio desse fragmento de sua fala, percebemos que o ser humano é como se fosse uma árvore que, quando está idoso, se torna um tronco velho. Entretanto, esse tronco ainda trabalha, de modo a firmar que seu trabalho é o 13 de maio.

Essa mulher tem consciência cultura, social, histórica e política do que seja o 13 de maio, um dia representa muito além da legalidade de ser livre. Representa o fim do sofrimento dentro das senzalas. Entretanto, continua a luta por uma vida digna, pelo reconhecimento social e político, por manter viva suas tradições culturais, seus costumes, modos de vida, por ter seu lugar na sociedade e ser valorizado em suas identidades, estava apenas começando.

Para Dona Juscelina, a Princesa Isabel é a grande redentora e salvadora dos escravizados. Sempre fala que a princesa imperial é como uma santa, uma alma boa que não suportou mais ver a dor do escravo e aboliu esse sofrimento, até para representá-la no Teatro a céu aberto, a moça deveria respeitar alguns critérios, usar vestido branco e principalmente ter pele branca (KATIANE DA S. SANTOS, 2018, p. 103).

Para Dona Juscelina, “não há mais preconceito de cor, a princesa Isabel deu liberdade à cor no dia 13 de maio, preto não tem mais senhor”, pois uma vez livre o preconceito, o racismo, a discriminação não deveria mais existir, pois a figura do senhor que castigava, maltratava e matava, foi extinta. Entretanto, a ideologia escravocrata ainda persiste no ideário brasileiro e a escravidão existe de forma velada na sociedade de um Brasil cuja raiz cultural também é negra. A abolição para essa matriarca é a “raiz” o fundamento que sustenta o “preto” que “hoje pode ser doutor”, ter as mesmas oportunidades que qualquer outro indivíduo.

Essa consideração pela Princesa Isabel foi construída a partir da sua ancestralidade na pessoa do seu tio, Claro Preto do Saco. Este, por sua vez, é o nome de uma serra no Piauí, onde o tio de Dona Juscelina morou. Segundo as narrativas de Dona Juscelina, seu tio faleceu em 1950 com 84 anos, com data provável de nascimento em 1866. Portanto, teria sido escravo. (KATIANE DA S. SANTOS, 2018, p. 100).

Claro Preto não vai mais caminhar, o senhor escolheu eu a mais nova pra tomar de conta, ele fez boca de rir e disse minha filha eu chamei porque eu tenho certeza que você dá conta do meu trabalho, minha comunidade e quero saber que você garante, movimentar a comunidade pra manter firme, ela não ter fim. (Entrevista com Dona Juscelina, 2020).

Ao representar o 13 de maio, Dona Juscelina sempre colocava os critérios para a membra da comunidade que iria fazer o papel da Princesa Isabel, “[...] usar vestido branco e principalmente ter pele branca”, demonstrando que a matriarca queria ser fiel aos acontecimentos históricos que lhes fora construído por meio da oralidade de seu tio Claro Preto.

Esse homem quilombola morreu com a esperança de que sua comunidade quilombola não teria fim, de maneira a confiar seu trabalho de ancestralidade a uma garotinha que garantiu realizar o trabalho igual ele conduzia e manter a comunidade firme para que nunca fosse extinta.

No dia treze de maio tem a apresentação de todo sofrimento, o nego amarrado no tronco apanhando, o cativo, e tem tanta apresentação só se você ver o sofrimento, e sofredor minha comunidade não é social é sofredora, era, eu comecei com cem pessoas, foi a primeira vez que eu saio na rua, os mais pequenos tão vendo e hoje tá dando quatro mil pessoas, era só dois depois passou pra três dias e hoje tá quatro dias (Entrevista realizada com Dona Juscelina, 2020).

Essa manifestação cultural é uma forma da memória dos ancestrais permanecerem vivas nos corações dos membros da comunidade, fortalecendo as relações e experiências intergeracionais, principalmente junto aos jovens quilombolas os quais internalizam a historicidade do seu povo por meio da oralidade, dos ritos, rezas, benzeções, manifestações culturais que nunca devem morrer.

A festa do 13 de maio teve início com a atitude dessa matriarca, a qual realizava seu trabalho enquanto herança cultural do seu tio, chegando a ter 04 mil pessoas participando para fazer parte dessa memória de sofrimento dos antepassados. São 04 dias de rememoração, nos quais “os mais pequenos tão vendo” e internalizando essa cultura de tradição. Assim, “Ensino aos reis a história de seus ancestrais, de modo que as vidas dos antigos possam servir de exemplo, pois o mundo é antigo, mas o futuro brota do passado” (THOMPSON, 2002, p. 47).

Desta forma, somente aos 38 anos de idade, já em Muricilândia (TO), sendo o ano de 1968, é que Dona Juscelina deu continuidade à comemoração da Festa 13 de Maio, sempre levando a Princesa Isabel e a família real brasileira como os principais homenageados, pois foi assim que ela aprendeu, através das oralidades de seu tio Claro Preto do Saco (KATIANE DA S. SANTOS, 2018, p. 103).

Outra mudança que aconteceu no período desta pesquisa foi na diretoria do Conselho de Griôs. Em 06 de fevereiro de 2021, foi realizada uma Nova Eleição para escolha do(a) presidente e vice-presidente(a) do Conselho de Griôs do Quilombo Dona Juscelina. Concorreram ao cargo a chapa 1 tendo como candidatos: a presidente Dona Juscelina Gomes dos Santos e vice Manoel Borges Filho (Manoel Filho) e a chapa 2, Erisvelto Brito dos Santos e vice-presidente (a) Francisca Gomes dos Santos. A chapa 1 venceu com uma diferença de 09 votos. Os vencedores, Dona Juscelina e Manoel Filho, tomaram posse nessa data como Presidente do Conselho de Griô e vice-presidente, respectivamente.

Em 24 de fevereiro de 2021, a UFT aprovou o processo que concedeu a Dona Lucelina Gomes dos Santos (Dona Juscelina) o título de Doutora Honoris Causa. No entanto, a matriarca veio a falecer antes de receber o título. Vários outros fatos ainda ocorreram durante a pesquisa.

Segundo Manoel Filho (2021), no dia 21 de abril de 2021, foi realizada uma Assembleia Geral no Conselho dos Griôs, sendo aprovado um Novo Estatuto da Associação. Nesta reformulação, foram inseridos 04 novos departamentos sendo: Departamento de Assistência Social, Departamento de Educação Popular Quilombola, Comitê de Ética e Conselho de Juventude Griô.

O departamento de educação ficará responsável pela relação com as escolas públicas, o departamento de ética terá a função de emitir pareceres sobre a realização de pesquisas dentro do quilombo, podendo conceder ou vedar e será composto por sete lideranças da comunidade. O Conselho de Juventude Griô ficará responsável pela organização de seminários e representará a comunidade, quando forem solicitados e será composto por seis membros.

Segundo o Artigo Primeiro do Estatuto da Comunidade Dona Juscelina, existem 03 pilares para definir o indivíduo quilombola, que são: Étnico, Cultural e Religioso e, a partir de 2013, foi determinado outro pilar, o qual consiste em fazer parte de um tronco pioneiro a partir de um recorte temporal de filiação. Também na reformulação do estatuto, fora realizado um recadastramento, seguindo os parâmetros acima elencados. Em 2020, o Quilombo Dona Juscelina contava com 236 famílias.

Em 2021, os filhos das famílias Griôs foram desmembrados e ganharam seus próprios cadastros, tendo uma atualização de dados para o processo de vacinação contra a Covid-19 e, então, neste levantamento, constataram 315 famílias quilombolas cadastradas.

Para finalizar as mudanças, em 03 de julho de 2021, a Comunidade Quilombola Dona Juscelina perdeu sua matriarca Lucelina Gomes dos Santos, a qual faleceu aos 91 anos de idade, mulher, negra, griô, escritora, raizeira, médica e tradicional das ervas medicinais. Faleceu deixando seu legado de resistência, empoderamento feminino e uma cultura de tradição. Uma “mulher farol” como se auto-intitulava, Dona Juscelina se foi, mas seu brilho nunca se apagará da memória, do seu legado cultural e nem dos corações dos membros da comunidade Dona Juscelina, que continuará sendo representada pelo nome dessa matriarca que construiu história e transformou a história do seu povo. A notícia causou grande comoção na cidade de Muricilandia e região. Muitas homenagens foram prestadas no velório em sua residência, na igreja, por onde o cortejo passou e, ainda, no cemitério.

Imagem 10: Comunidade oferecendo últimas homenagens à matriarca Dona Juscelina



Fonte: Facebook do Quilombo Dona Juscelina (2021)

No protocolo do cerimonial, a túnica de griô, que cobria o caixão, foi entregue à família de Dona Juscelina para que, posteriormente, um membro possa suceder a mesma em sua missão como conselheira Griô. Em outros termos, um membro de sua família deverá ocupar essa missão. Nesses casos, a família tem um prazo para tomar esta decisão. Caso a família abra mão desse direito, o conselho de Griôs poderá eleger alguém de outra família para assumir. Até o momento não houve sucessão.

De acordo com o Presidente da Associação, Manoel Filho, a casa de Dona Juscelina foi adquirida/comprada dos filhos da matriarca, por pessoas da comunidade, para garantir e atender um projeto coletivo de preservação e manutenção da memória de dona Juscelina e da comunidade, fazendo de sua casa quilombola como ela costumava chamar em um Memorial Dona Juscelina.

Substituições de Dona Juscelina no Conselho de Griôs: de acordo com Manoel Filho, a família de Dona Juscelina convidou uma mulher quilombola para assumir a função de griô no lugar da matriarca.

Substituições de Dona Cícera no Conselho de Griôs: de acordo com Manoel Filho, a família de Dona Cícera Vieira convidou um senhor da comunidade para integrar o conselho de griôs.

O próximo tópico descreve a formação do Tocantins, tendo em vista que, antes de tratarmos sobre como a história do Quilombo Dona Juscelina, fora construída a luta pela regularização das terras quilombolas, o que colabora para contextualizar o território a partir da formação do Tocantins.

1.5 Caracterização e Formação do Estado do Tocantins

A região em que se localiza o Quilombo Dona Juscelina pertencia ao Goiás, Norte Goiano. Tinha como estigma um território inóspito de baixa densidade demográfica e que não havia interesses do governo de Goiás em investir nesta região. Como podemos perceber, “a historiografia tocantinense reforça essa diferenciação e constrói um ambiente de polarização de significados entre a ocupação do Norte e do sul do estado de Goiás” (SILVA, 1996, p. 25). A identidade da população do Norte não parecia com as pessoas do Sul e Centro de Goiás, tanto as práticas culturais quanto o clima, o solo e a maneira de falar. Esta população se identificava mais com a região do Sul do Maranhão como também ao Sudeste do Pará.

O Norte goiano iniciou a sua ocupação ainda no século XVIII. Com a descoberta de minas de ouro na região, a maioria das pessoas que migrou para este território era negros escravizados ou libertos para trabalhar na extração do nobre metal.

O início da ocupação do norte de Goiás se deu exclusivamente pela descoberta de minas de ouro no século XVIII, dando o primeiro passo para processo de formação econômica e do povoamento do norte de Goiás, apesar das disparidades espaciais e temporais, esse território praticamente desabitado durante décadas, inseriu-se na rota mercantil por meio da mineração (OLIVEIRA, 2018, p. 27).

Neste sentido, a região Norte fora ocupada ainda no período do Brasil colônia, período em que o sistema escravagista estava em grande expansão. As fazendas desta região utilizavam destas práticas e a atividade econômica da extração mineral também seguiu o mesmo costume.

Segundo Alencastre (1979), neste período, surgiu na província de Goiás um movimento separatista, que teve como êxito a separação da comarca do Norte, que separava esta região da província de Goiás, tendo como motivação os mesmos

elementos, economia, política, má administração e posição geográfica deste território, conforme observa-se na citação:

No dia 14 de setembro, um mês após a frustrada tentativa de deposição de Sampaio, instalou-se o governo independência do Norte, com capital provisória em Cavalcante. O ouvidor da Comarca do Norte, Theotônio Segurado, presidiu e estabeleceu essa junta provisória até janeiro de 1822. No dia seguinte, o governo provisório da Comarca da Palma fez circular uma proclamação em que se declarou separado do governo (ALENCASTRE, 1979).

Alguns expoentes, que lutavam pela criação do Tocantins na década de 1980, fizeram algumas tentativas de ligação entre os dois movimentos separatistas. No entanto, mesmo que os elementos alavancados para justificativa da separação são os mesmos, os ideais eram outros e os tempos também. O primeiro movimento era contrário à independência do Brasil. O segundo movimento era a criação do novo estado. Vamos nos deter, a partir de agora, aos fatos da criação do Tocantins (RODRIGUES, 2009).

Jovens estudantes sonhavam com um território demarcado separado do estado de Goiás, entendendo que o motivo da falta de investimentos na região, o subdesenvolvimento, a falta de perspectivas dos jovens em relação aos cursos superiores, eram causados pela distância da capital e pelo descaso das autoridades goianas em não investir na Região Norte. A partir deste sonho, a Casa do Estudante do Norte Goiano - CENOG deu início ao movimento separatista, que culminou na criação do Tocantins. O lema do grupo era tudo pela redenção do Norte Goiano e buscava a emancipação da porção setentrional do Estado de Goiás, apesar do movimento datar-se entre os anos de 1959 a 1968, foi considerado um importante precursor no processo político separatista do sul de Goiás com a região norte do estado, atual Tocantins (MAGRIN, 2013).

Na década de 1960, este movimento organizou reuniões em várias cidades do norte goiano, Porto Nacional, Araguacema e Tocantínia, tendo reunido em torno de 800 mil jovens levantando a bandeira separatista e clamando por um território que pudessem ter oportunidades, uma região em que a maioria de sua população era negra, região de pessoas sonhavam com o progresso, trabalhadores rurais em busca de um espaço que pudesse atender suas necessidades (MAGRIN, 2013).

Neste período, podemos identificar a formação do povoado de Muricilândia, migrantes vindas do Nordeste em busca de territórios férteis que pudessem criar

suas famílias, locais em que poderiam sobreviver. As pessoas chegavam pelo rio Muricizal, que era utilizado como “estrada”, possibilitando as famílias a chegarem em busca de uma vida melhor. Os migrantes nordestinos abriam a floresta preparando o solo para efetuar o plantio de sobrevivência (TOCANTINS, 2017).

Oliveira (2018) destaca na sua pesquisa sobre o quilombo que a família da matriarca que deu origem ao quilombo Dona Juscelina, chegou na região de Muricilândia no início da década de 1960, acompanhada dos pais e irmãos. Assim, percebe que o embrião desta comunidade esteve presente no território desde o início do processo separatista. Chegaram à região interessados em conhecer o Goiás. Fizeram uma trajetória muito difícil, residiram um tempo em Cristalândia (antigo Goiás) e depois chegaram nestas terras, que tinham o nome de Murici das Velhas (antigo Goiás).

Isso chamou a atenção do governo federal, transformando a região em um ponto estratégico de transformações do país. Ainda na década de 1960, vários investimentos do governo federal foram canalizados à região Norte do Goiás, investindo em rodovias. Tais rodovias foram elementares para alavancar o progresso da região, alterando a base produtiva desta região como também o relacionamento desta com as demais regiões do país. A Rodovia BR 153, conhecida como Belém-Brasília, impulsionou várias cidades em suas margens, como Gurupi, Araguaína, Paraíso e fortaleceu ainda mais a necessidade de uma separação (OLIVEIRA, 2018).

De acordo com Oliveira (2018), podemos perceber que a divisão regional entre o Sul de Goiás e o Norte vai além das divisas físicas, tendo acontecido mesmo antes da regularização da lei que iremos narrar mais abaixo. Neste sentido, é necessário entrar no debate sobre a criação do estado do Tocantins e nos remeter ao conceito de desterritorialização para entender este tema. Conforme Haesbaert (2009), esta desterritorialização ocorre quando é uma nova interdependência e ao conectar a economia e a cultura das longínquas regiões, que se reestrutura em uma nova dinâmica territorial, uma espécie de território-mundo globalmente articulado. Isso acontece como se o espaço cotidiano, para garantir a sobrevivência, ordenasse a vida social de moradores/es de outras formas. Assim, o território é identificado entre o embate do “velho” (a organização sócia espacial preexistente) e o “novo” (novos elementos econômicos e culturais), desfazendo a velha região e se transformando em uma nova região com os mesmos traços da antiga, tendo em

vista que todo território ocupado é transformado pelos ocupadores e os transformam, de modo a gerar raízes culturais e de identidade.

O grupo social é constituído pelos seguintes componentes: território, identidade social e cultural dos indivíduos. Sendo assim, percebemos a relevância do território como espaço próprio do Estado, mas também por meio da diversidade de seus atores sociais que mantêm uma relação de poder sobre uma área específica. Neste trabalho, o Tocantins servia como palco para esta manifestação de poder, ligada ao ambiente histórico e institucional (RAFFESTIN, 1993).

Ao levar em consideração todo o processo de criação do Tocantins, a luta travada de forma simbólica durante várias décadas com o objetivava desmistificar o papel de um único ator, e apontar uma união de fatores que se descortinaram em 1987, quando a foi criada a comissão de estudos dos problemas do Norte (CONORTE). Isso, por sua vez, liderava o processo com apoio dos atores que compunham este território, entregando à Assembleia Constituinte uma emenda parlamentar com cerca de 80 mil assinaturas, o que reforçou a proposta de criação do Estado. Isso criou a União Tocantinense, uma organização suprapartidária tendo como finalidade a conscientização política em toda a região norte para lutar pelo Tocantins, por meio de emenda popular, além da criação do Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins (OLIVEIRA, 2018).

Em junho, o deputado Siqueira Campos, relator da Subcomissão dos Estados da Assembleia Nacional Constituinte, redige e entrega ao presidente da Assembleia, o Deputado Ulisses Guimarães, a fusão de emendas criando o Tocantins que foi votada e aprovada no mesmo dia. Pelo artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 05 de outubro de 1988, nascia o Tocantins.

É relevante a contextualização sobre a formação do Tocantins, com objetivo de compreendermos o processo de regularização do quilombo Dona Juscelina, dentro do território. Este processo aconteceu a partir da migração da família da matriarca que deu nome ao quilombo, senhora Juscelina, uma luta de resistência em busca do direito de pertença do território. Esta diáspora, aconteceu por vários motivos, os quais iremos descrever nas narrativas a seguir.

Os quilombos foram formados pelos negros, que fugiam da escravidão. Entretanto, atualmente, vivem pessoas de outras etnias, pois mantêm relações comerciais e de amizade com estes povos remanescentes. Segundo a Fundação

Cultural Palmares, há 2.474 comunidades remanescentes de quilombos com certificado no Brasil, existindo apenas 38 no Tocantins. A certificação se dá baseada no decreto 4.887 de novembro de 2003, que regulamenta o processo de identificação e demarcação de terras para que estes povos se estabeleçam. Segundo este decreto, consideram-se comunidades quilombolas os territórios que possuam população negra relacionada com o sofrimento da escravidão (BRASIL, 2003). Sobre a certificação das comunidades quilombolas e suas localizações podemos identificar no quadro no anexo II.

A comunidade Dona Juscelina está entre as 09 comunidades que se situam na região norte do Tocantins. Os processos de certificação dessas comunidades foram de acordo com os critérios especificados na Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007[2]. As demais comunidades se localizam na região central e sul do Tocantins, 16 comunidades localizam-se na região sudeste, conforme dados da pesquisa de Oliveira (2018). Em meados dos séculos XVII e XVIII, esta região era rica na extração de minérios. Em consequência disto, existia uma forte presença de mão de obra negra, a qual era escravizada, conforme permitia-se na época.

Em razão disso, a maioria das comunidades se localizam nesta região em decorrência da rota do gado que contribui diretamente à fixação e desenvolvimentos destas comunidades remanescentes. Já na região central, encontram-se 06 comunidades, apresentando uma menor incidência da presença de população remanescente de quilombos. Enquanto isso, a região sul possui 14 comunidades remanescentes e apresenta as mesmas características da região sudeste. Pode-se observar (anexo III) a localização das 45 comunidades quilombolas certificados no Tocantins.

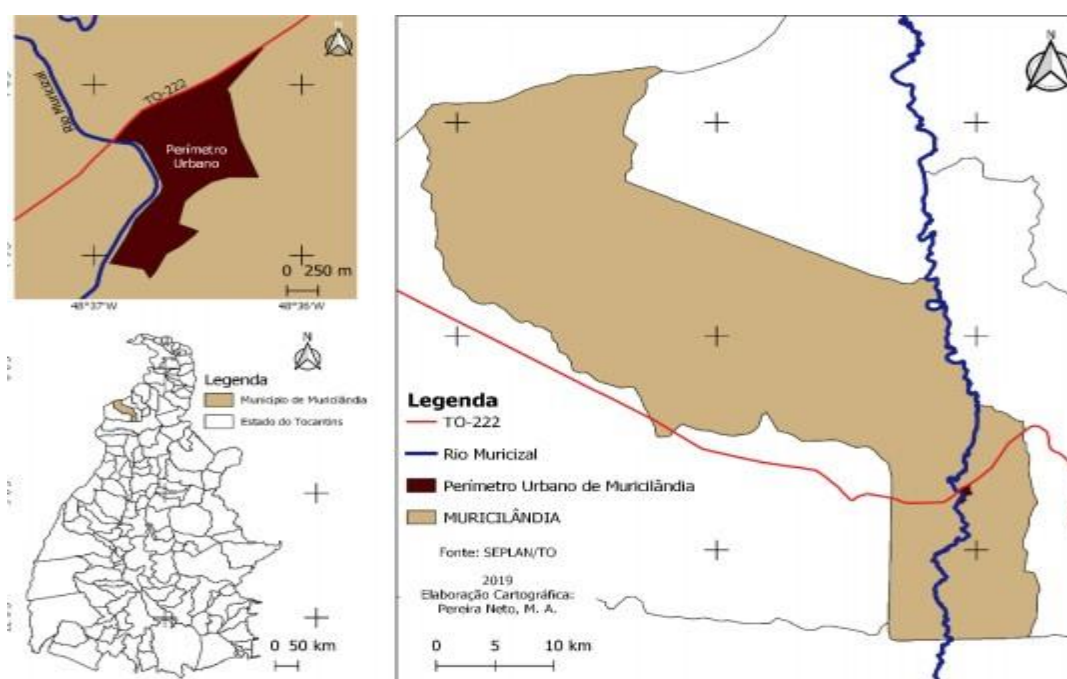
Todo este traçado é para demonstrar que, assim como a comunidade Quilombola Dona Juscelina, existem muitas outras que podem também ser foco de pesquisa. O intuito deste também é servir de influência para despertar o interesse de futuros pesquisadores, a fim de delinear todo o traço cultural de cada comunidade.

Neste sentido, este trabalho estuda os quintais produtivos desenvolvidos pelas mulheres grãos do Quilombo Dona Juscelina, pois procura perceber como elas se desenvolvem e como isto se coloca com saberes da comunidade. Por meio desta, pôde ser vivenciado em diversos momentos a presença ativa das mulheres na organização e na liderança quilombola. Mulheres fortes que são importantes ao desenvolvimento interno e à perpetuação de práticas culturais. Sendo assim, segue

abaixo o mapa da comunidade Dona Juscelina para fins localização e caracterização de território.

Pelo fato de estar localizado praticamente dentro do perímetro urbano da Cidade de Muricilândia - TO, tem sofrido um processo de desterritorialização pela ocupação do território ancestral, gerando uma luta constante pelo território por parte da matriarca Dona Juscelina. O progresso avança rumo às matas mais distantes com o discurso de expansão agrícola levando a construção de rodovia posteriormente (OLIVEIRA, 2018).

Para tal, foi necessário acompanhar de perto cada quintal produtivo e procurar entender como cada mulher desenvolve suas técnicas agrícolas, com influência de seus ancestrais.



MAPA 01: localização geográfica da Comunidade Quilombola Dona Juscelina
Fonte: Oliveira (2018)

Conforme pesquisa de Oliveira (2018), são mais de 900 pessoas que vivem na comunidade remanescente de quilombo, somadas àquelas que não vivem dentro da comunidade, mas se cadastraram como membros daquele determinado grupo, pois fizeram a auto identificação. De acordo com a entrevista concedida por Dona Cícera Vieira, Griô e membra da comunidade, o encontro de griôs, que é importante

à comunidade em relação à manutenção das práticas culturais, abre-se com a reza do divino espírito santo, erguem-se a bandeira e tocam os tambores. Nesse contexto, a matriarca, dando sequência às rodas de discussões sobre religiosidade, compartilha saberes tradicionais e ancestrais, os quais possibilitam o enriquecimento cultural da comunidade (OLIVEIRA, 2018).

O uso das ervas medicinais foi narrado pelos mestres dos saberes e registrado como experiências de produções sobre a produção de chás, xaropes, preparos, entre outros remédios alternativos à saúde para aos jovens com o objetivo de compartilhar conhecimentos. As práticas culturais de danças foram apresentadas, como o “lindô”, um tipo de dança tradicional, que, conforme relatos das interlocutoras, têm aos poucos sido esquecida com o passar dos tempos, além da capoeira, que é o ponto forte da cultura afro, uma luta que virou uma dança, que era utilizada pelos ancestrais afro-brasileiros, como meio de defesa e de interação comunitária.

Contou também com o relato de Dona Cícera, a qual se manifestou sobre como era antigamente o território, como foram os primeiros moradores, as primeiras moradias, feitas de pau-a-pique, produziam o plantio de arroz, feijão, abóbora e etc. Dizia que isso, além de servir para sustentar, também era para manter a terra limpa, em decorrência da grande quantidade de onças. Explicaram como se deram as primeiras divisões de terras, os primeiros conflitos internos que desencadearam em fatores que refletem até os tempos atuais.

E assim nós chegamos aqui e começamos a viver, tinha peixe, vocês imagina o tanto que era lindo aqui de peixe na água, chegava na beira do rio de manhã estava coberto, aquelas folhinha, coisa mais linda do mundo, ai você abanava assim aquela água pura pra beber, e eles , as primeiras pessoas que chegou arranchou lá na beira do rio, debaixo dum pé de imbaúba (inaudível) e a sobrevivência do povo foi muito na saúde, morreu muita gente amiga mais nos tinha caça, nós tinha o peixe, e nós criava galinha, muita galinha, muito porco, era bom nesse ponto, muito bom, e quando os pessoal, os primeiro que chegou não tinha nada pra comer assim, de arroz, feijão, fava, ai pegava com o pessoal emprestado, ai nós comia, teve uma época que meu pai, não tinha, nós era muita gente, ele chegou nós foi plantando logo mandioca, ai nos comia era aquela abobrinha, que dava com quiabo e botava dentro do feijão e nos vivia era com beiju, fazia o beiju pra nós, comia aquilo ali com beiju e era muito triste, rapaz aqui não tinha quase nenhuma pessoas, aqui nós era mais ou menos que morava aqui com nós quando nós chegamos num dava trinta pessoas, uns vinte e pouco, nas casinha mesmo aqui perto (Entrevista com Dona Cícera Vieira 05/12/2020).

Nas narrativas da Griô Dona Cícera Vieira, percebemos uma memória coletiva, formada a partir de vestígios e fragmentos, guardados durante as vivências. Lembrança traz outras lembranças, quando o pesquisado começa a ser entrevistado, as palavras vão saindo de forma contínua em que vai induzindo a outras memórias, como se estivessem penduradas em um cabedal infinito, quanto maior o tempo de vivência do entrevistado, pode ser maior o arquivo de memória que podemos acessar. Assim, podemos destacar no argumento de Bosi (1983, p.18):

A função social do velho é lembrar e aconselhar - memini, moneo - unir o começo e o fim, ligando o que foi e o por vir. Mas a sociedade capitalista impede a lembrança, usa o braço servil do velho e recusa seus conselhos. Sociedade que, diria Espinosa, "não merece o nome de Cidade, mas o de servidão, solidão e barbárie", a sociedade capitalista desarma o velho mobilizando mecanismos pelos quais oprime a velhice, destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa.

A partir de Bosi (1983), percebemos que o sistema capitalista se preocupa com a produção, o valor do indivíduo e a partir do que produz. Quando chega a velhice, vai perdendo o valor para a sociedade. Todavia, observamos na entrevista que a idade traz outro significado, como a riqueza de saberes que podem ser compartilhados com os mais jovens, como é feito no Conselho de Griôs.

O Centro de Griôs é uma forma que eles encontraram de reunir todas (os), para reafirmar identidade. O evento já é algo cultural e fazem de forma muito divertida, atraindo a atenção dos jovens cujo objetivo é um diálogo com os costumes.

De acordo com Souza (2006), na História de Vida, quem decide o que deve ou não deve ser contado é o autor. Portanto, este fica livre para dar seu depoimento, não levando em consideração a cronologia de fatos e sim a questão geral da vivência em si. Neste sentido, é este o ponto determinante neste trabalho, enfatizar as questões das práticas nos quintais produtivos de acordo com observação e interlocução com as nossas narradoras.

No próximo capítulo, será debatido o conceito de quilombo, conceito de mulheres quilombolas, como também a origem dos griôs e a formação do Conselho de Griôs na Comunidade Remanescente quilombola Dona Juscelina. Quanto ao conceito de quilombo, se dá desde o Brasil Colônia até os dias atuais.

Conforme o Conselho Ultramarino de 1740, o quilombo era concebido como sendo “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele (ALMEIDA, 2011, p. 47).

No entanto, os quilombos atuais vão além de um território de negros fujões, mas um local de resistência contra uma sociedade racista, que não valoriza os trabalhos destes indivíduos na formação cultural e estrutural do nosso país. É neste sentido que será debatido neste estudo, levando em consideração a interdisciplinaridade, o território e a cultura desta comunidade.

No próximo capítulo, abordamos a identidade cultural das mulheres quilombolas construída por meio do tempo e de suas práticas, entre elas o cultivo e o planejamento dos quintais de suas casas como forma de contribuir com a economia doméstica e também com a economia moral. Segundo Thompson (1998), a economia moral tem a preocupação além do lucro e da lei de mercado, com foco em construir um preço justo em cada produto com a finalidade de atender todas as pessoas de forma igual, mesmo em tempo de escassez. Neste caso, os quintais produtivos que iremos trabalhar abaixo e o cuidado das mulheres Griôs e não Griôs, mas que prestam serviços à comunidade.

2. MULHERES QUILOMBOLAS GRIÔS: IDENTIDADES CULTURAIS

Eu aprendi com a sobrevivência das pessoas idosas, por nós aqui vivia era da erva, não tinha médico, não tinha ninguém para orientar as pessoas sobre a saúde e eu via os idosos, as mulheres. As mulheres iam ganhar neném, eu não entrava, mas eu ficava curiando tudo que ela fazia
(Cícera Vieira, 2020).

Antes de refletirmos sobre o conceito de mulheres quilombolas, é necessário compreender sobre a sociedade que esta mulher está inserida. As comunidades quilombolas no Brasil foram criadas por meio de um processo histórico com origem no período escravagista brasileiro. Estas comunidades têm uma identidade cultural própria. Mesmo antes de serem legalizadas, já se identificavam de forma diferenciada, mesmo que o objetivo social do quilombo tenha se transformando conforme as mudanças sociais. No entanto, continua sendo um espaço de resistência ao poder hegemônico de uma elite dominante, como também tem a preocupação de manter preservado seus costumes e suas práticas culturais, respeitando a tradição dos seus ancestrais (BRASIL, 2003).

De acordo Leite (2008), quilombo é originário da etimologia bantu e tem como significado o acampamento guerreiro na floresta. Durante o período do Brasil colônia, era um espaço de resistência contra o regime escravagista. Um local que apoiava os escravos que conseguiam fugir dos maus tratos dos seus senhores.

Neste trabalho, analisamos a identidade, enquanto identidade cultural, a partir da perspectiva de Thompson (1998), que debate a identidade cultural enquanto fator social, “popular”. Com estes elementos, é possível identificar, na Comunidade Remanescente Quilombola Dona Juscelina, o delinear de uma identidade cultural diferenciada da imposta pelo Estado nacional.

A identidade social de muitos trabalhadores mostra também um certa ambiguidade. É possível perceber no mesmo indivíduo identidades que se alternam, uma deferente, a outra rebelde. Adotando outros termos, esse foi um problema que preocupou Gramsci. Ele observou o contraste entre a “moralidade popular” da tradição do folclore e a “moralidade oficial” (THOMPSON, 1998, p. 20).

Segundo o autor, a tendência da força hegemônica elitizada foi o fortalecimento do sentimento nacionalista e a formação de uma identidade nacional imposta pelo Estado, começando pela linguagem oficial referendada pela academia

científica. No entanto, essa identidade tácita fora possibilitando a descoberta de novas identidades e até mesmo, uma nova linguagem utilizada nas comunidades tradicionais.

Compreendemos que a identidade quilombola é construída a partir de vários elementos, entre eles consideramos que o território é o mais importante. Outro elemento tem uma ligação direta com o primeiro, é a resistência e a luta para garantir, de forma legalizada, o seu território, tal como relata Carvalho (2002, p. 3): “É o caso da identidade quilombola, construída a partir da necessidade de lutar pela terra ao longo das últimas duas décadas”. Por outro lado, não podemos deixar de levar em consideração a hereditariedade, do remanescente quilombola.

A forma de conceituação de comunidade quilombola, a identificação não necessita que todos os indivíduos que compõe a comunidade sejam indivíduos negros, ou que todos tenham vínculo com o processo de escravidão, mas é necessário que haja uma presunção de ancestralidade negra acompanhado de histórico de opressão e racismo sofrido. Apesar de ser aceito a auto identificação como quilombola, e o sentimento de pertencimento, para legalização é necessário uma comprovação e certificação. O conceito de grupo étnico se associa ao pensamento de uma identidade quilombola sintetizado pela noção de auto atribuição (ARRUTI, 2008, p. 23).

Geralmente, os quilombos são construídos em territórios rurais, tendo em vista que a origem do quilombo veio da zona rural, a identidade de resistência está ligada à luta pela terra. O caso do CQDJ está ligado ao processo de desterritorialização e reterritorialização, pois seu território foi invadido devido à expansão da pecuária. Oliveira e D Abadia (2015) pontuam que, no caso das Comunidades Quilombolas existentes na zona urbana, os problemas são também diferenciados e complexos. São grupos que buscam afirmar uma identidade étnica e a positivação dos seus direitos junto ao Estado. Em sua maioria, luta contra a segregação racial e o racismo.

Diante deste contexto, percebemos que a Comunidade Remanescente Quilombola Dona Juscelina busca, há várias décadas, esta afirmação identitária e a positivação dos seus direitos junto ao Estado, como vamos debater nos próximos subtítulos. Conceitos são criados como forma de facilitar a interpretação de problemas complexos sociais, tanto relacionados aos bens materiais, quanto aos imateriais. A validação do conceito acontece dentro de um grupo científico, que o aceitam como legítimos, referendados por todos os elementos do grupo.

a mulher negra anônima sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite-nos a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo (MONTERO *et al*, 1982, p. 103-104).

Assim, é importante compreendermos o conceito de mulher quilombola, que está ligado a uma definição étnica e de gênero (FERNANDES; GALINO; VALENCIA, 2020). Mulheres quilombolas são camponesas negras, uma categoria étnico-racial e de gênero, que também se estende, mas que nos atentamos, neste estudo, como benzedeira, parteira, enfermeira e as Griôs, uma forma de resistência à cultura ocidental racista e machista. Mesmo que, na nossa pesquisa, os objetivos não sejam os movimentos feministas, não poderíamos deixar de colocar em reflexão sobre Gonzalez (1984), que fez a diferença como militante de um feminismo afro-latino americano, ao possibilitar mulheres, como a própria pesquisadora, a escreverem sobre mulheres negras e liderança. A seguir, abordaremos estes conceitos ligados às mulheres do quilombo Dona Juscelina, construídos a partir da resistência e religiosidade de várias mulheres.

2.1 Mulheres quilombolas

Para compreendermos o conceito de mulher quilombola é necessário nos reportarmos ao pensamento de Akotirene (2019). O processo de escravização dos povos africanos no Brasil deve ser discutido a partir do olhar da interseccionalidade. Akotirene (2019), além de ser uma militante negra, também carrega a bandeira da descolonização.

Ao estudar o racismo, a resistência, a cultura Griôs e o conceito de quilombo é necessário um aprofundamento das condições da mulher. Quando a autora apresenta o debate sobre o Atlântico como canal de relações entre África, Europa e América chama atenção às condições que o continente africano participava deste relacionamento.

Ela traz a importância de pensar a identidade quilombola a partir da história do Atlântico negro e concorda com Achille Mbembe de que a “transnacionalização

da condição negra é, portanto, um momento constitutivo da modernidade, sendo o Atlântico o seu lugar de incubação” (MBEMBE, 2017, p. 34).

A história da mulher e da mulher negra no Brasil é repleta de relatos de situações que trouxeram muito sofrimento à figura feminina negra e escrava. Até os dias atuais, existe uma memória que persiste em perpetuar esse sofrimento por meio do racismo, da discriminação, da subordinação e da desvalorização da mão-de-obra no mercado de trabalho.

Paralelamente à história da mulher negra quilombola, iniciou uma história de luta e liberdade e, conforme as oportunidades iam surgindo, a mulher negra e quilombola foram mostrando sua resistência e seu potencial. Um dos papéis sociais desempenhados foi o da “Mãe Preta”:

Foi em função de sua atuação como mucama, que a mulher negra deu origem à figura da “Mãe Preta”, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores, [...]. Vale notar que tanto a “Mãe Preta” quanto o “Pai João” têm sido explorados pela ideologia oficial como exemplos de integração e harmonia raciais, supostamente existentes no Brasil. [...] A nosso ver, a “Mãe Preta” e o “Pai João”, com suas estórias, criaram uma espécie de “romance familiar” que teve uma importância fundamental na formação dos valores e crenças do povo (MONTERO *et al*, 1982, p. 93).

A partir da atuação enquanto educadora, por mais que não pudesse contar com sua liberdade de corpo, sua alma sempre esteve livre para construir e firmar sua identidade de mulher, mulher contadora de estórias e histórias do seu povo, da sua vida e da sua resistência cultural. Essas estórias se perpetuam no imaginário do povo brasileiro até os dias atuais, ao mostrar o significado do povo negro e da mulher e mulher negra.

O debate sobre a descolonização dos saberes desta pesquisa se dá a partir da valorização dos saberes das mulheres griôs, apresentado neste capítulo. Akotirene (2019) entende que os saberes fora da comunidade acadêmica são importantes, porque valoriza a aprendizagem a partir da prática. Neste sentido, o território do quilombo é um campo riquíssimo destas práticas e as mulheres quilombolas, sobretudo, as senhoras Griôs, são as responsáveis pelo compartilhamento intergeracional destes saberes:

Como pode ser observado, a pobreza apresenta-se de forma muito mais presente entre a população negra. Por sua vez, como a apuração do nível de renda, para fins de análise da pobreza, ocorre por meio da renda

domiciliar, a variação entre sexos não se mostra relevante. No entanto, quando se analisam as rendas desagregadas, pode-se verificar que as mulheres, em especial as mulheres negras, acessam, de forma diferenciada, tanto os rendimentos do trabalho, como os recursos para obtê-los (BRASIL, 2013, 128).

O conceito de mulheres quilombolas necessita ser analisado, levando em consideração o conceito geral de quilombo e, neste sentido, compreendemos que, na perspectiva eurocêntrica do senhor branco, sobretudo, significava um lugar de negros fujões, que era necessário ser invadido e combatido: “identidade quilombola, construída a partir da necessidade de lutar pela terra ao longo das últimas duas décadas (SCHIMITI *et al*, 2002, p. 04).

O quilombo, na concepção das mulheres negras deste mesmo período, era compreendido como um território de luta e resistência, um local de apropriação de terras que lhes proporcionavam um sentimento de igualdade, em que possam praticar sua cultura, “através das danças rituais as mulheres incorporam a força cósmica, criando possibilidades de realização e mudança, fazendo de seu corpo um território livre, próprio do ritmo, liberto de correntes” (THEODORO, 2005, p. 94).

As mulheres negras formam o segmento da sociedade vítima da maior discriminação (tanto de gênero, quanto de cor). Esta discriminação foi sentida até nos momentos de militância política, uma vez que sua “raça” era relevada nos movimentos feministas (seguindo um discurso que as mulheres deveriam se unir “esquecendo” a diversidade), e o gênero, nos movimentos negros (os quais mantinham padrões de dominação masculina não problematizados devido à bandeira maior de luta contra a discriminação) (MEDEIROS, 2002, p. 17).

Ao conhecer sua história e dar significado e sentido às suas vivências em sua comunidade enquanto protagonista na construção de saberes político, econômico, histórico, cultural, social e educacional, a mulher negra se reafirma a cada dia na sociedade moderna, com resistência de sua(a) identidade(s) ancestral (AKOTIRENE, 2019).

Conforme os cientistas sociais, o quilombo tem significado de um território comum, o qual proporciona as práticas de uma vida comunitária baseada nas relações de solidariedade entre seus moradores/as. Entretanto, é considerado como um celeiro de práticas culturais, uma organização de tradições e histórias de resistências em que busca resistir ao pensamento hegemônico, como também uma comunidade que se reorganiza na busca de seus direitos diante do Estado brasileiro (FERNANDES; GALINO; VALENCIA, 2020).

O conceito de quilombo não pode ser territorial apenas ou fixado num único lugar geograficamente definido, historicamente “documentado” e arqueologicamente “escavado”. Ele designa um processo de trabalho autônomo, livre da submissão aos grandes proprietários. Neste sentido, não importa se está isolado do ou próximo das casas-grandes. (ALMEIDA, 2011, p. 45).

Este debate produz um quilombo no imaginário social brasileiro, que não são apenas representativos, mas são práticas de interpretações que ressignificam e inventam o quilombo no cotidiano.

Neste sentido, observamos que a CDQ, Dona Juscelina, mantém práticas que se organizam em busca de seus direitos e, preparam as próximas gerações, como um grupo de resistência contra o pensamento eurocêntrico, desempenhando um importante papel na formação cultural do quilombo e dos/das moradores/as da cidade no entorno da comunidade: “Sou quilombola com muito orgulho”. (Entrevista com Dona Maria da Cruz em 27/02/2021).

O posicionamento da Dona Maria da Cruz demonstra que a cultura do quilombo vai além do lugar material e passa a imbricar na(s) identidade(s) do sujeito, o qual se afirma constantemente nas relações sociais enquanto ser cultural que transforma e persiste.

2.2 Griôs: Sentidos e Significados

O termo Griô possui uma definição incerta, mas entende-se que ela seja uma confluência entre as línguas Portuguesa, Francesa, Africana e Abrasileirada, tendo em vista que uma boa parte do continente africano foi colonizada pelos portugueses e depois pelos franceses (FERNANDES; GALINDO; VALENCIA, 2020). Neste estudo, aceitamos como conceito de Griôs seja originário da África do Sul, sobretudo, da região de Mali, a partir do século XIV e XV. Neste período, enquanto os navios europeus, carregados com pessoas negras para vender como escravos em suas colônias, alguns indivíduos andavam pela praia gritando sua história e a do seu povo. Esta figura era chamada pelos europeus de gritador, considerado pelos portugueses como feiticeiros.

Na realidade, os gritos do gritador eram para que seus contemporâneos, que sofriam a diáspora, não esquecessem as suas raízes. Alguns povos africanos acreditavam que a tradição da palavra é uma entidade viva. Em francês, gritador se

transformou em Griot e, chegando no Brasil, virou Griô - uma tradição de contar a história dos antepassados para que os mais novos conheçam as suas raízes. Na Bahia, em 1999, o Griot virou Griô. A palavra ganhou força e se espalhou pelo país a fora (RODRIGUES, 2011).

Também na Bahia, o Griô desenvolve vários papéis dentro da comunidade, todas relacionadas à oralidade, à passagem do conhecimento e da cultura por meio do conto de histórias, que podem ser por intermédio da arte, da música ou como, no caso do quilombo Dona Juscelina, através do conselho de griôs (VAZ, 1978; RODRIGUES, 2011).

O griot africano é homem de muitas facetas, é músico, cantador de histórias, menestrel e genealogista; depositário das tradições africanas. [...] Ele é o tocador do “pluriarco”, um dos mais antigos instrumentos africanos. ‘O narrador-ator ou o griot faz muitas vezes o papel do ator total, que recria o drama, ao mesmo tempo que interpreta sozinho todos os papéis (deuses, homens, animais).

A cultura ganhou muita força, principalmente na Bahia, com ênfase na importância entre os afrodescendentes e os quilombolas, na transmissão do conhecimento, bem como de sua história por meio da oralidade. Em 2006, surgiu o projeto criado pelo Ponto da Cultura Grão de Luz e Griô, o qual buscava uma Ação Nacional do Griô.

A Ação Griô é um programa que envolve 130 projetos pedagógicos de diálogo entre a tradição oral e a educação formal, que está espalhado pelo Brasil em mais de 600 escolas e universidades, bem como entidades de educação e cultura, contando com a participação de 750 griôs e 100 mil estudantes (SANTOS, 2015).

De acordo com Santos (2015), a tradição oral está muito presente na cultura popular brasileira e, assim, foi se apropriando o termo griot. Mesmo sem informação sobre a vinda de alguma família griot, da África para o Brasil, também não se sabe se é uma tradição da hereditariedade na função do griot. Existe uma iniciativa da cultura popular em apropriar-se desta prática tradicional da cultura africana, sobre a oralidade expressa na função do griot, que foi aportuguesada para a palavra griô. Segundo o autor, até 2010, estava sendo formulado um projeto de lei, apresentado no Congresso Nacional, em 2011, e já foi disseminada esta prática formando mais de 650 griôs, mestres e aprendizes em todo o território nacional.

Existe, em tramitação pelo Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 1786/2011, baseado no artigo 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, que

propõe a Criação da Política Nacional Griô, para proteção e fomento à transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral. No entanto, o que observamos até a presente data é a má vontade dos legisladores para aprovação desta PL, que protege uma cultura milenar muito utilizada nas comunidades quilombolas. Este projeto de Lei regulariza o título de mestre Griô e garante uma renda financeira para eles. Além disso, ainda propõe uma bolsa no molde das fornecidas pela CNPQ, para acadêmicos, que seja pago aos aprendizes de mestre griôs, como podemos observar abaixo:

[O] Projeto de Lei nº 1.176, 2011, de autoria do Deputado Edson Santos, que “Institui o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares”, e de seu apenso, o Projeto de Lei nº 1.786, de 2011, de autoria da Deputada Jandira Feghali e outros, que “Institui a Política Nacional Griô, para proteção e fomento à transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral”, após ampla discussão com os segmentos interessados da sociedade, com especialistas e com representantes do poder público (BRASIL, 2011).

No Brasil, todo esse movimento sobre a cultura dos griôs ganhou força a partir da Lei 10639/03, incluída na Lei de diretrizes de base e instituiu a obrigatoriedade de ministrar na escola pública e privada, incluindo, no currículo escolar, a história da África.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003).

Com as garantias de que a História da África seria ministrada no ensino fundamental e médio, com uma visão menos eurocêntrica, foi criada a oportunidade do surgimento de vários institutos e ONGs com o objetivo de construir, na história brasileira, um novo capítulo cultural, em que as práticas afro-brasileiras fossem reforçadas (RUOSO, 2013).

O projeto do Velho Griô, o qual já vinha sendo construído desde 1999, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Lençóis na Bahia, visitava as escolas da rede pública municipal e fortalecia a tradição oral dos griôs. Este projeto, por sua vez, contava histórias de forma oral para as crianças, formando, assim, uma

relação intergeracional e uma nova forma de transmitir a cultura e as tradições populares afro-brasileiras. Com a aprovação da lei acima citada, este projeto começou a ganhar uma nova forma, se transformando no projeto Ação Griô nacional. Dentro deste projeto, surgiu o Ponto de Cultura Grãos de Luz, tendo como finalidade a preservação das tradições orais das comunidades e valorizar os Griôs, Mestres e Aprendizes enquanto patrimônio cultural Brasileiro. (RUOSO, 2013).

Art. 3º. São diretrizes da Política Nacional de Proteção e Fomento aos Saberes e Fazeres das Culturas Tradicionais de Transmissão Oral do Brasil: I – O reconhecimento dos saberes e fazeres das culturas tradicionais de transmissão oral como parte fundamental da formação cultural brasileira; II – A identificação dos saberes e fazeres das culturas tradicionais de transmissão oral como elementos estruturantes do processo de afirmação e fortalecimento da identidade e diversidade cultural do povo brasileiro (BRASIL, 2011).

Um dos elementos importantes desta lei é a proteção aos saberes que são construídos fora da academia, bem como possibilitar a identificação dos saberes e fazeres da cultura tradicional, dando uma maior visibilidade às práticas educativas das comunidades tradicionais, e ainda o reconhecimento do título de mestre e aprendizes fora da academia científica.

Compreendemos que a positivação desta Lei é um marco interessante na descolonização dos saberes na interdisciplinaridade e até na transdisciplinaridade, tendo em vista que provoca nos pesquisadores a necessidade de respeitar a perspectiva dos mestres tradicionais na oralidade. Além disso, quebra a hierarquia entre o conhecimento acadêmico e os saberes empíricos, como defende Pombo (2005, p.10):

Só há interdisciplinaridade se somos capazes de partilhar o nosso pequeno domínio do saber, se temos a coragem necessária para abandonar o conforto da nossa linguagem técnica e para nos aventurarmos num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo. Não se trata de defender que, com interdisciplinaridade, se alcançaria uma forma de anular o poder que todo saber implica (o que equivaleria a cair na utopia beata do sábio sem poder), mas de acreditar na possibilidade de partilhar o poder que se tem, ou melhor, de desejar partilhá-lo.

Percebemos um compartilhamento de saberes e reconhecimento pela academia científica da importância do encontro interdisciplinar entre a ciência e o empírico, a academia e a comunidade, não apenas como objeto de pesquisa, mas como uma relação interdisciplinar com objetivos de troca de saberes.

Dentro deste contexto, do fortalecimento da tradição afro-brasileira, a cultura griô, através de uma pedagogia interdisciplinar e do fortalecimento destas práticas apresentadas às crianças e adolescentes, possibilitou oportunidades, para que estes indivíduos se aproximassem de suas raízes.

Assim, neste projeto, surge em todo o país, a pedagogia griot, a qual faz parte do currículo escolar de algumas cidades brasileiras. No entanto, mesmo em comunidades que esta pedagogia não fora implantada, como é o caso da Comunidade Dona Juscelina, a interação entre alunos das escolas públicas e jovens universitários participam desta relação intergeracional por meio do Conselho de Griôs. No próximo subtítulo, discutiremos mais detalhadamente sobre o Conselho de Griôs da comunidade Dona Juscelina.

2.3 Memórias Quilombolas: Registros de Resistências

Segundo Halbwachs (2013), a memória coletiva é formada a partir da união entre várias memórias individuais. Na construção da memória coletiva, não basta apenas selecionar várias memórias individuais sobre o mesmo período ou evento, mas é necessário selecionar as memórias individuais que tragam elementos em comum uma com a outra.

Seguindo essa perspectiva, a construção da memória coletiva sobre a diáspora das famílias pioneiras, as quais formaram o quilombo Dona Juscelina, foi organizada com fundamento meio das memórias individuais de pessoas mais velhas que vivenciaram esse fenômeno ou que ouviram dos seus pais sobre o acontecimento, tendo em comum a motivação religiosa que os trouxeram para essa região.

Todas as lembranças que dona Juscelina tem foram passadas oralmente, e principalmente as histórias que ela ouviu a respeito do momento em que ocorreu a libertação dos escravos. Por mais que exista toda uma quantidade de textos escritos, ela tem sua versão da história criada através das narrativas ouvidas. A matriarca da comunidade tem suas próprias opiniões e imagem do processo de libertação do negro, e ela as construiu por meio de narrativas de memórias de seus antepassados, na vida de dona Juscelina as lembranças passadas são atuantes no presente (KAMILA F. DOS SANTOS, 2017, p. 41/42).

Nessa pesquisa, utilizamos, como critério de inclusão, as pessoas mais idosas, sobretudo mulheres griôs, as quais trazem lembranças das práticas culturais,

bem como suas origens e a formação do Quilombo Dona Juscelina. Estes parâmetros têm como base o pensamento de Bosi (1979), em sua obra “Lembranças de Velhos”, defendendo que é necessário ser construído por meio da memória de pessoas idosas, tendo em vista que estes buscam lembranças do passado, de modo a despertar suas próprias memórias, com o objetivo de rememorar essas lembranças e compartilhá-las com a nova geração. Durante a pesquisa de campo, percebemos que essas práticas acontecem no Conselho de Griots do quilombo Dona Juscelina.

Ao lembrar-se do passado ele não está descansando, por um instante, das lidas cotidianas, não está entregando-se fugitivamente as delícias do sonho: ele está-se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida (BOSÍ, 1983, p. 22).

A autora valoriza a memória de velhos, levando em consideração que estes buscam cultivar a memória com a finalidade de manter viva a tradição e as lembranças das práticas culturais, tendo em vista que os velhos não ficam passivos, esperando que as memórias surjam. Como relata Bosi (1983), trabalham a memória entre os seus companheiros/as. Neste sentido, assinalamos que o Conselho de Griôs busca manter viva a memória do passado e, a partir da renovação do Estatuto fora criado o Conselho de Jovens Griôs, busca intensificar a troca de saberes e experiências intergeracional por meio da memória.

Tratando de memória, Pollak (1989) chama para uma reflexão sobre as memórias silenciadas, chamada por ele como memória subterrânea. Em relação a isso, tanto Pollak (1989) quanto Halbwachs (2013) as chama de uma disputa de memória. Elas ficam subterrâneas por algum tempo, mas começam a submergir. No primeiro momento, de forma extraoficial, por intermédio dos meios de comunicação, livros, músicas e peças de teatro. Surgem como forma de reivindicação, até que algum evento faz com que estas memórias, de forma brusca, submerjam e ocupem espaços públicos oficiais, sobretudo reconhecidos pelo Estado por meio de leis e decretos.

Para que a memória subterrânea e clandestina se torne oficial, é necessário que aconteça uma transformação da elite dominante, seja por meio de uma mudança do grupo no poder ou por forças externas e internas. Isso, por sua vez,

podem motivar os governantes a agirem de maneira que possibilite que tais memórias se tornem coletivas e oficiais.

Lembranças essas que ela transmite para comunidade em suas falas, e traz traços que as tornam únicas, pois com elas ela formou suas opiniões, que resistem na realização de uma festa carregada de características, com músicas, danças e as memórias que mantidas pela matriarca quando realiza o teatro da abolição, que passa-se no momento em que a princesa Isabel assinou a lei Áurea (KAMILA F. DOS SANTOS, 2017, p. 42).

Seguindo esse pensamento, compreendemos que as memórias dos negros permaneceram subterrâneas por vários séculos, tendo em vista que a elite dominante é formada por brancos. Logo, era conveniente contar a história da África e de seus descendentes, selecionando elementos da memória, que apresentavam os negros como subalternos. Nesta memória, os quilombos era apenas um lugar de negro fujão e de subversivo, que precisava ser combatido. Seguindo a perspectiva de Pollak (1989), as mudanças começam a acontecer com a chegada de indivíduos com outra visão no poder, iniciando-se, assim, possibilidades de que uma nova memória sobre o quilombo possa ser selecionada.

Com a lei número 10.639/03/2013, tornou obrigatório ser trabalhado no ensino básico a História da África, assim como a história de seus descendentes, os quais foram importantes na construção do Brasil. Esta obrigatoriedade motivou a necessidade de evocar a memória subterrânea dos negros para contar uma nova história. A partir desse fenômeno, começa a ganhar um novo capítulo na história dos quilombos. Não se trata apenas de um lugar de subversivos e de negro fujão, mas um lugar de resistência, com sua história, sua memória coletiva e uma cultura rica em saberes.

o termo quilombo recebeu várias interpretações de maneira que “esse deslocamento do significado nos permite compreender quilombo para além do contexto da escravidão, abrangendo às dinâmicas de territorialização étnica ocorridas no pós-abolição”. Como sabemos, muitas foram às histórias de lutas pela liberdade de pessoas que foram escravizadas que, ao morarem em grupos “mata adentro”, formaram os quilombos como resistência à opressão e das condições de vida a que eram submetidos os afrodescendentes de então (CARVALHO, 2016, p. 85).

Atualmente, os quilombos representam um espaço político e cultural pela preservação da tradição, dos costumes, dos modos de vida enquanto reafirmação de suas identidades e ato de resistência às intervenções sociais externas ao

quilombo, pois buscam continuar sendo quem são: quilombolas com experiências geracionais dos seus ancestrais (ARRUTI, 2008).

A história formada por meio da memória de indivíduos, os quais tiveram suas vivências nas comunidades, muitas vezes compartilhadas por meio da oralidade, é mais importante que a história contada em livros, assim como podemos observar nas narrativas, “mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto” (HALBWACHS, 2013, p. 79).

Diante dessa nova perspectiva, era necessária a legalização dos territórios em que viviam os remanescentes quilombolas. Para isso, o Estado instituiu decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, regulamentando o procedimento para identificação, reconhecimento e demarcação de territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos. Mais uma vez, entende-se que é relevante o pensamento de Bosi (1983, p. 23):

O velho não se contenta, em geral de aguardar passivamente que as lembranças os desperte, ele procura precisa-la, ele interroga outros velhos, compulsa seus velhos papéis, suas antigas cartas e, principalmente, conta aquilo de que se lembra quando não cuida de fixá-lo por escrito.

É possível, por meio da rememoração da memória dos velhos, remanescentes quilombolas, descendentes de pessoas africanas que viviam escravizados no Brasil, para entender a contribuição desse povo na construção do nosso país.

Quanto à história que envolve a formação do quilombo Dona Juscelina, suas práticas culturais e saberes centenários, foi possível submergir, por meio das reivindicações e das políticas públicas, as quais possibilitaram aos seus descendentes ter acesso e permanência na UFT. Desta forma, a luta ganhou mais força por meio da relação intergeracional entre a geração do passado e a geração do presente, de modo a garantir a permanência dessas práticas culturais tradicionais para a geração futura desta comunidade.

Preocupados com a própria autonomia, em 2017 os estudantes quilombolas organizaram-se e fundaram o “Coletivo de Jovens Quilombolas (CJQ)”, na intenção de mobilizarem-se em torno das questões do grupo étnico a que pertencem, buscar o fortalecimento de suas próprias raízes, realizar grupos de estudos com enfoque principalmente sobre a História da África, diáspora dos africanos e da própria história da Comunidade quilombola que

pertencem na intenção de fortalecer a identidade étnica dos jovens (COSTA; SANTOS, 2020 p. 535).

Esta nova página da comunidade de remanescente Quilombola Dona Juscelina é reescrita por meio da oralidade, da transmissão e do compartilhamento de saberes entre as gerações. Jovens e idosos mantêm esta relação intergeracional, que são travadas por meio do Conselho de Griots e, assim, a cultura dos seus ancestrais se mantém viva. Na comunidade Quilombola, podemos compreender o papel dos griôs como relata a seguir:

Ser griô é ter a missão de repassar os saberes e história para os mais jovens, e assim, propiciar também os conhecimentos dos ancestrais, além de ensinar como é a organização da comunidade e sua historicidade. Assim, as memórias estão sob os cuidados dos griôs desta comunidade, principalmente da matriarca, pela importância que possuem, são passadas à juventude quilombola, como forma de resguardar os costumes e as próprias referências. (AGUIAR *et al*, 2020, p. 34).

O papel de griô é relevante na comunidade quilombola, além de se tornar um “espelho” aos mais jovens que sentem desejo de fazer parte da liderança do seu povo, dando valor à missão que lhe for concedida. A juventude quilombola do QDJ, de acordo com as narrativas das mulheres griôs e não-griôs, está interessada em aprender cada vez mais sobre os saberes dos mais velhos:

A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas, sobretudo, para transformar a realidade para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas (FREIRE, 1999, p. 76).

A autonomia no aprender leva o protagonista de sua história a escrever seus passos e sua trajetória. Os jovens estão aprendendo com os mais velhos e experientes da sua comunidade, mas irão atuar a seu modo. Mesmo preservando os costumes e a tradição, irão imbricar sua “digital cultural” nos seus fazeres diários dentro do quilombo.

O Quilombismo”, onde buscava dar forma de tese “histórico-humanista” ao quilombo, tomando-o como movimento social de resistência física e cultural da população negra, que se estruturou não só na forma dos grupos fugidos para o interior das matas na época da escravidão, mas também, em um sentido bastante ampliado, na forma de todo e qualquer grupo tolerado pela ordem dominante em função de suas declaradas finalidades religiosas, recreativas, beneficentes, esportivas etc. (ARRUTI, 2008, p. 07).

Para compreender mais sobre o Conselho de Griôs, debateremos no próximo subtítulo, a partir das pesquisas de campo realizadas no Quilombo Dona Juscelina, em que foram realizadas entrevistas com três mulheres Griôs, sendo, Dona Juscelina, Dona Cícera Vieira e Dona Rosa Mirtes.

2.4 Mulheres Griôs e Conselho de Griôs no Quilombo Dona Juscelina

Segundo Costa e Santos (2020), em 2010, foi criado o Conselho de Griôs no estatuto da Comunidade Remanescente Quilombola Dona Juscelina (CGCRQ, Dona Juscelina), com a finalidade de institucionalizar a prática ancestral de ensinar através da oralidade. Para Costa e Santos (2020, p. 535), o CGCRQ tem o importante papel de transmitir saberes e fazeres por meio da oralidade às novas gerações, com objetivo de construir uma aprendizagem e também preservar a memória coletiva da comunidade. O compartilhamento de saberes fortalece a relação escola-território. O CGCRQ tem a matriarca Dona Juscelina como presidente de honra. É composto por 03 mulheres e 04 quatro homens, como pode ser observado na foto abaixo.

Imagem 11: Reunião no Conselho de Griôs



Fonte: Katiane da Silva Santos (2018)

É interessante, neste estudo, analisar a participação feminina nas tomadas de decisões, mas também é relevante observar as condições e a percepção destas

através de suas narrativas. Na atualidade, algumas bandeiras de militância são levantadas, seja em combate ao racismo ou em combate à violência contra a mulher. Entretanto, no movimento remanescente quilombola, compreendemos que está inserida a Interseccionalidade como apresentada por Akotirene (2019):

Feministas brancas e negras usam a abordagem da Interseccionalidade para evidenciar hierarquias impostas pelos machos, desconhecendo o fato dessas subordinações funcionarem no sistema de antiguidade adquirida, não pelas relações de poder propagadas por gênero (2019, p. 53).

Por meio do protagonismo feminino de Dona Juscelina e de outras mulheres negras, foi formada a comunidade que leva o seu nome, como um resultado da luta e resistência no território de Muricilândia - TO. A participação das mulheres no CGCRQ Dona Juscelina, quebra a tradição patriarcal e a hegemonia masculina, o que pode ser compreendido como uma quebra de paradigmas e, de alguma forma, influencia a nova geração, sobre a participação da mulher na construção da igualdade de gênero.

Apesar da importância evidente das mulheres em nossa sociedade, o que se observa é que, muitas vezes, as suas ações são mantidas invisíveis. Mesmo assim, algumas conquistas já são visíveis, como a participação em processos sociais, econômicos e culturais que antes eram exclusividade dos homens, resultando de uma ideia patriarcal de liderança familiar. Esta desigualdade entre homens e mulheres, em relação à participação delas na sociedade, está lentamente se desconstruindo, como resultado destas lutas. Isto se observa na presença ativa das mulheres como líderes na comunidade quilombola Dona Juscelina (OLIVEIRA, 2018).

Deste modo, o território é um lugar, palco de movimentos feministas, os quais compõem um histórico de conquistas por meio das suas resistências que resultam no que é hoje a comunidade quilombola Dona Juscelina. As manifestações culturais relembram não somente uma memória que causa tristeza e revolta. Celebram, também, uma cultura permeada de saberes e ritos religiosos que satisfazem não só as pessoas da etnia afro-brasileira, mas também a população em geral que celebra conquistas merecidas.

Ao estabelecer relações com o que foi destacado sobre construções de espaços e materialidades culturais, Saquet (2007, p. 75) afirma que o poder do elo que se faz com o espaço está cheio de valores espirituais, simbólicos, afetivos,

além, é claro, dos materiais. Nesse sentido, para o autor, o território cultural vem antes do território econômico e político, perfazendo um caminho que deixa rastros que não se podem apagar.

Ancestralidade, aqui, é empregada como uma categoria analítica e, por isso mesmo, converte-se em conceito-chave para compreender uma epistemologia que interpreta seu próprio regime de significados a partir do território que produz seus signos de cultura. Minha referência territorial é o continente africano, por um lado, e o território brasileiro africanizado, por outro. Por isso, meu regime de signos é a cultura de matriz africana ressemantizada no Brasil. Cultura, doravante, será o movimento da ancestralidade (plano de imanência articulado ao plano de transcendência) comum a esses territórios de referência (OLIVEIRA, 2004, p. 03).

As mulheres mais antigas, denominadas griôs, guardam a memória da comunidade e passam para os aprendizes de griô, perpetuando uma cultura que é transmitida de geração em geração. Estas atitudes dão a estas mulheres mais visibilidade diante da sociedade, ao ocupar cargos de liderança e militância, os quais eram exclusivos dos homens (THOMPSON, 1998).

Para reescrever a história da comunidade quilombola Dona Juscelina, é imprescindível acessar a memória de seus moradores. No tópico a seguir, trataremos sobre as experiências das mulheres quilombolas griôs nos quintais produtivos do Quilombo. Quintais é um espaço no entorno das residências, que são aproveitados para o cultivo de plantas medicinais, ornamentais, pomares de frutas e, até mesmo, hortaliças. Em nossa pesquisa, temos como foco os quintais produtivos da comunidade Dona Juscelina.

3. EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES QUILOMBOLAS GRIÔS NOS QUINTAIS PRODUTIVOS NO QUILOMBO DONA JUSCELINA

Não é todo mundo que sabe mexer. A gente mistura com a terra e deixa uns três dias que é para sair aquele cheiro do coco da galinha. Tem que mexer bem que é para não feder, vai desaparecendo aquela catinga dela

(Tereza Elias, 2021)

De acordo com Amorozo (2008), o quintal é um espaço que pode ser utilizado para várias atividades e fica no entorno da residência familiar, categoria conceituada na introdução desta pesquisa. Geralmente, nos quintais, são cultivadas uma variedade de plantas, em sua maioria ornamentais, mas também as plantas de base alimentícia e as tradicionais plantas medicinais. A produção destes quintais acontece de forma sustentável, mas nem por isso podem ser considerados um cultivo ao acaso. Em sua maioria, segue um planejamento na divisão dos espaços, as espécies a serem cultivadas, bem como a adubação e o cuidado com as plantas.

Os quintais da comunidade quilombolas Donas Juscelina podem ser considerados espaços de conservação e reprodução de saberes. O plantio e criação de animais em quintais são práticas seculares. Os referidos quintais são espaços de uso múltiplos e compartilhados próximos à residência a cuidado dos familiares. Também são espaços de convivência e socialização, que, ao mesmo tempo, podem ser considerados um espaço de resistência à manutenção e à transmissão dos saberes tradicionais (AMOROZO, 2008).

O termo quintais é usado para referir ao espaço do terreno situado ao redor da casa, sendo definido, na maioria das vezes, como a porção de terra perto da casa, e de fácil acesso e cômodo, na qual se cultivam ou se mantêm múltiplas espécies que fornecem parte das necessidades nutricionais da família, assim como outros produtos como lenha e plantas medicinais (SARAGOUSSI *et al*, 1988, p. 27).

Para a autora, a modernização no campo coloca em risco a preservação dos saberes tradicionais, sobretudo a forma de cultivo e as antigas práticas agrícolas, e a sobrevivência destes espaços pode ser mantenedores e disseminadores do conhecimento tradicional no manejo dos recursos da natureza de forma sustentável. Nesta perspectiva, compreendemos que estes espaços podem ser concebidos como locais de práticas educativas.

O ato de ensinar-aprender envolve indivíduos que vivem a prática, mediados por objetos de conhecimento e saberes. Para que essa prática aconteça, é necessária uma relação mediada, entre o que aprende e o que compartilha o conhecimento seja este científico ou prático de forma democrática horizontal de forma dialógica. Este diálogo é defendido por Freire (1987), em qualquer espaço que aconteça a educação de forma naturalizada tendo em vista que faz parte da essência humana.

Pode ser observada mudança entre os quintais das residências nos centros urbanos para as pequenas cidades do interior, como também das comunidades tradicionais. Em sua maioria, os quintais das grandes cidades são formados por plantas ornamentais rodeados de concreto e calçadas, raramente encontra plantas alimentícias e apenas algumas de uso medicinais.

Outra mudança significativa que pode ser observada entre os quintais das residências nas grandes cidades para os das comunidades tradicionais e cidades do interior são as práticas culturais do compartilhamento, tanto da muda das plantas, quanto para atender às necessidades alimentares e medicinais.

Amorozo (2008) destaca ainda que a cultura do cultivo de quintais produtivos está, historicamente, disseminada em todas as regiões do Brasil e segue uma tradição desde o período da ocupação pelos portugueses e o contato com outras sociedades. O que sustenta este pensamento são as variedades de plantas originárias do velho mundo, na maioria delas introduzidas nos quintais brasileiros pelos portugueses, tais como as mangueiras bananeiras e os cítricos. Além das plantas medicinais, como o capim cidreira, a hortelã, a arruda e também plantas de procedência africana como espada-de-são-jorge.

Como tradição ancestral, a produção agrícola destinada ao próprio sustento, cultiva o território no entorno de suas residências, conhecidos como seus quintais. A falta de estrutura física, bem como a própria organização sobre a produção, impossibilitava uma produção com excedentes. Era uma produção que não visava o lucro e sim a sobrevivência do próprio grupo (ARAÚJO *et al*, 2018).

Estas práticas foram mudando e adquirindo novas tecnologias, as quais possibilitavam o cultivo de áreas maiores, como produção que supria as necessidades alimentares dos grupos. Mesmo diante deste contexto, a prática dos quintais produtivos se mantinha e agrupava uma cultura de plantas frutíferas (ARAÚJO *et al*, 2018).

Seguindo a perspectiva de Brandão (1989), em todos os espaços, pode acontecer a educação, aprender a fazer de forma prática, seja na rua, na igreja, na escola ou nos quintais produtivos.

Todo espaço está predisposto à ocorrência do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, à construção do conhecimento. O aprendizado nos quintais produtivos das mulheres quilombolas acontece de forma espontânea, a seu modo, cultivando valores e princípios inerentes às suas identidades.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias, misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 1989, p. 09).

Levando em consideração, as teorias de Freire (1987) e Brandão (2007), a educação não acontece apenas nas escolas e sim em todos os espaços de convivência e relacionamento. A educação escolar é a única sistematizada, porém, toda forma de educação é necessária que seja de qualidade. O compartilhamento de saberes que acontece nas comunidades nas relações intergeracionais, não é sistematizado, mas pode ser uma educação de qualidade quando acontece de forma dialógica, principalmente se os elementos que fazem parte da relação têm a consciência de que está acontecendo práticas pedagógicas.

A educação não escolarizada acontece muito antes de ser criada a instituição escolar, porque o aprendizado faz parte da natureza humana. As técnicas de sobrevivência, entre os indivíduos mais idosos passa às gerações futuras de forma oral. Essa prática pode ser considerada como educação. Conforme Brandão (2007, p. 07), “em mundos diversos a educação existe diferente: em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades”. O autor traz relatos de uma carta de indígenas norte-americanos, dispensando a educação escolar oferecida pelos não indígenas.

Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltavam para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome (BRANDÃO, 1989, p. 09).

Nestes relatos, percebemos a importância dos saberes práticos como meios de sobrevivência, passados entre os próprios membros da comunidade. Transmitir os conhecimentos sobre a natureza, o clima, os astros, a melhor época para o plantio, o cultivo de plantas que curam como executar os trabalhos na comunidade, é algumas das formas defendidas por Brandão (1989), mas que também pode ser encontrado entre os moradores das comunidades tradicionais.

A produção de um *saber popular* se dá, pois, em direção oposta àquela que muitos imaginam ser a verdadeira. Não existiu primeiro um saber científico, tecnológico, artístico ou religioso “sábio e erudito” que, levado a escravos, servos, camponeses e pequenos artesãos, tornou-se, empobrecido, um “saber do povo” (BRANDÃO, 1990, p. 15).

Portanto, entendemos que as práticas culturais de produções nos quintais, vão além da economia e do compartilhamento de saberes no plantio das plantas medicinais, como também as beberagens (gafadas, chás, sumos, melados) produzidas por estas plantas e as funções delas nos tratamentos de doenças. Estas práticas fazem parte da educação popular na Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

A localização desses quintais é importante para entendermos a organização espacial, de acordo com a cartografia que representaram. a) O quintal produtivo da Dona Juscelina situa-se à Avenida Antônio Carneiro Dourado, s/n no Centro de Muricilândia; b) O quintal produtivo da Dona Cícera Vieira, fica na Rua da Matriz, s/n, em frente ao Rio Muricilândia; c) O quintal produtivo da Dona Rosa Mirtes, situa-se à Rua 19, s/n, Setor Nova Muricilândia, denominado pela população de Peixe; d) O quintal produtivo da Dona Maria do Rosário Ferreira da Silva, fica na Avenida Goiás, 403 - Bairro Nova Muricilândia mais conhecido como Peixe; e) O quintal produtivo da Dona Tereza Elias, encontra-se na Rua Costa e Silva, 606, Centro de Muricilândia, próximo à agência bancária do Bradesco e, f) O quintal produtivo da Dona Maria da Cruz, situa-se à Rua Costa e Silva, s/n, Centro de Muricilândia, próximo ao Banco Bradesco.

Os primeiros dois quintais produtivos localizam-se no núcleo original, conforme a representação cartográfica confeccionada pelos membros da comunidade. Os próximos dois quintais já estão bem afastados do núcleo de origem, sendo que os últimos dois quintais se localizam mais afastados ainda do núcleo

original. Isso, por sua vez, demonstra que as experiências com seus quintais sofrem variações diversas conforme sua localização.

Dessa forma, para compreendermos melhor como se deu as tradições de cultivos de plantas medicinais e árvores frutíferas na comunidade urbana Quilombo Dona Juscelina, narraremos, no próximo subtítulo, as vivências destas mulheres griôs, desde os saberes em tratamentos de doenças, quanto no plantio e cultivo do solo.

3.1 Cuidado e Preparo com o Solo: Produção de Conhecimento Ancestral

Em uma comunidade tradicional, o principal meio de transmitir o conhecimento e a perpetuação das práticas tradicionais é por intermédio da oralidade, seja no seio familiar ou através dos anciãos da comunidade. A categoria de alimentos produzidos nestes quintais tem uma variedade. São plantas de diversas espécies. Na categoria alimentar é cultivado frutos e folhas comestíveis, tubérculos, condimentos. Na categoria medicinal, encontramos, nestes quintais, várias plantas que são utilizadas para fabricação de chá e utilizadas no tratamento de algumas enfermidades, as quais serão exploradas nesta investigação. E ainda são encontradas plantas na categoria ornamentais e estas têm uma grande variedade (GUARIM NETO; NOVAIS, 2008).

A produção dos quintais da comunidade Dona Juscelina segue uma tradição que é passada de forma prática e oral às novas gerações. Isso pode ser constatado nas falas das mulheres griôs, dona Juscelina, dona Cícera Vieira e a senhora dona Rosa Mirtes. Segundo seus relatos, seus saberes eram construídos por intermédio do auto aprendizado, seguindo na prática os conselhos dos seus ancestrais. A terra é cultivada sem a utilização de agrotóxico e a adubação é feita com esterco de gado ou mesmo de galinha mais conhecido como cama de frango produzido na própria comunidade.

Mesmo seguindo a tradição, percebemos, por meio dos quintais, que seguem técnicas recomendadas por cientistas da área agrícola e algumas práticas tradicionais. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) apresenta algumas recomendações sobre o cultivo dos quintais produtivos, entre elas a escolha do solo. Nesta orientação, a área do quintal produtivo deve ser selecionada um pouco distante da casa, de maneira que tenha algum sistema de abastecimento

de água próximo. O solo, por sua vez, tende a ser fértil, rico em nutrientes e com muita matéria orgânica (ARAÚJO *et al*, 2018). Podemos observar este cuidado na foto 6, em que se preocuparam com a fonte de água necessária ao cultivo.

Imagem 12: Fonte de água, próximo ao quintal produtivo



Fonte: Arquivo da pesquisa (2020)

Durante a pesquisa de campo, observamos alguns elementos que se enquadram dentro das recomendações da EMBRAPA. Para os quintais produtivos, compreendemos que estas produções ainda não seguem a linha do capitalismo. Logo, não é uma produção com vínculo mercadológico, mas para a produção de ervas, plantas medicinais, árvores frutíferas e hortaliças, as quais são fornecidas aos moradores/as da comunidade como podemos observar na foto.

Imagem 13: Hortaliças dos Quintais produtivos, CRQ Dona Juscelina e Cícera Vieira



Fonte: Arquivo da pesquisa (2020)

Percebemos que os quintais produtivos têm variedades de plantas, que vão além das plantas medicinais. Alguns têm hortaliças, outros têm árvores frutíferas e plantas ornamentais. Isso pode ser percebido no mosaico de fotos acima, estando descrito também nas narrativas da Dona Juscelina (2020):

Tenho goiaba, banana, a laranja, a laranja da terra você pode tá com o intestino do jeito que tiver, mais você compra o sal amargo e quando acabar você põe um bocado de laranja, tira a água, coa e quando acabar, o purgante dentro de litro e vai tomando e tomando banho, fica uma beleza, eu tenho um pé aí, que não acaba nunca só pro povo panhar (Entrevista com a senhora Juscelina, matriarca do Quilombo, dezembro/2020).

Dentro da noção de cultura de Thompson (1998), buscamos compreender a narrativa da Dona Juscelina, voltada à dimensão da economia moral, ao afirmar que tem muitas plantas no seu quintal produtivo “*só pro povo panhar*”, de modo a revelar uma não-economia capitalista, mas uma economia solidária e moral, expressa no seu prazer em servir o outro sem recompensa. Apesar do *povo panhar*, o pé de laranja da terra não acaba nunca. Essa expressão demonstra o quanto a matriarca

confiava nas pessoas que iam *panhar* plantas no seu quintal, confiava na beleza da generosidade na prática.

A forma espontânea com que ensina uma receita para curar infecção intestinal, por meio das plantas medicinais do seu quintal, reporta à categoria de experiência, analisada por Thompson (1998), a qual faz parte da identidade ancestral dessa mulher, a qual ensina mobilizando a oralidade e utilizando uma pedagogia prática do ensino, ao passo que busca uma didática voltada aos fazeres tradicionais culturais.

Segundo ela, as plantações de seu quintal são para atender as demandas da comunidade. Quando as pessoas precisam, vem ao seu quintal e colhem as frutas, como ela destaca “apanha”. Em sua entrevista, Dona Juscelina já nos transmite seus saberes de como tratar de problemas intestinais.

Imagem 14: Quintais produtivos- árvores frutíferas



Fonte: Arquivos da pesquisa (2020)

Assim, a ancestralidade permeia as práticas culturais nos quintais produtivos dessas mulheres líderes do quilombo Dona Juscelina, as quais mobilizam suas experiências e vivências para construir conhecimentos junto aos jovens da comunidade, ensinando, por sua vez, os saberes que aprenderam com seus pais desde criança.

Conforme a narração das mulheres quilombolas protagonistas, elas mesmas preparam o solo para a plantação com adubos e manejo da terra. Dona Tereza Elias, para cuidar do solo do seu quintal produtivo, utiliza a “cama de galinha”:

Eu ia no mato longe para pegar pau de coco e misturava com a cama de galinha. A gente compra a cama de galinha na granja. Nela vem a palha de arroz e a ração que eles compram, para as galinhas, aí vai misturando o coco da galinha com a ração e a palha de arroz, é um adubo muito bom, mas não pode botar muito porque é muito forte. Não é todo mundo que sabe mexer. A gente mistura com a terra e deixa uns três dias que é para sair aquele cheiro do coco da galinha. Tem que mexer bem que é para não feder, vai desaparecendo aquela catinga dela (Entrevista com Dona Tereza Elias, 2021).

Aqui, essa mulher quilombola ensina como se faz um adubo natural, sem agrotóxico ou qualquer outra substância química, simplesmente utilizando os recursos naturais que encontra nas proximidades de onde reside. A referida respondente mistura com outro adubo natural comprado na granja e o denomina como “cama de galinha”. Ela afirma que nem toda pessoa sabe usar esse adubo. Da forma como ela narrou o passo a passo sobre como fazer esse adubo, ensina aos membros mais novos da comunidade.

Dona Rosa Mirtes também aduba sua terra, mas incrementa outros recursos naturais, *“eu mesmo só uso o adubo da terra, tem vez que eu boto bosta de gado, ali no pasto, aí queimo e misturo com a terra, quando ela não tá desenvolvendo, a gente usa o adubo pela bosta de galinha quando tem no quintal e aí queima e bate”* (Entrevista com Dona Mirtes, 2020). Já Dona Mirtes não usa o adubo “cama de galinha”, mas mistura o esterco do gado com o esterco da galinha, utilizando também recursos naturais para preparar o solo antes de plantar.

A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância. A aprendizagem de assunção do sujeito é incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado (FREIRE, 1999, p. 47).

Freire (1999) valoriza o “treinamento pragmático” e a “formação democrática”, relevantes ao aprendizado a partir do significado e da prática. Essas mulheres ensinam sua cultura de tradição a partir dos seus modos de vida, principalmente enquanto mulheres quilombolas, as quais fazem parte da liderança de sua comunidade. Tais mulheres utilizam-se de suas experiências para manterem vivas suas práticas culturais, por meio da convivência com os mais jovens.

Dona Maria do Rosário também narrou sobre suas práticas no manejo do solo, *“é só o esterco do gado porque assim eu não coloco nada de veneno, porque*

para gente colocar muitas vezes a pessoa vai comer, adocece, meio mundo de problema, não, não” (Entrevista com Dona Maria do Rosário, 2020).

Percebemos a preocupação dessa quilombola com relação ao uso do que ela denomina de “veneno”, pois, na sua visão, prejudica a saúde e trás “meio mundo de problema”. A preocupação com o bem-estar da sua comunidade é relevante às relações sociais dos povos tradicionais o que difere da sociedade capitalista que, em nome do lucro, muitos empresários e agricultores de grande porte utilizam substâncias químicas, com o intuito de obter um resultado mais rápido, não se importando com as consequências negativas à saúde de outrem.

Dessa forma, conseguimos perceber, a partir da concepção de Thomposon (1998), a noção de economia moral e solidária nas narrativas dessas mulheres quilombolas no trato com a terra nos seus quintais produtivos. Para elas, o mais importante em um plantio é manter seus modos de cultivo desde o preparo da terra utilizando recursos naturais e assim, garantir uma qualidade de vida não somente para elas, mas para sua comunidade.

3.2 Mapeamento das produções existentes nos quintais produtivos

A cartografia social é uma ferramenta de autor representação da comunidade que possibilita uma construção de saberes populares que privilegiam a coletividade na construção do mapa permitindo registrar os conhecimentos das territorialidades produzidas pelos que vivem e produzem culturas nos territórios, na perspectiva da própria comunidade, a qual se envolve na produção da cartografia, além de expressar os anseio e desejos da mesma.

Costa *et al* (2016) pontuam que o uso da Cartografia Social tem muito significado, ressalta que o pioneirismo desta técnica se deu na região amazônica, permitindo a participação de membros das comunidades pesquisadas na confecção do mapa. Estas práticas têm ganhado espaço em outras regiões e têm fortificado a luta por direitos territoriais.

Dentro destas perspectivas, a produção de mapa pela própria comunidade se integrou como instrumento de lutas simbólicas, por meio da produção cultural da paisagem. Esta cartografia permite apresentar projetos de ordenamento territorial, relacionado ao manejo de recursos naturais e desenvolvimento local (ACSELRAD, 2010).

Dentro desta visão, envolver a comunidade na pesquisa possibilita a demonstração dos seus anseios e demandas sociais. Assim, optamos por construir um mapa por meio da cartografia social, ao dar liberdade às pessoas da comunidade para expressarem sua visão sobre seu território, por intermédio da Cartografia Social, como podemos observar na foto 9, durante a oficina de construção do mapa na comunidade quilombola Dona Juscelina.

Imagem 15: Produção do mapa da cartografia social no quilombo Dona Juscelina



Fonte: arquivos de pesquisa (2021)

A participação das pessoas da comunidade Dona Juscelina, na construção do mapa do território, foi um elemento motivador para que estes jovens aumentassem o desejo de participar de um curso superior e mesmo de pós-graduação como também mais um elemento de identificação territorial. É possível observar os detalhes da identificação das ruas na perspectiva das (os) membros da comunidade, bem como a indicação das plantas medicinais, a qual é outra característica que define a comunidade como povos tradicionais.

Durante a construção do mapa, os colaboradores debatiam sobre a melhor forma de identificar as ruas da comunidade, os detalhes a igreja, como era o traçado das ruas até mesmo a localização das árvores e da praça. Durante estas falas, observamos que versavam sobre o presente, mas também lembrava as transformações do espaço ocorrido durante o tempo, uma interação entre

pesquisadores e membros da comunidade mapeada. Este trabalho ocupou o tempo do grupo durante algumas horas de troca de saberes, sendo concluído às 18h20min do dia 27 de fevereiro de 2021.

A construção da cartografia social foi um momento de aprendizagem e troca de saberes. Esta oficina possibilitou um diálogo entre pesquisadores e membros da comunidade, naquilo que Freire (1987, p. 78) define como diálogo entre saberes, uma vez que “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”. Diante deste pensamento de Freire, o diálogo produzido na roda de conversa durante a oficina, possibilitou compreendermos além do individual a oportunidade de uma análise do coletivo da comunidade, a visão de mundo, a linguagem suas sintaxes, a pronúncia coletiva e a forma de construir o pensamento.

Para Oliveira (2004), a situação etnográfica em que pesquisadores e interlocutoras (es) são atores que compartilham um mesmo tempo histórico e interagem com finalidades múltiplas e complexas, apresenta visões e intenções diferenciadas.

O instrumento de cartografia social, utilizado pelo projeto nova cartografia social da Amazônia (PNCSA), tem se constituído desde 2005, com o procedimento adotado nesta pesquisa, semiotizado por registros dos quintais tem como objetivo:

Dar ensejo à auto cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Com o material produzido, tem-se não apenas um maior conhecimento sobre o processo de ocupação dessa região, mas, sobretudo, uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem. Tais movimentos sociais consistem em manifestações de identidades coletivas, referidas a situações sociais peculiares e territorializadas. Estas territorialidades específicas, construídas socialmente pelos diversos agentes sociais, é que suportam as identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. A força deste processo de territorialização diferenciada constitui o objeto deste projeto. A cartografia se mostra como um elemento de combate. A sua produção é um dos momentos possíveis para a autoafirmação social. É nesse sentido que o PNCSA busca materializar a manifestação da auto cartografia dos povos e comunidades nos fascículos que publica, que não só pretendem fortalecer os movimentos, mas o fazem mediante a transparência de suas expressões culturais diversas (PNCSA).

Partindo da utilização desse recurso metodológico, organizamos a oficina de produção do mapa como ponto culminante do trabalho da cartografia social na produção das territorializações presentes no território quilombola, em especial dos quintais das mulheres. Seguindo princípios que regem a nova cartografia social.

A proposição de uma “nova cartografia social”, enquanto orientadora de práticas de pesquisa, distingue-se do sentido corrente do vocábulo “cartografia” e não pode ser entendida como circunscreven⁶do-se a uma descrição de cartas ou a um traçado de mapas e seus pontos cardeais com vistas à defesa ou à apropriação de um território. Ao contrário de qualquer significação única, dicionarizada e fechada, a ideia de “nova” visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas “experimentações” fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas [...] Esta descrição de pretensão plural compreende práticas de trabalho de campo e relações em planos sociais diversos, que envolvem múltiplos agentes, os quais contribuiriam à descrição com suas narrativas míticas, suas sequências cerimoniais, suas modalidades próprias de uso dos recursos naturais e seus atos e modos intrínsecos de percepção de categorias (tempo, espaço) e objetos (ALMEIDA, 2013, p. 157).

As(os) participantes definiram no mapa os trajetos que compõem as veredas e as marcas territoriais da ocupação do espaço. Para Acselrad e Viégas, (2013), as estratégias das cartografias se manifestam a partir das relações sociais que são construídas no processo da produção dos mapas, ressaltando que as relações de poder social, cultural, econômico e, sobretudo político estão presentes no movimento da produção. Uma vez que:

Tais relações de poder assumem duas dimensões principais que, longe de se excluírem entre si, se complementam: as que partem do interior do grupo social e que refletem seus conflitos, problemas e contradições internos; e as que envolvem relações de conflito, disputa, luta e concorrência dos grupos sociais “cartografantes” com instâncias externas (ACSELRAD e VIÉGAS, 2013, 28).

Assim, a representação cartográfica do território onde estão os quintais produtivos é fundamental para compreendermos as práticas educativas e culturais construídos pela comunidade quilombo Dona Juscelina, o movimento e as relações sociais que ocorrem nesse território. Ao ter a oportunidade de realizar essa representação do lugar, imbricado de significados e sentidos, os quilombolas tanto os novos como os mais velhos sentem-se protagonista de sua própria história, enquanto são valorizados em seus modos de vida perpetuando a cultura de tradição (THOMPSON, 1998).

⁶ <http://novacartografiasocial.com.br/>

4. NARRATIVAS SOBRE OS SABERES CONSTRUÍDOS NAS PRÁTICAS CULTURAIS DOS QUINTAIS PRODUTIVOS DAS MULHERES GRIÔS

Arruda serve para toda doença de mulher, tudo que a mulher sente desde uma mulher nova, se sentir mal pode fazer tanto o sumo como o chá, mais o chá não cozinha ele, abafado. Erva cidreira serve como calmante para suar febre, o capim santo do mesmo jeito, e a assim tem outros remédios

(Dona Juscelina, 2020)

Em algumas sociedades, as pessoas mais velhas são valorizadas pelos conhecimentos práticos adquiridos durante suas vivências e suas práticas culturais. O envelhecimento populacional é um fator que desafia a atualidade e a maioria dos países não estão preparados para enfrentar estas condições. O IBGE indica que, em 2020, a expectativa de vida subiu de 41,5 de 1940 para 73 anos de vida e o número de idosos são 15 % da população geral.

Diante desta realidade, a visão sobre a velhice também está mudando, vários programas de valorização dos idosos tem surgido. Existem vários trabalhos publicados com pesquisas realizadas sobre as contribuições sociais para melhorar a vida dos idosos e alimentar a longevidade de vida.

No entanto, são raras as publicações de pesquisa que analisam a importância do idoso para a sociedade mais jovem. Neste sentido, esta pesquisa aponta a importância dos idosos, sobretudo, os griôs para a comunidade quilombola, do Quilombo Dona Juscelina. É uma comunidade de tradição da oralidade, em que as práticas culturais e os saberes são passados para os mais jovens pelos mais idosos, ao mesmo tempo em que estes saberes são valorizados pelos jovens e as crianças da comunidade. Entretanto, a visão sobre a importância dos idosos na comunidade já vem de muitas décadas como podemos perceber na citação.

Eu aprendi com a sobrevivência das pessoas idosas, por nós aqui vivia era da erva, não tinha médico, não tinha ninguém para orientar as pessoas sobre a saúde e eu via os idosos, as mulheres. As mulheres iam ganhar neném, eu não entrava, mas eu ficava curiando tudo que ela fazia (Entrevista com a senhora Cícera Vieira, 2020).

Os saberes acumulados pela Griô Dona Cícera Vieira, aconteceu com a sua vivência com os mais idosos, durante a sua trajetória de vida. O cultivo do solo, o conhecimento sobre as plantas medicinais, a prática de parteira, fora construído, pedagogicamente, por meio da convivência com os mais velhos.

Essa cultura de tradição, a experiência e o costume são dimensões dentro da cultura em Thompson (1998). O interesse dessa griô por aprende a mobilizar os conhecimentos práticos das outras mulheres que atendiam a comunidade em suas necessidades. Em sua narrativa, Dona Cícera Vieira relata que acompanhou alguns partos e buscava observar como eram realizados para depois poder auxiliar outras mulheres na hora de dá a luz a uma nova vida.

Na forma tradicional de cultivo da mamona, as pessoas utilizam uma variedade de mamona que tem o ciclo produtivo de dois anos, geralmente plantada de forma consorciada com outras culturas de ciclo produtivo mais curto, de seis meses a um ano, como o feijão, o milho, a abóbora e outras leguminosas que melhor se adaptam a esse tipo de cultivo (SANTOS, 2015, p. 38).

Por não existir médico na região de Muricilândia quando ela se mudou para o município, a *erva*, como ela denomina as plantas medicinais, era a única solução quando alguém era acometido por alguma enfermidade. Os saberes em torno de como utilizar as propriedades das plantas medicinais eram muito valorizados pela comunidade, sendo vital para a sobrevivência. Por isso, as experiências dessas mulheres ganham sentido, uma vez que aprenderam na prática e com responsabilidade de auxiliar as pessoas da comunidade não somente do quilombo, mas todos que precisassem de seus préstimos (THOMPSON, 1998).

Toda vida de criança eu observava os mais velhos fazendo aqueles remédios, era sumo de gergelim era não sei o que, quando estava com febre era aquele, pegava aquelas erva aí eu, aí tive aquele conhecimento, e aí quando eu cheguei aqui comecei trabalhar no posto e aí nós mudamos pra cá e comecei a montar meu quintal, plantando minhas coisinhas e tudo, que eu gosto de plantar por que na hora que falar assim, as vezes de noite [...] antigamente não tinha carro, aí eu sei fazer chá, eu sei por que eu sei mesmo, eu conheço mesmo as planta, e aí através das pessoas idosas que eu via fazendo, aquele sofrimento deles, que não tinha pra onde socorrer. (Entrevista com a senhora Cícera Vieira, 2020).

Percebemos nas entrelinhas da narrativa da Dona Cícera que ela escolheu as plantas para *montar* seu quintal produtivo, “*e comecei a montar meu quintal, plantando minhas coisinhas e tudo que eu gosto de plantar [...]*”. Essa mulher planejou seu quintal, escolhendo que tipo de planta iria fazer parte daquele território. Ela pensou em qual lugar cada planta medicinal ou frutífera iria ser plantada. Cada planta é importante para ela, como se fosse modelando seu quintal aos poucos e imprimindo sentido nesse fazer, nessa prática cultural, pois tem consciência do valor

de um medicamento farmacêutico por ter trabalhado em farmácia da cidade e sabe que nem toda pessoa tem condição financeira para adquirir certos medicamentos fármaco (THOMPSON, 1998).

O significado do *quintal montado* é que revela a identidade dessa griô, seus gostos, sua cultura, a tradição do seu povo, os costumes, as experiências, sua preocupação com o bem estar do outro e os saberes tradicionais culturais que ela aprendeu em sua trajetória de vida, com o objetivo de ajudar outrem, “*eu sei fazer chá, eu sei porque eu sei mesmo, eu conheço mesmo as plantas*”, com seus conhecimentos, suas experiências de ter visto pessoas precisando ser socorrida à noite e não ter nenhum veículo para transportar para outra cidade onde tivesse atendimento médico especializado; são vivências que construiu e aprendeu na prática com as “*pessoas idosas*” (THOMPSON, 1998).

Socorrer alguém à noite ou a qualquer hora do dia com o uso e os modos de mobilização das plantas medicinais em seus quintais produtivos não tem relação com uma economia capitalista, mas com uma economia moral, onde o costume e a tradição fundamentam sua prática pedagógica ao ensinar os jovens da comunidade, mantendo a experiência cultural viva; sua sensibilidade em se colocar no lugar daquelas pessoas desenganadas pelos médicos, dando uma solução prática da cultura de cura com o uso de plantas medicinais (THOMPSON, 1998).

A partir desses problemas que surgem na comunidade, os jovens precisam aprender a encontrar soluções práticas para resolver por meio da experiência dos griôs, dos mais velhos por meio do saber para não permitir que a cultura tradicional/geracional desapareça. Uma pedagogia prática, repleta de significados dando sentido às produções nos quintais dessas mulheres quilombolas. Uma pedagogia da tradição, mantendo viva a cultura e a identidade de um povo por meio do costume e da experiência (THOMPSON, 1998).

Estes saberes apresentados por dona Cícera Vieira são interdisciplinares, tendo em vista que mostra a convivência com os idosos, como também o conhecimento sobre medicamentos farmacológicos adquirido no trabalho na Drogaria da comunidade.

Observa-se na narrativa da Dona Cícera que os quintais produtivos são planejados, elaborados para atender as necessidades da comunidade. A mesma tem consciência prática das dificuldades enfrentadas pelos moradores da comunidade, tendo em vista que ela trabalhava na farmácia e percebia que apesar

de estarem doentes as pessoas não tinham condições para comprar medicamento e, assim, ela usa como saída para o problema, às plantas medicinais cultivadas de forma pensada em seu quintal produtivo.

Antes deu casar com meu esposo, eu trabalhei na farmácia da dona Joana Dourada, [...] estava era dando o remédio, por que na farmácia eu entendo tudo eu sei arrumar a farmácia, e aí toda vida de criança eu observava os mais velho fazendo aqueles remédios era sumo de gergelim (Entrevista com a senhora Cícera Vieira, 2020).

Neste sentido, os saberes tradicionais como forma de resistência cultural, mesmo vivendo em uma sociedade que tem como base econômica o capitalismo, os costumes tradicionais têm um aspecto social. A experiência recebida dos seus ancestrais e também a suas vivências fortaleceu a comunidade. Estas experiências são passadas para a juventude quilombola através dos Griôs como forma de aprendizagem.

A relação entre crianças e idosos é relevante na construção do conhecimento e valores éticos, tendo em vista que o caráter da criança é criado a partir de influência dos mais idosos. As situações concretas na comunidade compartilhada entre idosos e crianças em um processo dialético, é saudável e útil para ambas as gerações.

Costa e Santos (2020) chamam atenção à importância do encontro entre jovens e idosos na comunidade quilombola como forma de aprendizagem e fortalecimento das práticas culturais tradicionais fortalecidas pela fundação do CIQ, como forma de transmissão de conhecimentos práticos.

A principal resultante da fundação do CJQ foi fortalecer o encontro entre os jovens e os anciãos da comunidade, e que são momentos para transmissão de saberes e fazeres tendo como principal instrumento de ensino as oralidades. Esses momentos de aprendizagens acontecem no território do entorno escolar, fortalecendo a relação escola-território (COSTA; SANTOS, 2020, p. 535).

A relação intergeracional, entre os membros do Conselho de Griots, e os jovens e crianças da comunidade, é rico no compartilhamento dos saberes, não só apenas na preservação da memória cultural dos seus ancestrais, mas também a transmissão, das várias práticas cotidianas na comunidade, como o cultivo de plantas medicinais nos quintais, de forma orgânica, as recomendações das plantas medicinais e suas utilidades, esta é uma preocupação das mulheres griôs,

sobretudo, da senhora Dona Juscelina. Conhecendo a história de vida desta senhora griô, matriarca da comunidade pode compreender melhor.

A crença popular dessa comunidade tradicional no poder das plantas medicinais, também denominadas de remédio do mato, é transmitida aos jovens dando significado à pedagogia da tradição. Acreditar no poder das plantas e saber utilizar suas propriedades para diversos tipos de doenças é de grande relevância para perpetuar a experiência cultural desse povo (THOMPSON, 1998).

Dona Juscelina, nascida em 24/10/1930, na cidade de Nova Iorque no Maranhão, é neta de uma cativa. Benzedeira, devota e romeira de Padre Cícero, do Divino Espírito Santo, também é lavradora, parteira, quebradeira de coco e griô, presidindo o Conselho de Griots da Comunidade desde a fundação. Ser griô é ter a missão de repassar os saberes e história para os mais jovens, e assim, propiciar também os conhecimentos dos ancestrais, além de ensinar como é a organização da comunidade e sua historicidade (AGUIAR *et al*, 2020, p. 2).

A história de vida desta senhora traz elementos identitários ancestrais, que vai passando para as novas gerações. Dona Juscelina, exerceu várias atividades ao longo de sua vida é um símbolo de resistência e liderança dentro do quilombo, no entanto tem o respeito pelo o conhecimento científico construído pelos mais jovens. Defende a necessidade de os jovens frequentarem a academia, e usar tal conhecimento em favor da comunidade e desse modo defenderem suas práticas culturais. Durante a entrevista, ela rememora o sofrimento dos seus ancestrais quando foram escravizados, e comemora a data de 13 de maio como memória da libertação do seu povo.

No tronco, bota o nego velho amarra, e ai vai os senhores tá ali de reta guarda, pra açoitar, ai vem o acoitador aqui com o chicote e o nego velho amarrado apanhando, vem a nega velha com vários filhos negrinho, ai o tão matando meu pai, matando meu pai, ai melhor é a gente vim assistir (Entrevista com a Dona Juscelina, 2020).

São memórias de sofrimento de um povo, que é representado todo dia 13 de maio, com encenações e muita festa, uma cultura fortalecida com a participação dos jovens. Este festejo na comunidade é uma forma de resistência dos negros diante do racismo e o preconceito de pessoas com uma visão colonialista, desejosos de manter os negros como subalternos. Esta resistência sempre fez parte dos ancestrais negros no Brasil.

Em diversos engenhos, os ex-escravos negaram-se a receber a ração diária, a seguir para o trabalho no canavial e a trabalhar sem remuneração. Ao afirmarem o status de livres, muitos passaram a expressar-se numa linguagem que os ex-senhores consideraram “atrevida” e “insolente”. Naqueles dias, palavras e atos facilmente ultrapassaram os limites do que os ex-senhores entendiam como etiquetas de respeito de deferência. Poucos senhores não guardaram daqueles momentos amargas recordações da maneira como seus cativos passaram a se comportar. (FRAGAS FILHOS, 2006, p. 214).

A luta pela libertação não surgiu a partir da vontade do branco senhor, nem seus familiares e sim, através da resistência, quebrando regras, como a proibição de se expressar na língua pátria, deixando seus senhores amedrontados, tendo em vista que os negros era a maioria.

4.1. Produção de Saberes e Vivências: Histórias de Vida das Mulheres Griôs do Quilombo Dona Juscelina

Compreendemos que a territorialidade, às vezes, é uma apropriação temporária dos recursos naturais, por grupos nômades, mas são construídos fatores de identificação, defesa e força de resistência, transformando em laços solidários sobre uma base física que é o território (ALMEIDA, 2008). Quando se trata das comunidades tradicionais, estes laços solidários construídos sobre o território físico, pode ser identificado como forma de resistência e ocupação, de um espaço geográfico, em que a partir da diáspora, é escolhido para formar raízes deste povo, transformando em uma comunidade sólida no sentido de identidade cultural.

Segundo Almeida (2008), são vários critérios utilizados pelos órgãos públicos para identificar e denominar uma comunidade como povos tradicionais, entre eles estão os laços sociais entre indivíduos e territórios, que são caracterizados pelos quintais produtivos, as práticas culturais a religiosidade e os saberes.

Povos e Comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 1988, parágrafo 1º do Art. 231).

Entre as práticas culturais compreendemos que a medicina tradicional praticada na comunidade quilombola Dona Juscelina, transmitida de gerações para

gerações, na forma de saberes, sobretudo pelas mulheres griôs, são fatores identitários da territorialidade que justifica a ocupação do território e legitima o uso dos recursos naturais, classificando como povos tradicionais. Entre estas práticas a Dona Juscelina em seu depoimento deixou explícito.

Arruda serve para toda doença de mulher, tudo que a mulher sente desde uma mulher nova, se sentir mal pode fazer tanto o sumo como o chá, mais o chá não cozinha ele, abafado. Erva cidreira serve como calmante para suar febre, o capim santo do mesmo jeito, e a assim tem outros remédios (Entrevista com Dona Juscelina, 2020).

Ainda apresentando os saberes de medicina tradicional, em sua entrevista, Dona Juscelina nos descreveu as propriedades medicinais que ela acredita possuir na planta denominado como fedegoso. *“Isso ali é fedegoso, a gente torra a bage, essa bage eu colho ela, eu vou amostrar a semente dela que eu tenho aqui, eu colho debulho e agora quando acabar eu vou torrar, fazer o café, para todo dismantelo, pra afinar o sangue, esse aqui é a semente, esse faz o café eu torro e faço o café”* (Entrevista com a Dona Juscelina, 2020).

Tradicionalmente, algumas comunidades também conhecem a erva cidreira como capim santo, capim-cidreira ou capim-santo ou ainda capim-limão que tem como nome científico: *Cymbopogon citratus*. Tanto na fala da Dona Juscelina acima quanto nas outras mulheres griôs, ressalta as propriedades medicinais desta planta que é muito cultivada nos quintais produtivos.

Imagem 16: Capim Santo ou Erva Cidreira, quintal da quilombola griô Dona Cícera Vieira



Fonte: Arquivo da Pesquisa (2020)

Segundo Dona Cícera Vieira, o fedegoso pode ser utilizado para combater várias enfermidades, entre elas as relacionadas com sangue grosso. Segundo o blog tua saúde plantas medicinais, o fedegoso também é conhecido como café negro e é recomendado como laxante, diurético, anti-inflamatório.

A utilização de cada planta medicinal é de conhecimento dessas mulheres quilombolas, porém, ao seu modo, pois aprenderam com seus ancestrais a função de cada planta para a prática de uma cultura de cura por meio da utilização das plantas medicinais.

Imagem 17: Fedegoso, quintal da quilombola griô Dona Cícera Vieira



Fonte: Arquivo da Pesquisa (2020)

Dona Juscelina, teve sua diáspora motivada pela busca de um lugar para viver melhor, assim ela saiu do interior do Maranhão e veio residir em Cristalândia então Estado de Goiás, *“nós viemos, em cinquenta e seis, no dia primeiro de junho, entremos em Cristalândia, no dia sete de setembro às seis horas, e lá vivi quatro anos e seis meses”*. (Entrevista com Dona Juscelina, 2020). E logo após mudou com sua família para a cidade de Muricilandia, ainda Goiás velho.

Uma cidade muito grande cidade que corria dinheiro, mais todo final de semana matavam um, era garimpo e eu não pude apresentar né, meu trabalho lá né, vim aqui um passeio, por que morava uma irmã minha aqui, e eu vim um passeio onde tá ela, quando eu cheguei vi a mataria toda vida eu fui doida por roça, ai eu digo aqui é mais melhor como de fato entrei aqui, voltei prometi a ela que vinha, só se meu pai viesse se meu pai não viesse eu não podia deixar meu pai, aí com dois mês ele me deu a decisão (Entrevista com a Dona Juscelina, 2020).

E assim, Dona Juscelina começa sua nova vida ocupando um novo território que ela poderia desenvolver seu desenvolvimento como pessoa. Além disso, a referida mulher apresenta cuidado com os membros da comunidade, pois se preocupa com a cultura dos seus ancestrais sem esquecer suas raízes, promovendo, desde o início, uma festa no dia 13 de maio, em homenagem ao povo africano como também uma denúncia sobre os maus tratos que seu povo sofreu no passado e que causam, até hoje, uma desigualdade social.

No dia treze de maio tem a apresentação de todo sofrimento, o nego amarrado no tronco apanhando, o cativo, e tem tanta apresentação só se você ver o sofrimento, e sofredor minha comunidade não é social é sofredora, era, eu comecei com cem pessoas, foi a primeira vez que eu saio na rua, o mais pequeno tão vendo e hoje tá dando quatro mil pessoas, era só dois depois passou pra três dias e hoje tá quatro dias (Entrevista com a Dona Juscelina, 2020).

Mais uma característica da territorialidade que identifica o quilombo como uma comunidade tradicional. Como relata Almeida (2008), a ampliação do significado de terras tradicionalmente ocupadas, é determinada na Constituição Federal de 1988, marcada pela identidade coletiva de seu povo. Foi assinado o decreto Legislativo n. 143, em junho de 2002, alterando a convenção 169 de junho de 1989, ao reconhecer, como critério, os elementos de autoidentificação, os quais dão força aos movimentos sociais, como podemos ver no Art. 2º e 14º que se tem o seguinte:

A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá tida como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições desta Convenção. [...]. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam (BRASIL, 2002).

Os relatos de vida das mulheres griôs do quilombo Dona Juscelina têm demonstrado a construção da territorialidade e a solidificação da territorialidade deste povo sobre este território, de forma a serem reconhecidos como comunidade tradicional. Esta, por sua vez, tem a sua produção e sua cultura baseadas no uso dos recursos naturais de forma sustentável, com respeito à natureza e proteção ao meio ambiente.

Nutricionalmente, são alimentos ricos, tal como a couve, que podemos ver na foto abaixo, produzida no quintal de Dona Cícera Vieira, como também o coentro do

Pará, no quintal da Dona Juscelina. Todavia, segundo a griô Dona Rosa Mirtes, a couve também é medicinal, *“Eu planto couve né, muitas vezes a couve é bom para gastrite”* (Entrevista com a senhora Rosa Mirtes, 2020). Mais na maioria das vezes, esta planta é para alimentação mesmo, sem dispensar as propriedades medicinais.

A produção dos quintais, tanto das plantas medicinais quanto das hortaliças e frutas, é compartilhada entre a comunidade e não é produzido com interesses econômicos, como podemos ver na entrevista com dona Juscelina (2020): *“Não, eu faço é dá, quando tem precisão chega, eu digo panha minha filha, agora a arruda eu não deixo ninguém meter a mão”*. Mesmo que estes produtos não sejam comercializados e sim distribuídos de forma solidária, compreendemos que, de forma indireta, contribuem com a economia do lar, tendo em vista que a família tem a produção como também as que recebem doações (economia moral), gera uma economia nas despesas domésticas (economia solidária).

Imagem 18: Couve manteiga, quintal da quilombola griô Dona Juscelina.



Fonte: Arquivo da Pesquisa (2020)

Esse apego a uma planta, demonstra o afeto que as mulheres têm com seus quintais produtivos, não sendo permitido o acesso a certas plantas. No caso de Dona Juscelina, era a *arruda* a sua menina dos olhos. O apego ao seu quintal demonstra uma relação de afeto com o lugar, o que implica sentido em suas vivências/experiência nessa prática educativa e cultural (THOMPSON, 1998).

O sentimento de vizinhança também é forte nessa relação dentro da comunidade e ocorre de forma natural, uma vez que todos coabitam do mesmo ideal

e buscam resguardar a cultura tradicional/geracional, mas contando um com o apoio do outro. Percebemos então que a identidade do lugar é desenvolvida pelos sujeitos sociais quando constroem um lugar após anos de ocupação do espaço em um processo de territorialização, implicando sentimento de pertença (TUAN, 1980).

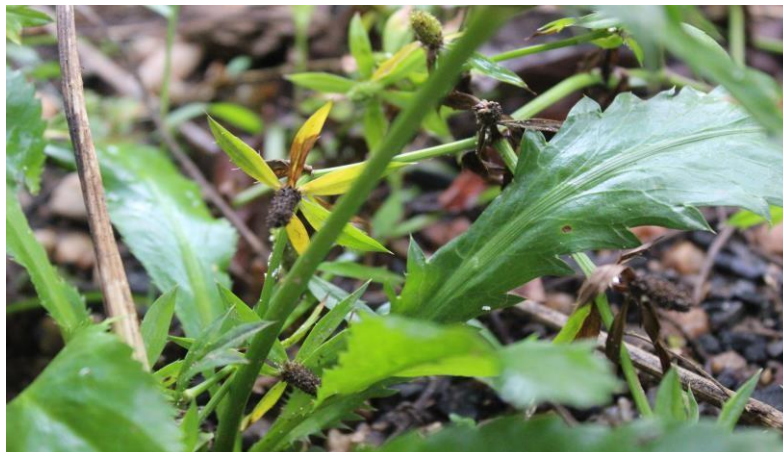
Esta prática elencada acima, na fala de Dona Juscelina, sobre a troca, do compartilhamento, quem precisa, chega no seu quintal e pega o que necessita, é defendido por Thompson (1998) como prática e costumes resíduos da tradição milenar da reciprocidade que resiste a hegemonia de uma cultura contemporânea capitalista.

Neste aspecto, a cultura vai além da identidade cultural. Quando tratamos de povos tradicionais, é interessante ir mais além, por se tratar de costumes e tradição, os quais, para Thompson, existe outro aspecto da cultura e está vinculada a área do não econômico das trocas e motivações não monetárias (THOMPSON, 1998 *apud* SANTOS, 2018).

Nas entrevistas de Dona Cícera Vieira, percebemos que ela se territorializou na comunidade, contribuindo, de forma ativa, com a vida cultural e prática por meio do seu quintal, onde, com muito amor, sempre cultivou plantas medicinais, de modo a atender a todos sem cobrar por isso.

Na foto a seguir, observamos uma planta do quintal da Dona Juscelina, a qual faz parte da categoria alimentar, conhecida como Coentro do Pará, que também é conhecido como coentro bravo ou chicória da Índia. Uma planta tem diversas utilidades, não apenas como alimentos, mas também como planta medicinal considerado antigripal, controle de diabete, cicatrizante entre outros.

Imagem 19: Coentro do Pará (coentro bravo ou chicória da índia), quintal Dona Juscelina



Fonte: Arquivo da pesquisa (2020)

Cícera Vieira nasceu em Guadalupe, no Piauí, à beira do rio Parnaíba, como apresentamos na introdução do trabalho. Seus pais migraram para Muricilândia, em 1952. Então, sua vida foi pautada inteiramente na comunidade, exceto o tempo que ela saiu para estudar. Quando seus pais chegaram neste território, os pioneiros tinham apenas 3 meses que estavam residindo neste local. Segundo ela, foi um período de muito sofrimento.

Aí nós chegamos, aqui era muito lindo, tinha muita água pura, muita caça e peixes, agora vocês têm uma ideia o tanto que nós sofremos, aqui não tinha doutor, só as pessoas mais velhas que sabiam fazer remédios, então quando nós chegamos aqui, todo mundo recebia [...] quando nós chegamos não tínhamos casa, dormíamos debaixo de um pau, a casa era pouca e o pessoal morava aqui na beira, ia fazendo aqui perto (Entrevista com dona Cícera Vieira, 2020).

Compreendemos que foram tempos muitos difíceis e as enfermidades eram combatidas apenas com as plantas medicinais e os saberes dos mais idosos, práticas estas que permaneceram nos membros mais jovens. Estes, por sua vez, hoje, assumem estas funções. As mulheres grãos, como Dona Cícera e Dona Juscelina, construíram o conhecimento observando os mais velhos, bem como com a própria maneira de sobreviver, conforme relata Dona Cícera Vieira.

Eu aprendi com a sobrevivência das pessoas idosas, por nós aqui vivia era da erva, não tinha médico não tinha ninguém pra orientar as pessoas sobre a saúde e eu via os idosos as mulheres, as mulher ia ganhar neném, eu não entrava mais eu ficava curiando tudo que ela fazia, aquela folha do jenipapo, aí elas pegava cozinhava e banhava a mulher todinha, e pegava o ovo da galinha e um pouco de pimenta ai botava pra cozinhar e quando ficava assim um pouco mole jogava um pouco de pimenta dentro moço do céu e dava pra mulher beber (Entrevista com dona Cícera Vieira, 2021).

Os quintais de Dona Cícera, bem como os saberes que nos foram apresentados, partem da utilidade das plantas. A Malva do Reino, estampada na imagem abaixo, é inserida na forma de chá e pode ser usada para combater infecções, prisão de ventre, aftas, bronquites, dor de garganta, gastrite, irritação nos olhos e pode ser usado, ainda, com a folha amassada ou flores, para tratar feridas ou furúnculos.

Tais experiências práticas tradicionais demonstram a importância da tradição cultural dos quilombolas, em especial, voltada aos quintais produtivos montados e elaborados com carinho e cuidado para atender a comunidade (THOMPSON, 1998).

Segundo Dona Tereza Elias, a hortelã é utilizada como tempero na culinária, para combater cólica menstrual, problemas digestivos, sendo um analgésico importante, servindo também para desobstruir as vias aéreas como se fosse um vick natural.

Imagem 20: Hortelã, quintal da quilombola não-griô Dona Tereza Elias



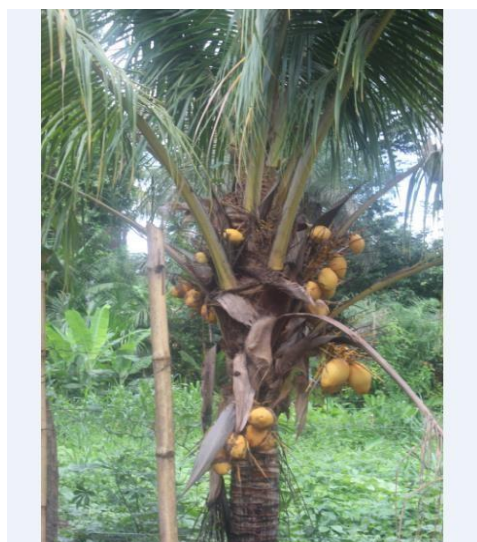
Fonte: Arquivo da Pesquisa (2020)

Dona Cícera, durante mais ou menos cinco anos, morou em São Paulo para estudar. Neste período, viveu em um convento, tendo várias experiências com cuidado de criança, de modo a aprender práticas de enfermagem, as quais depois, ao retornar para sua comunidade, foram aproveitadas em prol da comunidade.

Eu fui pro convento ai fiquei uns cinco anos, quatro anos dentro do convento ai depois sai as irmãs arrumaram serviço pra mim e eu fiquei sempre, fiquei quatro anos lá eu aprendi muita coisa também, dar valor a vida, tá servindo pra mim pra minhas filhas, pra todo mundo que está e que tem oportunidade de conversar comigo (Entrevista com dona Cícera Vieira, 2020).

Os saberes construídos no convento, em São Paulo, durante 5 anos, prepararam do Cícera para colaborar com a comunidade. Como ela relata, possibilitou conhecimento de vida, que serve para aconselhar os mais jovens, mas também conhecimento científico sobre medicamentos e aplicação de vacina. Habilitou-se para trabalhar como técnica de enfermagem, sem desvalorizar os saberes construídos por meio das relações intergeracionais na comunidade.

Imagem 21: Coco ouro, quintal da quilombola não-griô Dona Maria do Rosário



Fonte: Arquivo da Pesquisa (2020)

Das seis mulheres quilombolas, somente Dona Maria do Rosário cultiva o coco ouro, sendo uma fruta saudável e, segundo ela, boa para matar a sede e se alimentar, além de enfeitar o quintal com sua beleza majestosa.

Além das plantas frutíferas e medicinais, as mulheres quilombolas também cultivam legumes em seus quintais produtivos e o quiabo está presente em quatro dos seis quintais, sendo eles: quintal da Dona Juscelina, da Dona Maria do Rosário, da Dona Tereza Elias e da Dona Maria da Cruz. O referido quiabo serve como alimento, pois é utilizado nas refeições. Segundo o blog tua saúde plantas medicinais, o quiabo é fonte de vitamina k, previne fraturas e age no organismo

humano como se fosse um cálcio natural, contendo ainda ferro, fósforo e cobre em sua composição.

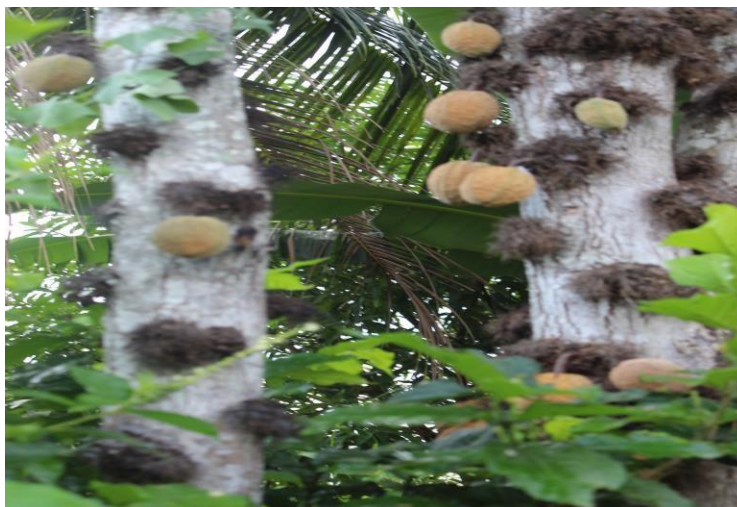
Imagem 22: Quiabo do quintal da quilombola não-griô Dona Maria da Cruz



Fonte: Arquivo da Pesquisa (2020)

O quintal produtivo de Dona Cícera tem também plantas frutíferas, igualmente vimos nas fotos anteriores, como um pé de ameixa com fruto e cacau do mato. Ela participou de vários eventos na UFT, principalmente de forma remota durante a pandemia. Trata-se de uma mulher brilhante, a qual merece ter sua vida registrada neste trabalho. Entrevistamos Dona Cícera em 2020. Quando retornamos em outra pesquisa na comunidade, em fevereiro de 2021. Ela estava internada no Hospital Regional de Araguaína, vindo a óbito no decorrer desta pesquisa. Sua história de vida ainda será contada por vários pesquisadores, tendo em vista que ela deixou registros em entrevistas e em vídeos.

Imagem 23: Cacau do mato, quintal da quilombola griô Dona Cícera Vieira



Fonte: Arquivo da Pesquisa (2020)

Além das plantas apresentadas por meio de imagens, em nossas visitas exploratórias no local da pesquisa, conhecemos vários quintais em que são cultivadas ervas medicinais, como: gervão, babosa, jurubeba, malva do reino, mostarda, pariri, trevo, hortelã, insulina, manjerição de cachorro, taioba, sabugueiro, capim santo, mastruz, folha santa, erva cidreira, sete dores, alfavaca, vassourinha, fedegoso e tipí.

A agricultura orgânica produz alimentos mais saudáveis do que aqueles produzidos pela agricultura convencional. Mas quando ela não é baseada em princípios ecológicos, e sim na mera lógica de substituição de insumos, pode ser bastante trabalhosa e exigir muitos sacrifícios do agricultor (PRIMAVESI, 2008, p. 08).

Essa griô colaborou com esta pesquisa, por meio de entrevista contando sua história de vida. A senhora griô Dona Rosa Mirtes nos relatou sobre seus saberes, nos apresentou o seu quintal e as plantas que são cultivadas por ela, que é professora, no município de Muricilândia, e griô, na comunidade quilombola Dona Juscelina. Tem uma história de vida sofrida, tal como nos relatou na sua entrevista, sendo muito ligada à educação, já tendo ministrado aula sem salário por um ano.

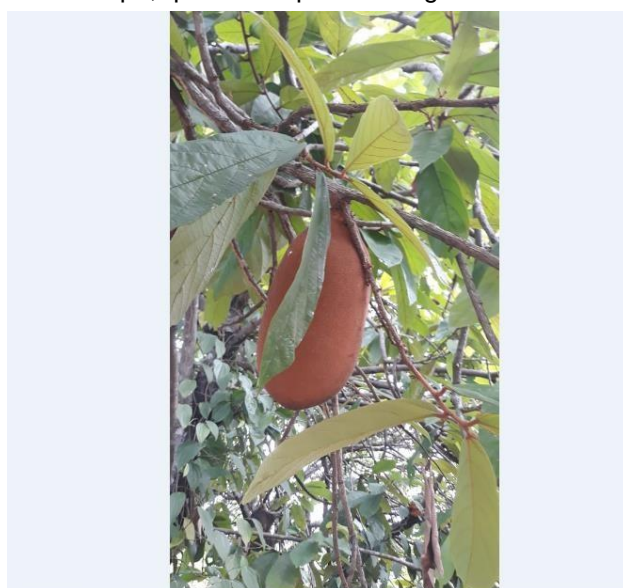
Dona Rosa Mirtes é solteira, mora sozinha, não tem filhos e gosta muito de crianças. Ela criou uma sobrinha que ficou órfã. Esta, por sua vez, agora tem quatro filhos, os quais moram em Araguaína. Dona Rosa Mirtes tem uma visão sobre a função de uma griô - tem que trabalhar, aconselhar as pessoas, sobretudo os jovens, tal como podemos ver em suas narrativas.

Griô é trabalhar aconselhar as pessoas, principalmente os jovens, os jovens de hoje é eles vivem assim parece que a mente deles enfraqueceu sabe, eu conversei com jovem já que eu tava com medo ai eu pensei a força de Deus é maior, e conversei, conversei, ai ele ficou assim nos começo queria zangar, eu disse olha sou sua amiga, então lhe dou um conselho como amiga eu gosto muito de você, esses jovens eu já fui jovem também e precisa de um conselho, e ele atendeu (Entrevista com a senhora Rosa Mirtes em 2020).

Dona Rosa Mirtes tem um cuidado especial com a juventude, no sentido de acolher. Além disso, se preocupa com outras pessoas da comunidade, ajudando-as quando estão doentes, bem como transmitindo saberes sobre medicina alternativa com receitas de chá de ervas medicinais. Ela nasceu em Canto do Buriti, no Piauí, e veio para a região ainda criança. Durante a mudança do Piauí para Muricizal, os seus pais vinham tangendo ovelhas, bodes, enquanto paravam nos lugares para prepararem alguma alimentação. Matavam uma criação e salgava a carne. Entretanto, antes de vir morar na comunidade, seus pais moraram no Maranhão.

Ela nos mostrou seu quintal produtivo, nos informando sobre as plantas e a utilidade de cada uma. Cultiva a terra de forma tradicional, o evitar uso de agrotóxico, adubando com esterco de gado ou de galinha na medida em que achar necessário. No seu quintal, encontramos plantações de tomate, pimenteira, fedegoso. Este último, por sua vez, indicou é indicado para combater dores de cabeça. Já a arruda, é um regulador natural para menstruação das mulheres.

Imagem 24: Cupú, quintal da quilombola griô Dona Rosa Mirtes



Fonte: Arquivo da Pesquisa (2020)

Além das plantas medicinais, encontramos plantas frutíferas. Dona Rosa Mirtes tem em seu quintal muitos pés de cupuaçu, denominados por ela como cupú. Ela afirma que essa fruta tem produção o ano inteiro, sendo consumida e distribuída para comunidade.

Conversar com a griô Rosa Mirtes foi um compartilhamento de saberes tradicionais. Apesar de ser uma profissional da educação, suas narrativas são formadas mais a partir da prática na comunidade. Foi, realmente, uma aula de cultura e saberes tradicionais.

Cada mulher quilombola tem sua relação de cuidado e afeto com seu quintal produtivo. Este, por sua vez, é parte das suas identidades enquanto mãe, líder, conselheira, cultivadora, esposa e uma representação social e política do seu povo. É por meio da lida nos seus quintais que essas mulheres se realizam enquanto protagonista da sua história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou analisar os saberes e fazeres ancestrais relativos aos quintais produtivos, aos modos produtivos das mulheres griôs e como esses conhecimentos são repassados aos demais membros do quilombo Dona Juscelina. Constatamos que é por meio da oralidade que essas mulheres quilombolas constroem seus saberes e fazeres e se preocupam com a continuidade de suas práticas culturais nos quintais produtivos.

A preocupação de como os mais jovens estão absorvendo e desenvolvendo os saberes sobre cada planta medicinal é revelada nas narrativas das seis quilombolas protagonistas dessa pesquisa. Inclusive, em uma das entrevistas realizada com Dona Cícera Vieira, ela nos mostrou um “caderno” que iria passar para sua filha, onde estava registrando os nomes das plantas, suas propriedades, como deveriam ser utilizadas e para qual doença servia. Enquanto griô de sua comunidade, se preocupava com o presente e o futuro do seu povo, deixando um registro dos seus saberes construídos por meio de sua experiência, passando oralmente todos os dias. Dessa maneira, “eu escrevi um livro da história da cidade e um livro da história da minha vida”, destaca Dona Cícera Vieira.

Essa prática educativa e cultural ocorre de forma espontânea no dia a dia da comunidade, pois as mulheres griôs e não-griôs, todos os dias, cultivam seus quintais, uma vez que amam o que fazem. Cuidar das plantas é o que dá sentido para a vida dessas mulheres, que, apesar da idade, continuam lidando com a terra.

Por meio desse estudo, podemos compreender em que medida as práticas produtivas revelam a identidade quilombola dessas mulheres, pois cada quintal produtivo conta uma história, a história daquela que cultiva, dos seus gostos, de como estas “montam” seu quintal-território-lugar, onde se identifica, onde vive, onde faz a vida ter mais sentido, esquecendo dos problemas do cotidiano. Como a categoria experiência imbricada em cada uma das mulheres quilombolas griôs e não-griôs é um dos pilares que significam as produções nos quintais, analisamos os pontos convergentes dos quintais produtivos das mulheres protagonistas deste estudo, as quais têm muitas plantas medicinais em comum, como é o caso do capim santo, erva cidreira, boldo, malva do reino, gengibre, fedegoso, arruda e babosa.

Foi confeccionado um quadro (p. 47) em que aparecem as seis mulheres quilombolas: três griôs e três não-griôs, e as plantas que são descritas em suas

narrativas. Percebemos algumas diferenças de um quintal para outro, como quanto a quantidade de plantas medicinais em cada quintal: no quintal produtivo da quilombola não-griô Dona Maria Cruz estão plantadas. No quintal produtivo da quilombola griô Dona Juscelina, podemos perceber 09 plantas medicinais. No quintal produtivo da quilombola não-griô Dona Maria do Rosário, constatamos 12 plantas medicinais. No quintal produtivo da quilombola griô Dona Rosa Mirtes, foram apresentadas 18 plantas medicinais. No quintal produtivo da quilombola não-griô Dona Tereza Elias, foram demonstradas 24 plantas medicinais. Já no quintal produtivo da quilombola griô Dona Cícera Vieira, foram apresentadas 27 plantas medicinais. Ao considerar a idade avançada de Dona Juscelina, o que a impossibilitava cuidar mais diretamente do seu quintal produtivo; três quintais se destacam tanto na quantidade de plantas medicinais quanto pela variedade encontrada: os quintais da Dona Cícera Vieira, Dona Tereza Elias e da Dona Rosa Mirtes.

Esses são dados importantes, os quais demonstram que as mulheres quilombolas estão cultivando plantas medicinais com o objetivo maior de cuidar do seu povo, refletindo uma economia moral e solidária que vai muito além de quantidade, tendo relação com cultura de tradição.

Outro aspecto observado nos quintais produtivos é que, além das plantas medicinais, as mulheres quilombolas cultivam plantas frutíferas em uma grande variedade, que vai desde a amora à graviola que também têm propriedades medicinais, além de plantarem hortaliças e legumes com propriedades medicinais e utilizam em sua culinária. Cultivam, ainda, plantas ornamentais e, das seis mulheres quilombolas, quatro criam animais: galo, galinha e galinzé, são elas: Dona Juscelina; Dona Rosa Mirtes; Dona Maria do Rosário e Dona Maria da Cruz, curiosamente, as duas mulheres que têm mais variedade de plantas e quantidade no seu quintal produtivo, não criam galinha e nenhum outro animal. Talvez seja porque esses animais poderiam causar algum dano às suas plantas que são: Dona Cícera Vieira e Dona Tereza Elias.

A pesquisa foi de grande aprendizado, pois a oportunidade de construir conhecimento a partir da pesquisa de campo contribuiu muito para nossa formação, uma vez que as narrativas da história de vida de cada mulher e suas identidades nos leva a ter um olhar diferente dessas mulheres guerreiras, de resistência, de raça, mulheres griôs, mulheres que fazem parte da liderança de seu povo, que estão

à frente das decisões que perpetuam sua cultura, sua história. São mulheres griôs, responsáveis por compartilhar com a geração nova, as práticas tradicionais e os elementos culturais que identificam a comunidade como povos tradicionais a partir de práticas educativas e culturais.

As primeiras experiências adquiridas durante a pesquisa tiveram início quando da visitação das residências das mulheres quilombolas, pois tivemos que nos apresentar para Dona Juscelina enquanto matriarca por ser um costume da comunidade, que todas as pessoas que entravam no quilombo teriam que se direcionar primeiro à residência dessa liderança do quilombo. Passei, então, a compreender o papel social e político dessa mulher quilombola.

Tanto as mulheres protagonistas dessa pesquisa, quanto os outros membros da comunidade acolheram a mim, Jannete da Silva Milhomem e a minha Orientadora, Profa Dra. Rejane Cleide Medeiros de Almeida, de uma forma que nos sentimos como se estivéssemos em nosso próprio quintal, onde vivenciei momentos inesquecíveis em cada quintal com a narração, apresentação das plantas e o acolhimento de cada uma das seis mulheres quilombolas.

O retorno que levaremos à comunidade a partir desse estudo é realizar uma apresentação dessa pesquisa, onde convidaremos toda comunidade. Após a apresentação, deixaremos uma cópia digital e outra impressa da dissertação na presidência do quilombo para que a comunidade tenha acesso. Ressaltamos que este trabalho foi qualificado, primeiro na comunidade, com correções solicitadas pela mesma.

Meu olhar diante das práticas culturais e educativas dessas mulheres é de admiração por serem fortes, por terem fé nas plantas medicinais, por saberem utilizá-las na prevenção e tratamento de doenças diversas, por conhecerem as propriedades das plantas que cultivam e ter consciência que é relevante preservar essa cultura de tradição. Diante das dificuldades em manter os quintais, essas mulheres permanecem persistentes em continuar cultivando as plantas medicinais, mesmo com idade avançada de algumas e sempre terem a preocupação de construir esses saberes junto aos membros mais novos da comunidade.

A perda de alguém que conhecemos é sempre impactante. Não foi diferente quando aconteceu durante essa pesquisa o falecimento de três mulheres interlocutoras desse estudo, a griô Dona Juscelina, a griô Dona Cícera Vieira e a não-griô Dona Maria da Cruz. O luto pela perda dessas vidas marcou a mim,

enquanto pesquisadora e toda comunidade, pois se foram duas líderes de grande influência dentro do Quilombo Dona Juscelina, pois representavam uma força política, cultural, educativa e social.

As histórias de vida das mulheres griôs e não-griôs interlocutoras dessa pesquisa estão entrelaçadas e imbricadas com a historicidade do seu povo, dos seus ancestrais dentro do território onde ocorrem as relações intergeracionais, de troca de saberes e fazeres entre os mais velhos e os jovens da comunidade. Isso, às vezes, dá sentido às suas lutas de resistências diante de uma sociedade meritocrata.

Nessa pesquisa, observamos que as mulheres quilombolas são as que buscam preservar a cultura de sua comunidade, além de serem representação feminina de liderança nas relações sociais e espaciais que ocorrem no território. Suas funções vão muito além da função materna, onde são responsáveis pela “criação e ensinamento” das novas gerações, sendo seu principal papel o da preservação de uma identidade; a identidade coletiva cultural tradicional do Quilombo Dona Juscelina, principalmente após o falecimento da matriarca de quem o quilombo herdou o nome.

Essas comunidades tradicionais são de grande importância face a uma sociedade hipócrita que nega a existência do racismo e da exclusão de negros, o reconhecimento dessas mulheres enquanto cidadãs que exercem funções políticas, conquistando oportunidades de valorização do seu povo, intermediando diálogos com outras lideranças para implementar direitos e benefícios legais, sociais, políticos e que venha melhorar a qualidade de vida da sua comunidade. Por isso, a relevância da discussão sobre a história dos quilombos e suas origens no Brasil; história de conflito, de sangue, de luta, de resistência e de autoafirmação, principalmente voltada para a história da mulher negra e da mulher quilombola.

Dessa forma, essa discussão está longe de terminar, visto que a negação da história dos quilombos desde sua origem até os dias atuais, ainda ganha força. Esse debate sócio-político precisa continuar, uma vez que norteia a própria história desse país e a identidade nacional, pois as comunidades tradicionais sempre existiram no Brasil. Portanto, proponho que essa pesquisa seja apenas parte de uma continuidade de discussões em torno da cultura, da valorização da mulher, da mulher negra, da mulher quilombola, da mulher griô, da mulher enquanto ser com suas identidades e representações.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD Henri. **Cartografias sociais e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ 2ª edição 2012.

ACSELRAD Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. **Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano**. In: ACSELRAD, Henri. *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

AGUIAR, Vinicius Gomes; BORGES, Manoel Filho; COSTA Kênia Gonsalves, RAMOS JUNIOR. Dernival Venâncio, MEDEIROS, Olivia Macedo Miranda de; OLIVEIRA, Izarete Sousa. **Dona Juscelina: Corporeidade Negra, Saberes do Diálogo e das Lutas Política**. Participativa: Ciência Aberta em Revista Volume 2, 2020 ½ISSN: 2675-326X. Disponível em: <https://osf.io/uh8r7>> Acessado em 03/02/2021.

AKOTIRENE. Carla. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte Letramento, 2019.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed, Manaus: pgsca–ufam, 2008. 192 p

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. In: LEITÃO (org.) *Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. **Nova Cartografia Social da Amazônia**. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias (Orgs). *Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social*. Manaus: UEA Edições, 2013.

ALMEIDA, Rejane Medeiros, GONÇALVES, Paulo Rogério. **Nova cartografia social: narrativas, memórias e conflitos nos territórios das populações tradicionais do TOCANTINS**. In: *nova cartografia social dos conflitos por territórios no brasil central*. / Helciane de Fátima Abreu Araújo e Alfredo Wagner Berno de Almeida. - 1. ed. - Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019. p 157 a 170. Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2015/07/Catalogo-Povos-Comunidades-Tradicionais-1.pdf>. Acesso: 22 de mar. 2021.

ALMEIDA, Rejane, MILHOMEN, Jannete. **Mulheres e produções de saberes nos quintais produtivos do quilombo dona juscelina-muricilândia-(TO)**. *Revista Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. v.20, n.2, p.1-17, e-200215, jul./dez., 2020. Disponível em: <
<https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>. Acesso em 22 de mar. 2021.

ALENCASTRE, José Martins Pereira. **Anais da província de Goiás**. Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979.

ALVES, Juliano Nunes; FLAVIANO, Viviane; KLEIN, Leander Luiz; LÖBLER, Mauri Leodir; PEREIRA, Breno Augusto Diniz. **A economia solidária no centro das discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 243-257. 2016.

AMOROZO, M. C. M. **Quintais – funções, importância e futuro**. In: GUARINETO, G.; CARNIELLO, M. A. (orgs.). **Quintais matogrossenses – espaços de conservação e reprodução de saberes**. Cáceres: UNEMAT Editora, p. 15-26, 2008b.

ARRUTI, José Maurício. **Quilombos**. In: **Raça: Perspectivas Antropológicas**. [org. Osmundo Pinho. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia. Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.

ARAÚJO João Bosco Cavalcante, ALVES Ana Maria Cordeiro, CANTI, JUNIOR Antônio Teixeira, MAIA Carlos Wagner Castelar Pimenta, PIMENTEL José Carlos Machado, SANTOS Maria Elina Carvalho Medeiros dos. **Boas Práticas Agrícolas (BPA) em Quintais Produtivos**. Embrapa Agroindústria Tropical. Fortaleza, CE 2018.

AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira de. **Os conceitos de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista**. Revista Três Pontos - Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero. Minas Gerais, 2018.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: BRANDELLI, Clara Lia Costa. **Plantas medicinais: histórico e conceitos**. Rev. Ciências, v. 5, n. 8, p. 01-13, set/out. 2012.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 de novembro de 2003.
BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. 1988. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRASIL. Presidência da República. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Decreto n 4.887/2003. Brasília. 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz Editora. 1983.

CARNEIRO, Jackeline Santos. OLIVEIRA Elieser Cardoso. **O Conceito de Quilombo na Historiografia**. Anais - Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do CCSEH – III Sepe ética, Política E Educação NO Brasil Contemporâneo. De 6 A 9 DE JUNHO DE 2017.

CARVALHO, Herli de Sousa. **No chão quilombola os rebentos narram suas percepções acerca da escola de infância da comunidade Cajueiro I em Alcântara-MA**. Tese de Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2016.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Nátane Oliveira da. GORAYEB, Adryane. PAULINO, Pedro Ricardo Oliveira. SALES, Licia Benicio. SILVA, Edson Vicente da. **Cartografia Social Uma Ferramenta para a Construção do Conhecimento Territorial: Reflexões Teóricas Acerca das Possibilidades de Desenvolvimento do Mapeamento Participativo em Pesquisa Qualitativas**. Boa Vista, Ed. Esp. V CBEAGT, 2016. pp.73-86

CLASTRES, P. **A Sociedade Contra o Estado: Investigações de Antropologia Política**. Ed. Afrontamento, Porto. 1975.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Bogotá: Editorial Universidad Javeriana, 2005.

CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **Carta Política do I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas**. In: Combate Racismo Ambiental. Blog da Tania Pacheco. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2014/06/carta-politica-do-i-encontro-nacional-de-mulheresquilombolas/>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

COSTA, Nátane Oliveira da. GORAYEB Adryane. PAULINO, Pedro Ricardo Oliveira. SALES, Licia Benicio. SILVA, Edson Vicente da. **Cartografia Social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: Reflexões Teóricas Acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em Pesquisa Qualitativa**. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. V CBEAGT, 2016. pp.73-86. Disponível em: < revista.ufrr.br › actageo › article › download> acessado em 28/02/2021.

COSTA, Kênia Gonçalves; SANTOS, Katiane da Silva. **Estudantes Protagonistas: Entre as Pedagogias Escolares e Grêôs**. Palmas. Revista Humanidades e Inovação v.7, n.18 – 2020.

DEUS, Lia Maria dos Santos. **Mulheres negras e empoderamento**. In: JUNIOR, José Geraldo de Sousa; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias da (Orgs.). Introdução Crítica ao Direito das Mulheres. Série O Direito Achado na Rua, vol. 5. Brasília: CEAD, FUB, 2011.

DESIDÉRIO, Plabio Marcos Martins; SOUZA, Juno Brasil: **Custódio Territorialidades e“(Des)Territorializações”:** **Comunidades Quilombolas Carrapiché e Prachata do Bico do Papagaio**. Revista Temporis (Ação) (Período Acadêmico de História, letras e educação da Universidade Estadual de Goiás) Revista Temporis [Ação] (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. v.20, n.2, p.1-19, e-200206, jul. /dez., 2020. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>. Acesso em: <05 de março de 2021>

ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de otro modo**. Disponível em www.decoloniality.net/files/escobar-tabula-rasa.pdf, 2003. Acesso 25 de jan 2020.
FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1879-1910)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Programas e ações**. 2012. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

FERNANDES. Saulo Lurdes; GALINDO, Dolores Cristina Gomes, VALENCIA Liliana Parra. **Identidade Quilombola: Atuações no Cotidiano de Mulheres Quilombolas no Agreste de Alagoas**. Psicol. Estud. vol.25. Maringá 2020 Epub June 19, 2020. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.45031> > Acessado em dez,2020.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra,1999.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17a. ed. São Paulo: Paz e Terra,1987.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERNAND, Saulo Lurdes. GALINDO, Dores Cristina Gomes. VALENCIA, Liliane Parreira. **Identidade Quilombola: Atuações no Cotidiano de Mulheres quilombolas no Agreste de Alagoas**. Psicol. Estud. vol.25 Maringá 2020.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo Na Cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUARIM NETO, Germano. NOVAIS, Ademária Moreira. **Composição Florística dos Quintais da Cidade de Castanheira**. In: CARNIELLO, Maria Antônia. GUARIM NETO, Germano. Org. Quintais Mato-grossenses: Espaços de conservação e reprodução de saberes. Cáceres. Editora Unemat, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à Multiterritorialidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **Dos múltiplos territórios à Multiterritorialidade**. In: HEIDRICH, Á. L. et al. (Org.). A emergência da Multiterritorialidade. Porto Alegre: Editora da Ulbra/Editora da Universidade - UFRGS, 2008, p. 19–36.

_____. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, Livro digital, PDF, 2021. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HALL, Stuart. Capítulo I – **O papel da representação**. In: Cultura e representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

LEITE. Ilka Boaventura. **O projeto Político Quilombola: Desafios, Conquistas e Impasses Atuais**. Santa Catarina. Revista Estudos Feminista. 2008.

LEITE, I. B. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Etnográfica, v. IV, n. 2, p.333-334, 2000.

LINHARES, Jairo Fernando Pereira; HORTEGAL, Elane Viana; RODRIGUES, Maria Ivanilde de Araújo; SILVA, Paulo Sérgio Silberti da. **Etnobotânica das principais plantas medicinais comercializadas em feiras e mercados de São Luís, Estado do Maranhão, Brasil**. Rev. Pan-Amaz Saúde, v. 3, n. 5, p. 39-46, 2014.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

LOURENÇO, Sonia Regina; SANTOS, Carlos Alexandre Plínio dos Santos; SILVA, Sandro José da; MOMBELLI, Raquel. **Cosmologias, territorialidades e políticas**

de quilombolas e de povos tradicionais (dossiê). ACENO, v. 3, n. 6, p. 10-17, ago/dez. 2016.

MAGRIN, Virginia. **O papel do movimento estudantil na criação do estado.** Tocantins. Universidade Federal do Tocantins. 2013.

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luis Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia:** contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360p.

MATOS, Julia Silveira. SENNA, Adriana Kivansk. **História Oral como Fonte: Problemas e Métodos.** Rio Grande do Sul. Rev. Históriae. 95-108, 2011. Disponível em: < <https://periodicos.furg.br/hist/article/view> > Acesso em 15/05/2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.
MEDEIROS, Camila Pinheiro. **Mulheres negras: racismo identidade e discurso étnico.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

MEIRA, Júlio Cesar. **A contribuição de Eduard Palmer Thompson para os estudos históricos.** Rev. Expedições: Teoria da História & Historiografia, v. 5, n. 1, jan./jul. 2014.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade.** In: LANDER, Edgardo. (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: 2005, p. 71-103.

MONTERO, Paula; DRUMONT, Mary; LIMA, Elça; GOLDBERG, Anette; ALBANO, Celina; PITANGUY, Jaqueline; GONZALEZ, Lelia; LUZ, Madel T. (Org.). **O lugar da mulher: estudo sobre a condição feminina na sociedade atual.** Rio de Janeiro: Edições Gerais, 1982.

MORAES, Érika de. Ser mulher na atualidade: a representação discursiva da identidade feminina com quadros humorísticos de maitena. In: TASSO, I., and NAVARRO, P. (Orgs.). Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas. Maringá: Eduem, 2012. p. 259-285.

OCAÑA, Alexander Oritz, LOPEZ, Maria Isabel Arias. CONEDO, Zaira Pedrozo. **Metodologia 'otra' en la investigación social, humana y educativa.** El hacer decolonial como proceso decolonizante. In: Revista 21 FAIA. v. 7, n. 30, 2018, p. 172-200. Disponível em: <<http://editorialabiertafaia.com/pifilojs/index.php/FAIA/article/view/146> > Acesso em 22 de jan. 2020.

OLIVEIRA, Eduardo. **Epistemologia da ancestralidade.** Universidade Federal da Bahia, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia.** In: LANGDON, Esther Jean e GARNELO, Luiza

(org). Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa. Contra Capa/ ABA, 2004.

OLIVEIRA Fernando Bueno. D'ABADIA Maria Idelma Vieira. **Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros**. *Élisée, Rev. Geo. UEG – Anápolis*, v.4, n.2, p.257-275, jul. /dez. 2015.

OLIVEIRA, Izarete da Silva de. **Território e Territorialidade nos Limites do Rural e Urbano na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia – TO**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Araguaína: UFT, 2018.

OLIVEIRA, Nilton Marques De. **TERRITÓRIO**: Revista Tocantinense de Geografia, v. 9, n. 17, p. 43-62, 30 mar. 2020. Disponível em:< <https://doi.org/10.20873/rtg.v9n17p43-62>> Acessado em 13 de dezembro, 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Conferência Internacional do Trabalho**. Convenção 169. Brasília, DF: ministério do trabalho e Emprego; Available from: http://www.mte.gov.br/legislacao/convencoes/cv_161.asp. Acesso em 22 de jan. 2020.

PEDROSA, Rosangela Aparecida. **A importância dos quintais produtivos na economia familiar**. *AGROECOL. 2º Seminário de agroecologia da América do Sul*, 2016.

POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade e integração dos saberes**. Liinc em Revista, v.1, n.1, mar. 2005, p. 3 - 15 <http://www.ibict.br/liinc>

POLLACK. Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRIMAVESI, Ana Maria. Agroecologia e manejo do solo. *Agriculturas - v. 5, n. 3 set. 2008*.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do indizível ao dizível**. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 39, n.3, p. 272-286, mar. , 1987.

RATTS, Alexandre. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial (SP) e Instituto Kuanza, 2006.

RAFFESTIN. Claude. "O que é território" /" As quadriculas do poder". In: **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. P.2-33.

RIBEIRO. D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2015.

ROCHA, Joyce Alves; BOSCOLO, Odara Horta; FERNANDES, Lucia Regina Rangel de Moraes Valente. **Etnobotânica: um instrumento para valorização e identificação de potenciais de proteção do conhecimento tradicional**. *Rev. Interações*, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 67-74, jan./jun. 2015.

RUOSO, Carolina. **Um Griô no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará: Descartes Gadelha, os Catadores de Jangurussu e o Maracatu Solar em exposição** (2010). XXVIII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e Dialogo Social. Natal. 2013,

RODRIGUES, Jean Carlos. **Política e Religião na Nova Geografia Cultural: O Caso da Criação do Estado do Tocantins**. São Paulo: Rever. Revista de Estudo da Religião. 2009.

RODRIGUES, Ricardo Alexandre. **Busca de princípios para uma atuação a partir de estudos sobre os griots africanos e os jograis medievais europeus**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Artes, 2011.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce et al. **Bem viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecossocioeconomia**. Saude soc. [online]. 2017, vol.26, n.1, pp.40-50. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902017166634>. Área de Concentração Artes Cênicas da UNESP. São Paulo: 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902017000100040&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 22 de mar. 2021.

SANTOS, Kamila Ferreira dos. Representações da cultura quilombola nas narrativas de vida da matriarca dona Juscelina e dos anciões de Muricilândia. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins, 2017.

SANTOS, Katiane da Silva. **Do passado ao presente: A Festa da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Araguaína: UFT, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Toni Edson Costa. **Negros pingos nos “is”: djeli na África ocidental; griô como transcrição; e oralidade como um possível pilar da cena negra**. Urdimento, v.1, n.24, p157-173, julho 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573101242015157/4489>> Acessado em 20/10/2020/

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARAGOUSSI, Muriel; MARTEL, Jorge Hugo Iriate; RIBEIRO, G. A. **Comparação na composição de quintais de três localidades de terra firme do Estado do Amazonas**. In: Ethnobiology: v.1, p. 295-303, 1988.

SCHIMITI, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas.** Rev. Ambiente & Sociedade, ano V, n. 10, 1º sem. 2002.

SEGATO, Rita (2015), **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos.** Y una antropología por demanda, Buenos Aires, Prometeo libros, 293 pp.

SILVA, Joseane Maria Santos. **Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias.** *Revista Palmares-Cultura Afro-brasileira. A FCP chega aos, 21.*

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos: identidade e história.** 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SOUZA, Elizeu Clementino (Org.). **Autobiografias, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino.** Porto Alegre: EDPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2006, 372 p.

THEODORO, Helena. **Buscando caminhos nas tradições.** Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

TOCANTINS, Secretaria de Planejamento e Orçamento. Perfil socioeconômico dos Municípios. **Palmas.** SEPLAN-TO, 2017.

THOMPSON, Eduard Palmer. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **História oral: a voz do passado.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. **O trabalho pluriativo da mulher quilombola na recuperação ambiental e manutenção da família no Vale do Rio Doce/MG.** 4º Encontro da rede de estudos rurais, Curitiba/PR 2010. 14 p.

VAZ, Carlos. **Para um conhecimento do teatro africano.** Lisboa: Ulmiero, 1978.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogias decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I. Quito, Equador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

ANEXO I - Decreto no Diário Oficial que certificou os Quilombos

D.O.U: Diário Oficial da União.

] Art. 1º - Instituir o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03.

`PAR` 1º O Cadastro Geral de que trata o caput deste artigo é o registro em livro próprio, de folhas numeradas, da declaração de autodefinição de identidade étnica, segundo uma origem comum presumida, conforme previsto no art. 2º do Decreto nº 4.887/03.

`PAR` 2º O Cadastro Geral é único e pertencerá ao patrimônio da Fundação Cultural Palmares.

`PAR` 3º As informações correspondentes às comunidades deverão ser igualmente registradas em banco de dados informatizados, para efeito de informação e estudo.

Art. 2º Para fins desta Portaria, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida.

Art. 3º Para a emissão da certidão de autodefinição como remanescente dos quilombos deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

I - A comunidade que não possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata de reunião convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria de seus moradores, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;

II - A comunidade que possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata da assembléia convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;

III- Remessa à FCP, caso a comunidade os possua, de dados, documentos ou informações, tais como fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros, que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais;

IV - Em qualquer caso, apresentação de relato sintético da trajetória comum do grupo (história da comunidade);

V - Solicitação ao Presidente da FCP de emissão da certidão de autodefinição.

`PAR` 1º. Nos casos dos incisos I e II do caput deste artigo, havendo impossibilidade de assinatura de próprio punho, esta será feita a rogo ao lado da respectiva impressão digital.

PAR` 2º A Fundação Cultural Palmares poderá, dependendo do caso concreto, realizar visita técnica à comunidade no intuito de obter informações e esclarecer possíveis dúvidas.

Art. 4º As comunidades quilombolas poderão auxiliar a Fundação Cultural Palmares na obtenção de documentos e informações para instruir o procedimento administrativo de emissão de certidão de autodefinição.

Art. 5º A Certidão de autodefinição será impressa em modelo próprio e deverá conter o número do termo de registro no livro de Cadastro Geral de que trata o Art. 1º desta Portaria.

Parágrafo Único - A Fundação Cultural Palmares encaminhará à comunidade, sem qualquer ônus, os originais da Certidão de autodefinição.

Art. 6º As certidões de autodefinição emitidas anteriormente a esta portaria continuarão com sua plena eficácia sem prejuízo de a Fundação Cultural Palmares revisar seus atos.

Art. 7º Fica revogada a Portaria n.º 06, de 1º de março de 2004.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se a todos os processos administrativos ainda não concluídos.

ANEXO II - Projeto de Lei sobre os Griôs

COMISSÃO DE CULTURA PARECER ÀS EMENDAS AO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI Nº 1.176, DE 2011. (e AO PROJETO DE LEI Nº 1.786, de 2011, APENSADO). Institui o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares.

Autor: Deputado Edson Santos

Relator: Deputado Evandro Milhomen

I – RELATÓRIO

Na primeira fase da tramitação do Projeto de Lei nº 1.176, 2011, de autoria do Deputado Edson Santos, que “Institui o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares”, e de seu apenso, o Projeto de Lei nº 1.786, de 2011, de autoria da Deputada Jandira Feghali e outros, que “Institui a Política Nacional Griô, para proteção e fomento à transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral”, após ampla discussão com os segmentos interessados da sociedade, com especialistas e com representantes do poder público, este Relator ofereceu substitutivo que buscou contribuir para o melhor tratamento possível à matéria e, ao mesmo tempo, encontrar um ponto de consenso entre as partes envolvidas. No trabalho de relatar tão importante matéria, procuramos construir um texto substitutivo que aproveitasse ao máximo às propostas dos projetos iniciais, que afastasse alguns óbices constitucionais identificados e que, incorporasse, ainda, as demandas dos grupos organizados que representam os segmentos interessados da sociedade civil. A partir da rica discussão a respeito da matéria e das valorosas contribuições dos segmentos interessados, construímos o substitutivo que submetemos aos nobres pares. Esse texto teve por base o coração e a espinha dorsal dos dois projetos originais, somados às sugestões deste Relator e às contribuições recebidas do IPHAN, do Instituto Palmares, da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural; da Comissão Nacional de Griôs e Mestres e da Rede de Culturas Populares e Tradicionais. O Parecer do Relator, que aprovava os dois projetos apensados, na forma do Substitutivo anexo, foi apresentado à Comissão de Cultura em 28 de novembro de 2013.

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, foi aberto o prazo de cinco sessões para apresentação de emendas ao Substitutivo. Foram apresentadas doze emendas ao substitutivo oferecido pelo Relator. São elas, resumidamente:

Emenda ao Substitutivo nº 1, da Deputada Alice Portugal: modifica o conceito de aprendiz, inscrito no art. 2º, IV, do substitutivo, para retomar a concepção defendida no PL 1.786, de 2011, de que o aprendiz deve assumir obrigatoriamente o papel de mediação entre o conhecimento e a ação do Mestre (título em que a emenda acrescenta o termo Griô) e a escola ou a universidade.

Emenda ao Substitutivo nº 2, da Deputada Alice Portugal: altera o art. 14 do substitutivo, para vincular o recebimento de remuneração pelos aprendizes à sua atuação obrigatória como mediadores entre o saber e fazer tradicional e o conhecimento formal, nos projetos educativos e culturais.

Emenda ao Substitutivo nº 3, da Deputada Alice Portugal: altera o art. 2º, III, para substituir a designação Mestre Tradicional do Brasil, adotada pelo nosso substitutivo, por Mestre Griô Tradicional do Brasil.

Emenda ao Substitutivo nº 4, do Deputado Paulo Ferreira: altera o inciso IX do art. 3º do substitutivo, para substituir o termo vitalício por temporário, no que diz respeito à concessão do benefício pecuniário previsto para os Mestres Tradicionais do Brasil.

Emenda ao Substitutivo nº 5, do Deputado Paulo Ferreira: substitui, no § 1º do art. 11 do substitutivo a previsão de concessão aos Mestres Tradicionais do Brasil de bolsas equivalentes às de doutorandos, por bolsas equivalentes às de mestrandos.

Emenda ao Substitutivo nº 6, do Deputado Paulo Ferreira: altera o inciso I do art. 7º do substitutivo para trocar o termo vitalício pelo termo temporário no que diz respeito ao benefício pecuniário previsto para os Mestres Tradicionais do Brasil. - Emenda ao Substitutivo nº 7, do Deputado Paulo Ferreira: retira do texto do substitutivo a expressão de transmissão oral do Brasil, propondo, em seu lugar, o uso de conhecimento tradicional.

Emenda ao Substitutivo nº 8, do Deputado Paulo Ferreira: suprime do inciso IX do art. 3º do substitutivo o trecho e dos seus aprendizes, para limitar aos mestres os benefícios previstos na proposta.

Emenda ao Substitutivo nº 9, do Deputado Paulo Ferreira: suprime no art. 11 do substitutivo, a expressão e a seus aprendizes, para limitar aos mestres os benefícios previstos na proposta.

Emenda ao Substitutivo nº 10, do Deputado Paulo Ferreira: suprime o § 2º do art. 11 do substitutivo, para limitar aos mestres os benefícios previstos na proposta. - Emenda ao Substitutivo nº 11, do Deputado Paulo Ferreira: suprime, no art. 14 do substitutivo, o termo à remuneração dos aprendizes, para limitar aos mestres os benefícios previstos na proposta.

Emenda ao Substitutivo nº 12, do Deputado Paulo Ferreira: substitui, no § 1º do art. 11 do substitutivo, o termo vitalício por temporário, em referência à remuneração prevista para os Mestres Tradicionais do Brasil.

VOTO DO RELATOR

É importante registrar que as doze emendas apresentadas foram analisadas com o maior cuidado e interesse por este Relator. A maior parte delas, no entanto, não foi acatada – algumas por motivo técnico, outras, por retirar do projeto instrumentos que julgamos essenciais para a efetivação da política proposta e outras, ainda, por retomar questões já superadas no processo do debate que se estabeleceu nesta casa. Por sua vez, as emendas total ou parcialmente incorporadas em nosso texto final, embora não reflitam a nossa convicção, foram as que julgamos necessárias para se construir uma proposta mais próxima do consenso e da exequibilidade. Sobre a Emenda ao Substitutivo nº 1, ponderamos que a ideia de que quem deve atuar divulgando ou ensinando o conhecimento do Mestre é necessariamente o seu Aprendiz e que este, para ser considerado Aprendiz, precisa atuar na educação formal como mediador entre o saber tradicional e o conhecimento científico é modelo que vem sendo utilizado com reconhecido êxito por muitos Mestres brasileiros que se identificam com a tradição Griô e trabalham com base na Pedagogia Griô, desenvolvida pelo movimento Grãos de Luz e Griô. O mérito de tal modelo não se questiona, de modo algum.

No entanto, há que se ter clareza de que ele é apenas um dos modelos possíveis, uma das múltiplas formas de relação entre um Mestre e seu (s) Aprendiz(es). Não faz sentido impor, por meio da lei, este único modelo a todos os representantes da cultura tradicional do Brasil. Proteger a diversidade da cultura brasileira é também reconhecer a autonomia de cada Mestre para decidir como compartilhar o seu saber com seus aprendizes, com a sua comunidade e com os equipamentos institucionais de educação e de cultura. Rejeitamos, portanto, essa emenda.

A Emenda ao Substitutivo nº 2 retoma a mesma ideia da emenda anterior, ao vincular o recebimento de bolsa pelos aprendizes à sua atuação como mediadores do processo de transmissão dos conhecimentos e expressões tradicionais, especialmente no âmbito de projetos da educação formal. A emenda fica, assim, rejeitada, com base na mesma ponderação anteriormente exposta.

A Emenda ao Substitutivo nº 3 recupera o termo Mestre Griô para conceituar os beneficiários da política proposta, conforme o faz o PL nº 1.786, de 2011. Para designar os homens e mulheres que se reconhecem e são reconhecidos por sua própria comunidade como representantes e herdeiros dos saberes e fazeres das culturas tradicionais de transmissão oral, optamos por manter o termo Mestre, que consta da primeira versão do nosso substitutivo. Nessa designação, já estão compreendidos os Griôs, Babalorixás, Pajés, Sábios, Capitães, Guias e outros tantos detentores de saberes tradicionais da nossa cultura. Compreendemos que essa denominação é a que propicia identificação mais imediata por parte daqueles indivíduos e grupos a quem a lei se destina. No mais, a categoria Mestres já vem sendo amplamente aplicada no campo da pesquisa e produção de conhecimento acadêmico, bem como no âmbito das políticas públicas culturais, inclusive no Plano Nacional de Cultura e no Plano Setorial das Culturas Populares. Da mesma forma, a qualificação de Mestre é a utilizada na legislação dos Estados e Municípios que já instituíram as chamadas "leis de Mestres", com objetivo análogo ao que motivou a apresentação dos projetos que ora analisamos. Frente ao exposto, a emenda fica rejeitada.

As Emendas ao Substitutivo nº 4, nº 6 e nº 12 propõem a substituição da previsão de benefício pecuniário vitalício para os Mestres Tradicionais do Brasil por benefício pecuniário temporário. A justificativa do Autor das emendas para tal

mudança é que, na forma fixada por nosso substitutivo, a remuneração prevista para os Mestres se configura como aposentadoria ou como benefício continuado. Argumenta, ainda, que restringir a temporalidade do benefício permitirá a inclusão de maior número de beneficiários. Embora tenhamos certeza de que o justo seria remunerar vitaliciamente os Mestres e Mestras que enriquecem nossa cultura ao dedicar a vida a desenvolver e transmitir seus especialíssimos saberes e fazeres tradicionais, tememos que a manutenção do texto, como está fixado no substitutivo, inviabilize a aprovação do projeto nas Comissões que ainda analisarão a matéria – tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal – ou mesmo que iniba a sanção da lei, após a tramitação completa nas duas Casas Legislativas. Assim, para evitar tais óbices e permitir, realmente, a inclusão do maior número possível de Mestres e Mestras como beneficiários da remuneração prevista, retiramos do substitutivo o termo vitalício dos dispositivos citados. Não julgamos conveniente, no entanto, acatar a sugestão de determinar que o benefício pecuniário proposto seja temporário. Deixamos essa decisão para o regulamento posterior, de modo que não se fechem as portas para possibilidades futuras de concessão do benefício vitalício, que julgamos ser o mais justo. As emendas nº 4, nº 6 e nº 12 estão, portanto, parcialmente aprovadas.

A Emenda ao Substitutivo nº 5 propõe que se equipare a remuneração a ser oferecida aos Mestres Tradicionais do Brasil às bolsas de mestrado, e não às de doutorado, como previa o nosso substitutivo. Mais uma vez, o argumento é ampliar o benefício ao maior número possível de beneficiários. Julgamos procedente a emenda, na medida em que nos parece coerente equiparar o Mestre reconhecido por seu conhecimento tradicional ao Mestre reconhecido pelo seu conhecimento acadêmico. A redução do valor do benefício não é pequena, mas preserva o valor simbólico da analogia entre os títulos e pode, de fato, tornar mais extensivo o alcance do benefício. Aprovamos, por essa razão, a presente emenda.

A Emenda ao Substitutivo nº 7 sugere a substituição do termo saberes e fazeres das culturas tradicionais de transmissão oral, por conhecimento tradicional. De natureza conceitual, reconhecemos o valor da sugestão oferecida. Ressalvamos, no entanto, que a terminologia e as definições adotadas em nosso substitutivo foram decididas a partir de consulta técnica a antropólogos, vinculados à universidade, que

se dedicam ao estudo das culturas tradicionais. Não julgamos oportuno, portanto, alterar tais termos sem submeter à mudança à nova análise técnica. Finalmente, as

Emendas ao Substitutivo nº 8, nº 9, nº 10 e nº 11 propõem a exclusão dos aprendizes como beneficiários diretos da lei, sob o argumento de que os benefícios previstos podem gerar situações de conflito, nas comunidades, entre os diversos aprendizes dos mestres e mestras.

O Autor das Emendas sugere que sejam pensadas ações específicas para esse segmento no processo de regulamentação da matéria. Entendemos que a inclusão dos aprendizes na Política Nacional de Proteção e Fomento aos Saberes e Fazeres das Culturas Tradicionais de Transmissão Oral é medida fundamental para garantir a manutenção e a transmissão dos saberes associados às práticas das culturas tradicionais.

As bolsas temporárias para os aprendizes – equivalentes, em valor, às bolsas concedidas aos graduandos da educação superior, para iniciação científica, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – são essenciais para que as novas gerações, dentro dos grupos ou das comunidades, se sintam motivadas a permanecer em seus locais de origem e a aprender os saberes e os fazeres dos seus mestres, habilitando-se para dar continuidade a esses conhecimentos e práticas.

Estamos certos de que o regulamento posterior da matéria definirá objetivamente as condições de concessão dos benefícios previstos para os aprendizes, de modo a evitar as possíveis situações de conflito que preocupam o Autor das Emendas. Esclarecemos que foram mantidos na nova versão do substitutivo aqueles que consideramos serem eixos estratégicos na construção de uma política para a valorização das culturas tradicionais de transmissão oral. São eles: o reconhecimento dos saberes e fazeres das culturas tradicionais de transmissão oral como parte fundamental da formação cultural brasileira; o apoio à transmissão oral dos saberes e fazeres das culturas tradicionais do Brasil às novas gerações, dentro do grupo ou comunidade em que são cultivados, de modo a garantir sua permanência e sustentabilidade; a titulação dos Mestres Tradicionais do Brasil; o cadastramento oficial dos Mestres e dos seus aprendizes; a concessão de

benefício pecuniário aos Mestres Tradicionais do Brasil e de bolsas aos seus aprendizes, para garantir a manutenção e a transmissão dos saberes associados às práticas das culturas tradicionais por eles exercidas; e ainda o estímulo à inclusão dos saberes e fazeres da tradição oral bem como dos seus processos e práticas de transmissão em todas as etapas e modalidades da educação formal. Ressaltamos que, mesmo com as alterações que incorporamos ao nosso substitutivo, o novo texto proposto ainda atende a duas das três demandas legislativas apontadas na Meta 4 do Plano Nacional de Cultura. A primeira delas é a necessidade de lei para introduzir na educação formal a transmissão dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais, com a participação direta dos mestres, mestras e demais praticantes. A segunda demanda é a instituição de benefício financeiro às pessoas reconhecidas como mestres da cultura popular e tradicional. De acordo com o disposto na meta, o benefício dará a essas pessoas melhores condições para a produção e transmissão de seus saberes e fazeres e será forma eficiente de proteção aos notórios detentores de saberes tradicionais significativos da diversidade cultural brasileira e da identidade nacional. Finalmente, reafirmamos que o estabelecimento de marco legal para a instituição de política pública que proteja e promova as expressões culturais tradicionais de transmissão oral assim como os detentores dos seus saberes e práticas é das mais urgentes tarefas deste Parlamento. Esperamos, portanto, contar com o apoio dos nobres pares no sentido de aprovar a matéria e permitir, assim, o cumprimento do nobre objetivo de que ela se reveste. Diante do exposto, votamos pela rejeição das Emendas ao Substitutivo nº 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11 e pela aprovação parcial ou total das Emendas ao Substitutivo nº 4, 5, 6 e 12, nos termos do nosso segundo substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado Evandro Milhomen

Relator

COMISSÃO DE CULTURA SUSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.176, DE 2011. Institui a Política Nacional de Proteção e Fomento aos Saberes e Fazeres das Culturas Tradicionais de Transmissão Oral do Brasil. O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I DOS CONCEITOS

Art. 1º. Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção e Fomento aos Saberes e Fazeres das Culturas Tradicionais de Transmissão Oral do Brasil.

Art. 2º. Para os fins previstos nesta Lei entende-se por: I – Culturas tradicionais de transmissão oral do Brasil: as criações culturais de caráter dinâmico e processual formadoras da diversidade cultural brasileira, fundadas na tradição e na ancestralidade e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social; II – Tradição: práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado; III – Mestre Tradicional do Brasil: Griô, Babalorixá, Pajé, Mestre das Artes, Mestre dos Ofícios, Capitão, Guia, entre outros, é o indivíduo que se reconhece e é reconhecido pela sua própria comunidade como representante e herdeiro dos saberes e fazeres da cultura tradicional de transmissão oral e que, através da oralidade, da corporeidade e da vivência, dialoga, aprende, ensina e torna-se a memória viva e afetiva da dessa cultura, transmitindo saberes e fazeres de geração em geração, garantindo a ancestralidade e a identidade do seu povo; IV – Aprendiz dos saberes e fazeres das culturas tradicionais de transmissão oral do Brasil: indivíduo que se encontra em processo de iniciação em alguma modalidade de saber ou fazer tradicional de transmissão oral, vinculado historicamente a uma comunidade popular, a um povo tradicional e a um Mestre Tradicional do Brasil.

CAPÍTULO II DA POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E FOMENTO AOS SABERES E FAZERES DAS CULTURAS TRADICIONAIS DE TRANSMISSÃO ORAL DO BRASIL

Art. 3º. São diretrizes da Política Nacional de Proteção e Fomento aos Saberes e Fazeres das Culturas Tradicionais de Transmissão Oral do Brasil: I – O reconhecimento dos saberes e fazeres das culturas tradicionais de transmissão oral como parte fundamental da formação cultural brasileira; II – A identificação dos

saberes e fazeres das culturas tradicionais de transmissão oral como elementos estruturantes do processo de afirmação e fortalecimento da identidade e diversidade cultural do povo brasileiro; III – A valorização das dimensões sociocultural, política e econômica das culturas tradicionais de transmissão oral do Brasil; IV – O apoio à transmissão oral dos saberes e fazeres das culturas tradicionais do Brasil às novas gerações, dentro do grupo ou comunidade em que são cultivados, de modo a garantir sua permanência e sustentabilidade; V – A gestão compartilhada entre o Poder Público e os coletivos protagonistas dos saberes das culturas tradicionais de transmissão oral do Brasil, por meio do Conselho Nacional de Política Cultural e dos conselhos estaduais e municipais de cultura, especialmente no âmbito de suas instâncias setoriais; VI – O desenvolvimento de ações articuladas entre os entes federativos para a proteção e o fomento aos saberes e fazeres das culturas tradicionais de transmissão oral do Brasil, com a participação dos coletivos protagonistas, especialmente dos indivíduos reconhecidos como Mestres Tradicionais do Brasil; VII – A titulação dos Mestres Tradicionais do Brasil; VIII – O cadastramento oficial dos Mestres Tradicionais do Brasil e dos seus aprendizes; IX – A concessão de benefício pecuniário aos Mestres Tradicionais do Brasil e bolsa aos seus aprendizes, para garantir a manutenção e a transmissão dos saberes associados às práticas das culturas tradicionais por eles exercidas; X – O repasse de qualquer recurso público para fomento das práticas das culturas tradicionais de transmissão oral de forma simples, direta e descentralizada, por meio de mecanismo que assegure a transparência e a publicidade do processo, garantindo-se instrumentos que reconheçam a especificidade e a singularidade do universo da tradição oral; XI – A oferta de apoio técnico aos protagonistas dos saberes das culturas tradicionais de transmissão oral do Brasil; XII – O apoio às instâncias tradicionais de organização dos Mestres das culturas tradicionais de transmissão oral; XIII – O estímulo às ações da sociedade civil organizada que visem mediar o diálogo entre tradição e contemporaneidade, escola e comunidade, saber tradicional e conhecimento científico; XIV – A capacitação de quadros para a gestão das ações de fomento às culturas tradicionais de transmissão oral; XV – O estímulo à inclusão dos saberes e fazeres da tradição oral bem como dos seus processos e práticas de transmissão nos currículos de todas as etapas e modalidades da educação formal; XVI – A valorização da dimensão pedagógica das práticas de transmissão oral próprias da diversidade das expressões étnico-culturais do povo brasileiro; XVII – A

garantia de ações públicas para fortalecer a ação dos Mestres das culturas tradicionais de transmissão oral na educação formal; XVIII – O estímulo à pesquisa e à produção de conhecimento a respeito do universo cultural significativo dos saberes e práticas tradicionais de transmissão oral do Brasil; XIX – A criação de arquivos e bancos de dados referentes aos saberes e fazeres das culturas tradicionais de transmissão oral do Brasil, associada à promoção da permanente circulação de experiências e informações a esse respeito; XX – A instituição de prêmios para a valorização de iniciativas voltadas para a salvaguarda do universo dos saberes e práticas das culturas tradicionais de transmissão oral do Brasil; XXI – O desenvolvimento de mecanismos para a salvaguarda dos direitos intelectuais dos detentores dos saberes associados às práticas das culturas tradicionais de transmissão oral do Brasil. Art. 4º. A Política Nacional de Proteção e Fomento aos Saberes e Fazeres das Culturas Tradicionais de Transmissão Oral do Brasil tem como linhas de ação: I – A Titulação Nacional de Mestres Tradicionais do Brasil; II – O cadastramento de Mestres e de seus aprendizes; III – A remuneração de Mestres Tradicionais do Brasil e de seus aprendizes como reconhecimento oficial da importância cultural de seus saberes e fazeres, assim como incentivo à manutenção e à transmissão das práticas por eles exercidas; IV – O estímulo à inserção dos saberes e fazeres da tradição oral bem como de seus processos de transmissão na educação formal;

ANEXO III – Quadro contendo as Comunidades Quilombolas Certificadas até o ano de 2017 no Estado do Tocantins

ITEM	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	REGIÃO	D.O.U[1]
01	Araguatins	Comunidade Ilha de São Vicente	Norte	27.12.2010
02	Filadélfia	Comunidade Grotão Vale da Gameleira	Norte	09.12.2008
03	Santa Fé do Araguaia	Comunidade Quilombola Cocalinho	Norte	20.01.2006
04	Aragominas	Comunidade quilombola Baviera	Norte	20.01.2006
05	Aragominas	Comunidade Pé do Morro	Norte	27.12.2010
06	Esperantina	Comunidade Quilombola Carripiché	Norte	03.12.2015
07	Esperantina	Comunidade Quilombola Ciriaco	Norte	03.12.2015
08	Esperantina	Comunidade Quilombola Praiachata	Norte	03.12.2015
09	Muricilândia	Comunidade Quilombola Dona Juscelina	Norte	24.03.2010
10	Santa Tereza do TO	Comunidade Quilombola Barra da Aroeira	Sudeste	20.01.2006
11	São Felix do TO	Comunidade Quilombola Povoado do Prata	Sudeste	20.01.2006
12	Mateiros	Comunidade Quilombola Formiga	Sudeste	19.11.2009

13	Mateiros	Comunidade Quilombola Carrapato	Sudeste	19.11.2009
14	Mateiros	Comunidade Quilombola Ambrósio	Sudeste	19.11.2009
15	Mateiros	Comunidade Quilombola Mumbuca	Sudeste	20.01.2006
16	Mateiros	Com. Quilombola Margens do Rio Novo	Sudeste	31.07.2014
17	Mateiros	Comunidade Quilombola Riachão	Sudeste	31.07.2014
18	Mateiros	Comunidade Quilombola Rio Preto	Sudeste	31.07.2014
19	Mateiros	Comunidade Quilombola Boa Esperança	Sudeste	02.02.2015
20	Santa Rosa do TO	Comunidade Quilombola Morro São João	Sudeste	20.01.2006
21	Natividade	Comunidade Quilombola Redenção	Sudeste	20.01.2006
22	Conceição do TO	Água Branca	Sudete	03.12.2015
23	Conceição do TO	Matões	Sudeste	03.12.2015
24	Ponte Alta do TO	Lagoa Azul	Sudeste	20.05.2016
25	Almas	Poço D' Antas	Sudeste	02.10.2017

26	Brejinho de Nazaré	Com. Quilombola Curralinho do Pontal	Centro	24.03.2010
27	Brejinho de Nazaré	Comunidade Quilombola Manoel João	Centro	06.07.2010
28	Monte do Carmo	Comunidade Quilombola Mata Grande	Centro	05.05.2009
29	Dois Irmãos do TO	Com. Quil. Santa Maria das Mangueiras	Centro	19.11.2009
30	Brejinho de Nazaré	Comunidade Quilombola Malhadinha	Centro	20.01.2006
31	Brejinho de Nazaré	Comunidade Quilombola Córrego Fundo	Centro	20.01.2006
32	Chapada de Natividade	Comunidade São José	Sul	20.01.2006
33	Arraias / Paranã	Com.Quilombola Kalunga do Mimoso	Sul	12.12.2005
34	Arraias	Com. Quil. Fazenda Lagoa Dos Patos	Sul	03.07.2014
35	Paraná	Comunidade Quilombola Claro	Sul	18.03.2014
36	Paraná	Comunidade Quilombola Prata	Sul	18.03.2014
37	Paraná	Comunidade Quilombola Ouro Fino	Sul	18.03.2014

38	Almas	Comunidade Quilombola Baião	Sul	14.11.2010
39	Porto Alegre	Comunidade Quilombola São Joaquim	Sul	20.01.2006
40	Dianópolis	Comunidade Quilombola Lajeado	Sul	28.04.2010
41	Chapada de Natividade	Com. Quilombola Chapada de Natividade	Sul	20.01.2006
42	Arraias	Comunidade Quilombola Káagados	Sul	03.07.2014
43	Arraias	Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra	Sul	10.12.2004
44	Jaú do Tocantins	Comunidade Quilombola Rio das Almas	Sul	24.03.2010
45	Porto Alegre	Comunidade Quilombola Laginha	Sul	20.01.2006
<p>As informações contidas no quadro foram obtidas através do site: Palmares. Comunidades certificadas: Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (Crqs) Atualizada até a Portaria Nº45/2018, Publicada no DOU de 05/03/2018. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs. Acesso dia 12 de abril de 2020.</p>				

Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Dados organizados pela pesquisadora).